

RELATÓRIO DE
GESTÃO 2021



RELATÓRIO DE
GESTÃO 2021

Fábio Faria

Ministro de Estado das Comunicações

Maria Estella Dantas Antonichelli

Secretária-Executiva

André de Sousa Costa

Secretário Especial de Comunicação Social

Maximiliano Martinhão

Secretário de Radiodifusão

Artur Coimbra de Oliveira

Secretário de Telecomunicações

Flávia Duarte

Secretária-Executiva Adjunta

Elíbio Estrêla

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

Equipe Técnica:

Wanessa Queiroz de Souza Oliveira

Luis Gustavo Mello Costa

Bárbara Andrade Correa

Eugenia Marques Alves da Silva

Gustavo Teixeira Amorim Gonçalves

Marcela Moulin Achcar Maranhão

Marcela Rosal Maserá Almeida

Guilherme Fiori

Guilherme Rodrigues de Azevedo

Evelyn Aparecida Lopes Guedes

Sumário

2. MENSAGEM DO MINISTRO	6
3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	8
3.1 Identificação do MCom	8
3.2 Estrutura Organizacional.....	8
3.3 Estrutura de Governança	10
3.4 Modelo de negócio	13
3.5 Cadeia de valor	15
3.6 Políticas e programas de governo	16
3.7 Ambiente externo	25
3.8 Determinação da materialidade das informações	26
4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	26
4.1 Gestão de riscos e controles internos	26
4.2 Integridade.....	29
4.3 Ética	29
4.4 Principais ações de supervisão, controle e de correição.....	30
Corregedoria.....	31
Ouvidoria	32
5. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	35
5.1 Estratégia	35
5.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	38
6. RESULTADOS DA GESTÃO	39
6.1 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão	39
Objetivos Estratégicos	39
Plano Plurianual – PPA 2020-2023	59
Perfil de Governança e Gestão Pública – TCU	60
6.2 Resultados das principais áreas de atuação ou ações.....	62
6.2.A Gestão Orçamentária	62
6.2.B Gestão de Custos.....	66
6.2.C Gestão de Pessoas	67
Normas Internas	67
Mecanismos de Controle.....	68
Quadro de Monitoramento Geral de Indicadores.....	78
6.2.D Gestão de Licitações e Contratos	78
6.2.F Gestão da Tecnologia da Informação	89
6.2.G Sustentabilidade Ambiental	98
7. ANEXOS	99

7.1 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.....	99
7.1.1. Balanço Financeiro (valores em unidade de Real).....	100
7.1.2. Balanço Orçamentário (valores em unidade de Real)	101
7.1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (valores em unidade de Real)	106
7.1.5. Demonstração das Variações Patrimoniais (valores em unidade de Real)	109
7.1.6. Demonstrativos Funttel (valores em unidade de Real).....	111
7.2 Relatórios de Auditoria publicados em 2021 pela Controladoria-Geral da União	115
Figura 1 - Organograma.....	9
Figura 2 - Estrutura de Governança MCom	11
Figura 3 - Composição do Comitê Ministerial de Governança – CMG	12
Figura 4 - Modelo de Negócios do MCom	15
Figura 5 - Cadeia de valor do Ministério das Comunicações.....	16
Figura 6 - Nível de excelência no quesito transparência ativa	35
Figura 7 - Mapa Estratégico do Ministério das Comunicações 2021-2023	37
Figura 8 Diagrama de normas internas	67
Figura 9 - Mecanismos de controle	68
Figura 10 - Composição de servidores com idade acima de 60 anos	68
Figura 11 - Painel de PG MCom	76
Figura 12 - Despesas de custeio e investimento	92
Gráfico 1 - Demandas respondidas pelo MCom.....	33
Gráfico 2 - Demandas encaminhadas para outras Ouvidorias	33
Gráfico 3 - Recursos LAI	34
Gráfico 4 - Composição do quadro de pessoal	69
Gráfico 5 - Participação em eventos de QVT	77
Gráfico 6 - Pregões eletrônicos de TIC.....	92
Tabela 1 - Quantitativos de demanda da Ouvidoria.....	32
Tabela 2 - Recursos de LAI recebidos e tratados.....	34
Tabela 3 - Resultados associados aos programas 2205 – Conecta Brasil.....	59
Tabela 4 - Resultados associados aos programas 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	60
Tabela 5 - Índices relativos à Governança e à Gestão (iGG).....	61
Tabela 6 - Despesas correntes.....	62
Tabela 7 - Execução orçamentária detalhada por elemento de despesa	63
Tabela 8 - Execução orçamentária detalhada por programa	63
Tabela 9 - Execução orçamentária do Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	64
Tabela 10 - Execução orçamentária do Programa 2205 - Conecta Brasil.....	66
Tabela 11 - Composição do quadro de pessoal	70
Tabela 12 - Despesas de Pessoal - Aposentadorias e Reformas.....	70
Tabela 13 - Despesas de Pessoal - Indenizações e Restituições.....	70
Tabela 14 - Despesas de Pessoal - Servidores ativos.....	71
Tabela 15 - Despesas de Pessoal - Auxílio alimentação	71
Tabela 16 - Despesas de Pessoal - Auxílio moradia	71
Tabela 17 - Despesas de Pessoal - Auxílio transporte	71
Tabela 18 - Despesas de Pessoal - Auxílio pré-escola.....	72

Tabela 19 - Despesas de Pessoal - Outros benefícios assistenciais.....	72
Tabela 20 - Despesas de Pessoal - Contrato por tempo determinado.....	72
Tabela 21 - Despesas de Pessoal - Encargos patronais.....	72
Tabela 22 - Despesas de Pessoal - Estagiários.....	72
Tabela 23 - Indicadores de Capacitação.....	74
Tabela 24 - Indicadores de QVT.....	77
Tabela 25 - Quadro de Monitoramento Geral de Indicadores.....	78
Tabela 26 - Relação de normativos relacionados às licitações.....	80
Tabela 27 - Contratações por modalidades.....	80
Tabela 28 - Contratos em execução.....	83
Tabela 29 - Despesas de comuns em condomínio entre agosto e dezembro de 2021.....	87
Tabela 30 - Gastos operacionais por contratos.....	87
Tabela 31 - Prestadores de serviços.....	88
Tabela 32 Relações de bens.....	88
Tabela 33 - Contratações de TIC.....	95
Tabela 34 - Cadeia de Valor de TIC.....	96
Tabela 35 - Balanço Financeiro.....	100
Tabela 36 - Balanço Orçamentário.....	103
Tabela 37 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.....	103
Tabela 38 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados.....	103
Tabela 39 - Balanço Patrimonial Ativo.....	104
Tabela 40 - Balanço Patrimonial Passivo.....	105
Tabela 41 - Balanço Patrimonial Líquido.....	105
Tabela 42 - Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes.....	105
Tabela 43 - Quadro de compensações.....	106
Tabela 44 - Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial.....	106
Tabela 45 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	108
Tabela 46 - Demonstração das Variações Patrimoniais.....	110
Tabela 47 Balanço orçamentário Funttel.....	112
Tabela 48 Balanço Patrimônio Funttel.....	113
Tabela 49 Demonstração das mutações do patrimônio líquido Funttel.....	114
Tabela 50 Demonstrativo das variações Patrimoniais 2021-2020 - Funttel.....	114
Tabela 51 Demonstração dos Fluxos de Caixa - Funttel.....	115
Gráfico 1 - Demandas respondidas pelo MCom.....	33
Gráfico 2 - Demandas encaminhadas para outras Ouvidorias.....	33
Gráfico 3 - Recursos LAI.....	34
Gráfico 4 - Composição do quadro de pessoal.....	69
Gráfico 5 - Participação em eventos de QVT.....	77
Gráfico 6 - Pregões eletrônicos de TIC.....	92

2. MENSAGEM DO MINISTRO

O Ministério das Comunicações (MCom) conclui o ano de 2021 com significativos avanços na consolidação das políticas públicas de inclusão digital, fortalecimento das áreas de telecomunicações, radiodifusão, serviços postais e na comunicação social do Governo Federal.

O MCom surgiu, em 2020, do desmembramento do antigo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mas foi durante o ano de 2021 que construímos o escopo para a implementação dos programas e entrega de resultados nas áreas de competência. Alcançamos números impressionantes e entregamos resultados concretos à população.

Nossa pasta tem como responsabilidade entregar à sociedade brasileira a melhoria contínua dos serviços de comunicação prestados no país, bem como garantir ao cidadão informação pública necessária para o pleno exercício da cidadania. Por meio das nossas Secretarias de Telecomunicações, Radiodifusão, Especial de Comunicação Social e Executiva conseguimos executar as políticas públicas de forma tangível.

Com a pandemia da Covid-19 pudemos perceber a importância de levar inclusão digital para todos os cantos do país. No Brasil, 48 milhões de pessoas não tinham acesso à internet. O MCom já levou conexão para mais de 9 milhões de brasileiros. Nossa meta é acabar com o deserto digital no país.

Em 2021 alcançamos a marca de mais de 15.000 pontos de Wi-Fi Brasil instalados. Só na região Nordeste, foram mais de 7.000 localidades beneficiadas pela iniciativa. O programa tem duas modalidades, Wi-Fi livre: ponto instalado em locais públicos, com roteador, para acesso livre e gratuito ao público em geral e o Gesac: instalado em instituições públicas, escolas, bibliotecas, telecentros, unidades de saúde, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos rurais e outros. Dessa forma, conseguimos atender à população em geral e colaborar com a inclusão social dos brasileiros.

Para mais inclusão digital, os programas Norte e Nordeste Conectados vão levar conexão para pontos isolados das regiões. Para o norte, o programa irá implantar 12 mil quilômetros de redes de fibra óptica, levando conexão de internet a 58 cidades do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Serão, ao total, 8 infovias que beneficiarão 10 milhões de pessoas.

Todos os estados da região nordeste serão beneficiados com o programa Nordeste conectado, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Os equipamentos para transmissão de dados serão ligados à rede de fibra óptica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Continuando com a nossa missão de inclusão digital e social, o Programa Computadores para Inclusão leva laboratórios completos para Pontos de Inclusão Digital (PID). Esses computadores são recondicionados nos Centro de Recondicionamento de Computadores (CRCs) espalhados pelo Brasil inteiro, que têm como objetivo serem

ativos na comunidade oferecendo cursos e oficinas, visando a profissionalização dos moradores locais. Em 2021, completamos 25.823 computadores doados. Durante o ano foram realizadas, também, 1.450 formações.

O Digitaliza Brasil vai acabar com o sinal de TV Analógica no nosso país. 4.191 municípios brasileiros que ainda não tinham o sinal digital receberão a tecnologia até o final de 2022. Além do sinal, a Portaria MCom 2.524/202 determina a concentração de esforços para distribuir conversores à população e instalar equipamentos de transmissão para digitalização das emissoras de televisão, beneficiando milhões de pessoas em regiões sem acesso ao serviço de TV Digital.

No setor de radiodifusão, cerca de 900 emissoras AM foram autorizadas a migrar para FM, através das Portarias publicadas pelo MCom. Além disso, as primeiras transmissões na faixa estendida de FM foram autorizadas, o que representa maior oferta de conteúdo para a população.

Além disso, durante o ano foram estabelecidas medidas para que todos os celulares produzidos e comercializados no Brasil tenham recepção de rádio FM. Mais informação chegando para mais brasileiros.

Mas a grande entrega do MCom no ano de 2021 foi o Leilão do 5G. Junto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), realizamos o maior leilão de radiofrequências da América Latina, que movimentou 47,2 bilhões de reais. Foi um sucesso que trará um grande legado para a sociedade brasileira. Já em 2022 teremos 5G em todas as capitais brasileiras.

Além disso, será garantida conectividade nas escolas, cobertura de internet móvel em municípios e localidades, cobertura de internet móvel em rodovias, conectividade para a Amazônia por meio de cabos fluviais, construção da rede privativa da Administração Pública Federal e Migração da Banda C para a Banda Ku.

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

3.1 Identificação do MCom

A Secretaria-Executiva - SEEXEC do MCom, na condição de Unidade Prestadora de Contas (UPC), apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU) o presente Relatório de Gestão, estruturado e elaborado de acordo com a [Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020](#), bem como com a [Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#), as quais dispõem acerca do conteúdo a ser abordado nesse Relatório.

3.2 Estrutura Organizacional

O Ministério das Comunicações - MCom é um órgão da Administração Federal direta criado pela [Medida Provisória \(MPV\) nº 980, de 2020](#). A MPV cindiu competências do anterior Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, extinguindo-o e criando então o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações, além de ter extinguido a Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM da Secretaria de Governo da Presidência da República e integrou-a à estrutura do MCom.

A pasta foi criada com o intuito de fortalecer as áreas de política nacional de telecomunicações, política nacional de radiodifusão, serviços postais, telecomunicações e radiodifusão, bem como as questões ligadas à comunicação social do Governo Federal.

A MPV nº 980 foi apreciada pelo Poder Legislativo, por meio do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 37, de 2020, sendo convertida na [Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020](#). O normativo, portanto, altera a [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações, delineando as seguintes áreas de competência do Ministério das Comunicações:

'Art. 26-C. Constituem áreas de competência do Ministério das Comunicações:

I - política nacional de telecomunicações;

II - política nacional de radiodifusão;

III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;

IV - política de comunicação e divulgação do governo federal;

V - relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;

VI - convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;

VII - pesquisa de opinião pública; e

VIII - sistema brasileiro de televisão pública.

A estrutura organizacional do Ministério foi delineada pelo [Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020](#), e alterada pelo [Decreto nº 10.747, de 13 de julho de 2021](#). O MCom possui três secretarias finalísticas (órgãos

específicos singulares) e a Secretaria-Executiva, além dos órgãos de assistência direta e imediata e de suas unidades vinculadas, conforme organograma que segue:

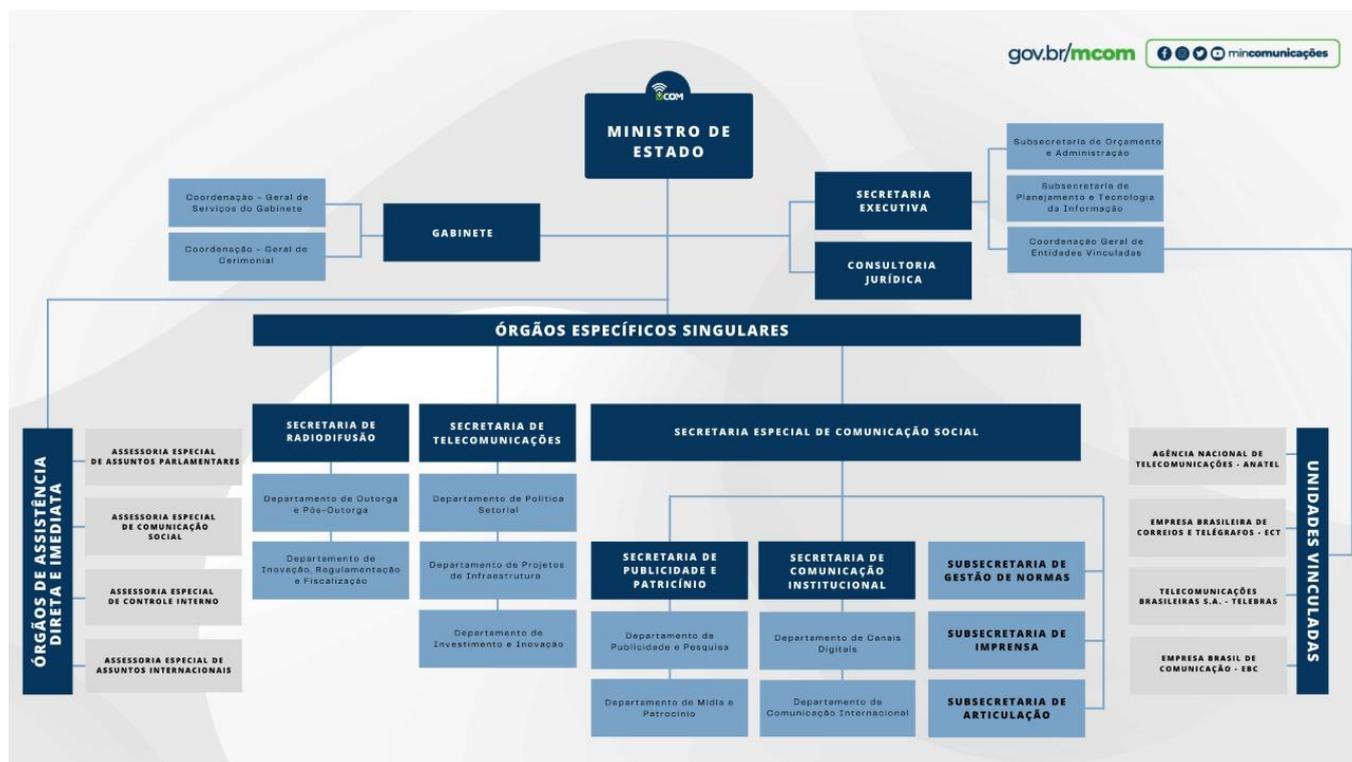


Figura 1 - Organograma

Essa informação também está disponível no link: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>.

Visando o encadeamento de iniciativas para o cumprimento da missão institucional do MCom, apresentam-se aqui as atribuições das secretarias finalísticas:

- Secretaria de Radiodifusão – SERAD

A SERAD é responsável pelas políticas públicas para o rádio e a televisão, e tem como objetivo desenvolver ainda mais o setor para produzir conteúdo, gerar emprego, contribuir para a inovação tecnológica do setor e, consequentemente, dar mais educação e qualidade de vida à população brasileira.

- Secretaria de Telecomunicações – SETEL

Sob a governança da SETEL estão os serviços de telefonia fixa e móvel, desde a formulação de diretrizes até a formulação de planos de universalização dos serviços, bem como o desenvolvimento da internet, por meio da expansão do acesso à banda larga e estimulando a infraestrutura de telecomunicações no País. Tem como objetivo primordial promover ações para a integração das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de promoção da cidadania, além do objetivo de potencializar o uso da internet para o empreendedorismo digital.

- Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM

Cabe à SECOM, entre outras funções, orientar as ações de publicidade e os eventos relacionados à comunicação social da Presidência da República; organizar e desenvolver sistemas de informação e de pesquisa de opinião pública; assessorar o Presidente da República quanto ao relacionamento com formadores de opinião

nacionais e internacionais; coordenar e acompanhar a divulgação de políticas, programas e ações do Poder Executivo Federal, no âmbito do Sistema de Comunicação do Poder Executivo - SICOM, em canais próprios.

Como Secretaria Especial, a SECOM possui duas secretarias: Secretaria de Publicidade e Patrocínio (SEPUP) e Secretaria de Comunicação Institucional (SECOI). A SEPUP é a unidade da SECOM que coordena e executa as ações de publicidade da pasta e orienta o conjunto de órgãos e entidades que integram o SICOM. A SECOI é responsável por assessorar o Presidente da República quanto ao relacionamento com formadores de opinião nacionais e internacionais; coordenar e acompanhar a divulgação de políticas, programas e ações do Poder Executivo Federal, no âmbito do SICOM, em canais próprios, além de formular e implementar a política de comunicação e de divulgação social e de programas informativos do Poder Executivo Federal.

3.3 Estrutura de Governança

Como pressuposto das atividades relacionadas ao referido sistema, entende-se Governança Pública como sendo o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”, conforme define o [inciso I do art. 2º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A estrutura de governança do MCom está apoiada em instâncias internas e externas, sendo que na instância externa está o controle social organizado, enquanto na instância interna está o Comitê Ministerial de Governança – CMG, além da Assessoria Especial de Controle Interno – AECl.

A figura a seguir representa o modelo de governança adotado pelo Ministério.

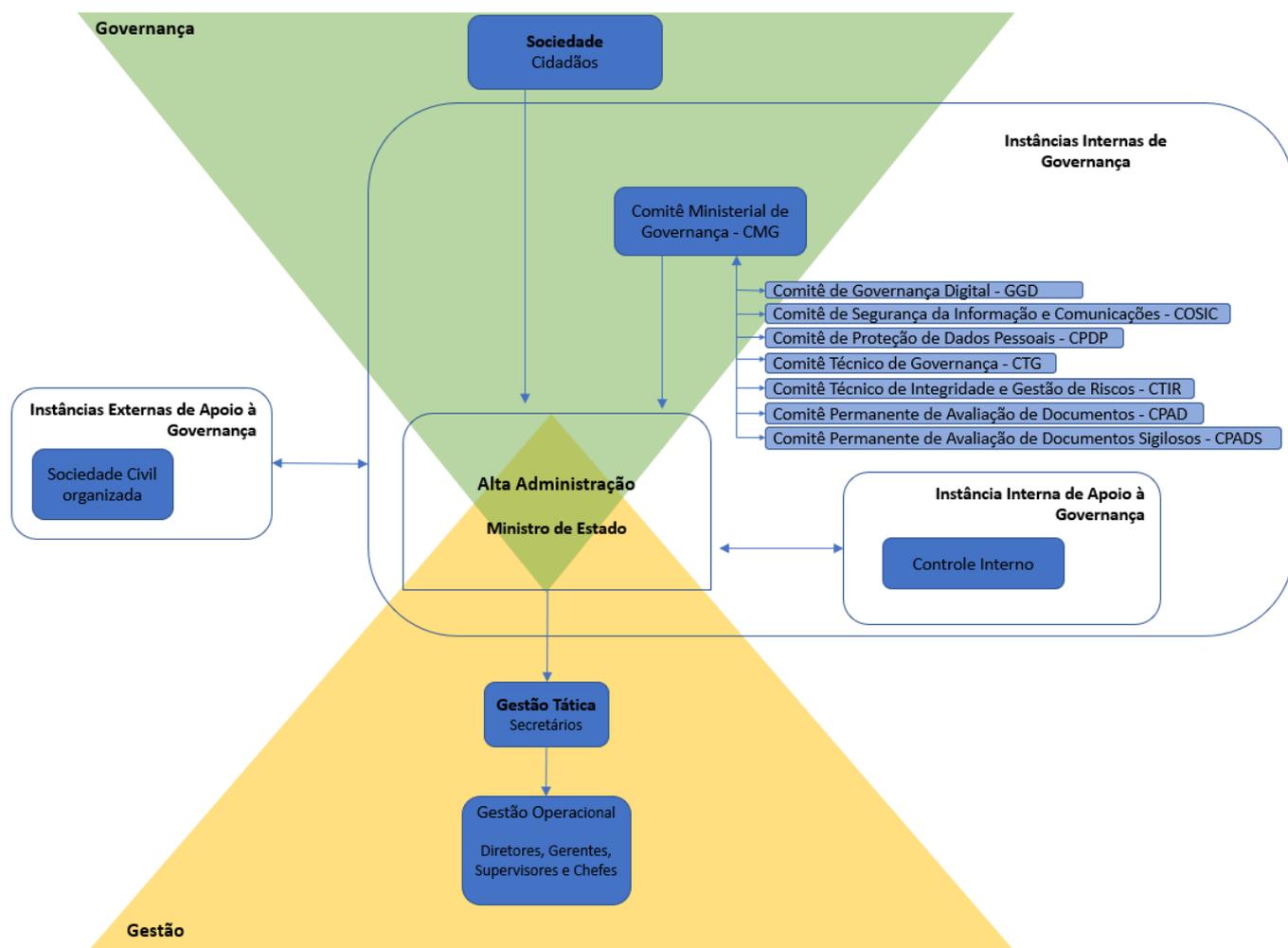


Figura 2 - Estrutura de Governança MCom

Além dessas instâncias, existem outras estruturas que contribuem para a boa governança da organização: a alta administração, a gestão tática e a gestão operacional.

A gestão tática é responsável pela coordenação dos responsáveis pela gestão operacional, sendo constituída pelos Secretários, enquanto a gestão operacional refere-se aos responsáveis pela execução dos processos produtivos finalísticos e de apoio, sendo constituída pelos diretores, gerentes, supervisores, chefes.

O Comitê Ministerial de Governança – CMG, instituído pela [Portaria MCom nº 3.297, de 9 de agosto de 2021](#), é a instância responsável pelo suporte à alta administração em relação ao planejamento estratégico institucional, à gestão de riscos, ao programa de integridade e aos controles internos da gestão.

De acordo com a Figura 2, a composição do CMG está assim disposta:

INSTÂNCIA MÁXIMA DE GOVERNANÇA: COMITÊ MINISTERIAL DE GOVERNANÇA (CMG)



Figura 3 - Composição do Comitê Ministerial de Governança – CMG

Adicionalmente, como apoio à governança em temas transversais tem-se os comitês temáticos, a saber:

I - Comitê Técnico de Governança – CTG

Instituído pela [Portaria MCom nº 4.093, de 17 de novembro de 2021](#), é responsável pela implementação e manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança;

II - Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos – CTIR

Instituído pela [Portaria MCom nº 3.481, de 30 de agosto de 2021](#), é responsável pelas políticas, diretrizes e planos relativos à integridade e à gestão de riscos;

III - Comitê de Governança Digital – CGD

Instituído pela [Portaria MCom nº 1.532, de 1º de dezembro de 2020](#), é responsável pelas políticas, diretrizes e planos relativos à estratégia de governo digital e à governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;

IV - Comitê de Segurança da Informação – COSIC

Instituído pela [Portaria MCom nº 2.120, de 4 de março de 2021](#), é responsável pelas políticas, diretrizes e planos relativos à segurança da informação;

V - Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP

Instituído pela [Portaria MCom nº 1.453, de 23 de novembro de 2020](#), é responsável pela elaboração do Programa de Governança em Privacidade – PGP, pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção de dados existentes e pela proposição de ações voltadas ao seu aperfeiçoamento;

VI - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Instituído pela [Portaria MCom nº 2.013, de 17 de fevereiro de 2021](#), é responsável pela orientação e realização do processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final;

VII - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS

Comitê em implantação.

A estrutura de governança do Ministério das Comunicações, como explicitado anteriormente, é balizada pela [Portaria MCom nº 3.297, de 9 de agosto de 2021](#), e apoia-se em uma equipe técnica, situada organizacionalmente na Secretaria Executiva, que tem hoje a atribuição de estruturar o sistema de Governança do Ministério. Essa compreende a Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação – SPTI, a Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGGE, bem como suas quatro coordenações: (i) Coordenação de Gestão Governamental; (ii) Coordenação de Portfólio e Estratégia; (iii) Coordenação de Gestão Estratégica de Dados; e (iv) Coordenação de Modernização Institucional.

Sendo assim, a equipe de gestão estratégica tem entre suas principais missões liderar a entrega dos seguintes elementos estruturantes do sistema de governança do MCom:

- Planejamento Estratégico, Comitê de Governança e Política de Governança do Ministério das Comunicações;
- Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, Equipe de Proteção de Dados Pessoais, Programa de Governança em Privacidade e demais documentos de referência;
- Plano de Dados Abertos – PDA;
- Programa de Gestão de Desempenho dos servidores;
- Sistema SUPER, que deverá substituir futuramente o Sistema SEI em todos os órgãos federais;
- Elaboração, revisão e monitoramento do Plano Plurianual – PPA;
- Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos; Plano de Integridade e Gestão de Riscos e Implantação de Gerenciamento de Riscos.

3.4 Modelo de negócio

Os macroprocessos organizacionais podem ser entendidos como o conjunto de ações realizadas pela instituição em uma sequência definida, com a finalidade de gerar resultados aos interessados. O Ministério das Comunicações, órgão responsável por gerir, coordenar e promover as políticas públicas de comunicações, por intermédio de seus macroprocessos, visa entregar à sociedade brasileira a melhoria contínua dos serviços de

comunicações prestados no país, bem como garantir ao cidadão informação governamental necessária ao exercício da cidadania.

O quadro a seguir sintetiza o sistema de transformação de insumos em produtos e serviços do MCom em prol da sociedade, cumprindo assim os objetivos estratégicos previstos em seu Mapa Estratégico.

PARCEIROS-CHAVE	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PROPOSTA DE VALOR	RELACIONAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras • Governos estaduais • Ministério da Economia • Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; • Empresa Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. • Fundação Nacional do Índio - Funai • Fundação Cultural Palmares 	<ul style="list-style-type: none"> • Política nacional de telecomunicações; • Política nacional de radiodifusão; • Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão; • Política de comunicação e divulgação do Governo Federal; • Relacionamento do Governo Federal com a imprensa regional, nacional e internacional; • Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão; • Pesquisa de opinião pública; e sistema brasileiro de televisão pública 	<p>Ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.</p> <p>Para tal, são propostas de valor do MCOM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes estratégicas para comunicações • Expansão e massificação das comunicações • Normatização e efetividade das políticas de comunicações 	<p>Secretarias Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Radiodifusão • Secretaria de Telecomunicações • Secretaria Especial de Comunicação Social <p>Autarquia Especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL <p>Empresas Públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ETC • Empresa Brasil de Comunicação –EBC <p>Sociedade de Economia Mista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS

PRINCIPAIS SEGMENTOS DE CLIENTES	RECURSOS-CHAVE	CANAIS/PRODUTOS
<p>Clientes diretos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras • Governos estaduais • Companhias, empresas ou entidades públicas estaduais ou municipais • Organizações sociais • Empresas privadas • Famílias/cidadãos <p>Beneficiários finais</p> <p>População das cidades e regiões brasileiras beneficiadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão gratuita à internet em banda larga • Acesso à recepção de televisão digital • Ampliação do acesso à Internet em áreas isoladas • Expansão e melhoria da cobertura das redes de comunicações • Inclusão digital • Acesso a informação via rádio 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos orçamentários e financeiros do setor público • Recursos de parcerias com o setor privado • Servidores públicos capazes • Tecnologia da informação inteligente e moderna • Suporte logístico adequado 	<p>Instrumentos de apoio financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transferências via convênios, contratos de repasse e similares • Linhas de créditos (financiamentos) • Execução direta de obras e projetos públicos • Prestação direta de serviços públicos • Redução de carga tributária

Figura 4 - Modelo de Negócios do MCom

3.5 Cadeia de valor

A cadeia de valor integrada do Ministério das Comunicações foi definida no início de 2021, logo após a sua recriação, em 2020, com a participação de técnicos e gestores do órgão e pode ser acessada pelo link <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico>. Ela é composta por 7 macroprocessos finalísticos e 7 de governança e suporte. Nota-se, da análise do diagrama a seguir, que as principais entregas do MCom à sociedade estão relacionadas ao estabelecimento de diretrizes estratégicas para as comunicações, à massificação do acesso a tecnologias de comunicações e à regulação do setor das comunicações com a finalidade de garantir a efetividade e a qualidade dos serviços de comunicações.



Figura 5 - Cadeia de valor do Ministério das Comunicações

3.6 Políticas e programas de governo

Dentre as políticas e programas do Ministério das Comunicações, destacamos:

- **Norte Conectado:** o Programa Norte Conectado prevê a construção de infraestrutura de rede de telecomunicações de fibra óptica subfluvial interligando as principais cidades da Amazônia, de modo a ampliar a infraestrutura de transporte de telecomunicações de alta capacidade em fibra óptica na região Norte do País e permitir uma taxa de transmissão de dados de até 100 Gbps por par de fibra do cabo óptico, o qual contém 24 pares. Estima-se que será possível levar a infraestrutura de telecomunicações para 2.200 escolas urbanas públicas, atingindo um universo de 1,7 milhão de alunos, 9,4 mil Unidades Básicas de Saúde e Hospitais, 162 instituições de

segurança pública, 18 Institutos Federais e de Ciência e Tecnologia da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), além de 9,5 milhões de habitantes. As oito infovias do Programa Norte Conectado serão integradas às três rotas lançadas pelo Exército no âmbito do Programa Amazônia Conectada – PAC (PAC 01 – Manaus-Tefé; PAC 02 – Manaus-Barcelos e Infovia 07 – Barcelos-São Gabriel da Cachoeira, que teve sua implantação concluída pelo Exército em setembro de 2021). Para garantir a sustentabilidade e máxima utilização da infraestrutura encontra-se em criação um modelo de compartilhamento com o setor privado, por meio da constituição de um Operador Neutro, que será responsável pela manutenção e operação do primeiro trecho do Norte Conectado, a Infovia 00 (Macapá-Santarém), com disponibilização de parte da capacidade à qualquer empresa que dela queira fazer uso.

- **Nordeste Conectado:** O Programa Nordeste Conectado objetiva implantar infraestrutura óptica no Nordeste e interiorizar a educação e a pesquisa na Região. Prevê a implantação de equipamentos para promover o tráfego de dados em fibra óptica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a ser operada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), permitindo uma taxa de transmissão de dados de até 100 Gbps, em atendimento à demanda por ações para massificar a conectividade no Nordeste. A iniciativa continuou a implementar redes em 2021, com previsão de conclusão da implantação até o final de 2022 em 19 municípios de seis estados (Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí). Assim, o programa viabilizará o atendimento de até 473 escolas urbanas, estaduais e municipais em parceria com o Ministério da Educação, até 62 instituições de ensino e pesquisa e até 490 mil alunos. Ainda, haverá atendimento social em praças públicas com a implantação de pontos de acesso Wi-Fi em até duas praças em cada uma das cidades polo do Projeto.

- **Wi-Fi Brasil:** O Programa Wi-Fi Brasil (Livre) é uma evolução do Programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão). Divide-se em duas modalidades, denominadas Wi-Fi Brasil GESAC, que oferece conexão à internet em banda larga satelital, e Wi-Fi Brasil Livre, que agrega ao serviço de conectividade GESAC a distribuição do sinal de Internet via Wi-Fi em locais públicos de comunidades com baixa conectividade. O Wi-Fi Brasil Livre tem por objetivo levar acesso à banda larga para localidades do país onde não há nenhuma ou pouca conexão, permitindo cumprir os objetivos nacionais das políticas públicas de telecomunicações. Assinado em junho de 2021, o Contrato nº 50/2021 prevê a instalação de 2.000 (dois mil) pontos da Modalidade Wi-Fi Brasil Livre em localidades com baixo índice de conectividade, promovendo a inclusão digital das comunidades atendidas. A modalidade Wi-Fi Brasil GESAC é utilizada para promoção de inclusão digital pelo Governo Federal, coordenado pelo MCom, incentivando as ações de governo eletrônico. O Wi-Fi Brasil GESAC é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação. O programa atende a instituições públicas de ensino, saúde, segurança e unidades de serviço público localizadas em áreas remotas, de fronteira ou de interesse estratégico, entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, por meio das quais seja possível promover ou ampliar o processo de inclusão digital. Em abril, foi publicada a [Portaria nº 2.460, de 23 de abril de 2021](#), que aprova a nova Norma Geral do Programa, possibilitando parcerias com órgãos estaduais e municipais, entidades, instituições e empresas públicas ou privadas para a implementação em localidades definidas por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Assim, foram firmados acordos com a Fundação Banco do Brasil

e com o Sebrae para beneficiar 1.000 (mil) instituições ou comunidades. Ao fim de 2021, havia 14,3 mil pontos atendidos, em quase 3 mil municípios. Desses, 76% (setenta e seis por cento) estão situados nas regiões Norte e Nordeste e 9 mil são escolas rurais.

- Cidades Digitais: O Programa Cidades Digitais iniciou-se em 2012 e foi concluído em 2021. O programa consistiu na implantação de redes digitais locais de comunicação nos municípios brasileiros, interligando órgãos públicos, com oferta de pontos de acesso em espaços públicos. A infraestrutura de redes ópticas metropolitanas contratada inclui o fornecimento de fibra óptica, de equipamentos e softwares necessários ao seu funcionamento, com instalação, capacitação, suporte técnico, garantias e operação assistida. Em 2021, 13 (treze) novas cidades receberam redes metropolitanas de fibra óptica. Ao todo, o programa implantou 196 (cento e noventa e seis) cidades digitais desde sua criação. A continuação desta iniciativa em 2022 está prevista no art. 6º do [Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018](#), alterado pelo [Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021](#), com a previsão do desenvolvimento de Cidades Conectadas por meio da implantação de infraestrutura e serviços baseados em tecnologia da informação e comunicação, prioritariamente em cidades com inexistência de redes de acesso de alta capacidade, com vistas à promoção da melhoria da qualidade, à oferta de novos serviços aos cidadãos e ao aumento da eficiência dos serviços públicos. A sustentabilidade das infraestruturas a serem implantadas será assegurada por meio de parcerias entre o Poder Público local e entidades privadas.

- Diretrizes para celebrar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e outros atos: O Ministério das Comunicações editou a [Portaria MCom nº 2.556, de 7 de maio de 2021](#), que estabelece prioridades de cobertura dos serviços de telecomunicações, com atendimento por redes de alta capacidade para localidades ainda sem esta infraestrutura, incluindo localidades rurais, rodovias federais e projetos de cidades inteligentes. A referida Portaria ainda prevê a possibilidade de se ampliar a capacidade da infraestrutura já existente, com medidas que incluem rotas alternativas e troca de tecnologia para aumentar a qualidade dos serviços da população atendida. A Portaria foi editada para atendimento, entre outros: (i) das diretrizes para compromissos de expansão dos serviços de telecomunicações em função de termos de ajustamento de conduta (TAC), de outorga onerosa de autorização de uso de radiofrequência e de outros atos regulatórios que podem ser implementados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), fixados no [Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018](#). (ii) dos compromissos de investimento previstos no contexto da migração do modelo de concessão para autorização de serviços de telecomunicações, conforme a [Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019](#) e o [Decreto nº 10.402, de 17 de junho de 2020](#). A [Portaria MCom nº 2.556, de 7 de maio de 2021](#), complementa, entre outras iniciativas, o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU-V), as diretrizes para o edital de redes 5G e o Programa Norte Conectado.

- Leilão 5G: O Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações concretizaram um dos processos de licitação mais relevantes da história nacional: o Leilão do 5G. Conduzido de maneira transparente e com consistência técnica e jurídica, o certame movimentou um valor econômico de 47,2 bilhões de reais. Com um ágio médio superior a 211% em relação ao preço mínimo, esse foi o maior leilão de radiofrequências da América Latina. O certame ampliou a competição e garantiu a entrada de novos *players* no mercado, especialmente na faixa mais importante para o 5G (3,5 GHz). Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do

país tem novos *players* regionais. Os compromissos de investimento garantem a chegada da tecnologia 5G em todas as capitais até julho de 2022, a tecnologia 4G para 35 mil km de rodovias e para mais de 7,8 mil sedes e localidades não sede, a conectividade em fibra óptica para mais de 530 (quinhentos e trinta) sedes municipais. Ainda, há compromissos de conectividade para escolas, para a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal e para o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), entre outros.

- **Grupo de Trabalho SeAC:** O Grupo de Trabalho, criado no âmbito do Ministério das Comunicações pela [Portaria nº 1.277, de 9 de novembro de 2020](#), com o objetivo de realizar estudos para a elaboração de proposta de atualização do marco jurídico referente aos Serviços de Acesso Conectado – SeAC, contou com a contribuição de representantes dos setores público e privado e exerceu suas atividades de 26 de maio a 17 de dezembro de 2021, nos termos da [Portaria nº 3.971, de 29 de outubro de 2021](#). As atividades do grupo foram norteadas por recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentadas no relatório “Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil”, publicado em outubro de 2020. Na primeira fase, os trabalhos abrangeram 35 (trinta e cinco) reuniões com especialistas e *stakeholders* e 48 (quarenta e oito) contribuições escritas, que auxiliaram a elaboração de resultado intermediário, o qual foi submetido à consulta pública e recebeu mais de 60 (sessenta) manifestações. O Relatório Final foi publicado em 17 de dezembro de 2021 e está disponível em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/RelatrioFinalGTSeAC.pdf>

- **Debêntures Incentivadas:** A [Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011](#), reduz o imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas incidente sobre os rendimentos auferidos de debêntures emitidas para financiar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. São as chamadas debêntures incentivadas, cujo objetivo é fomentar o mercado privado de financiamento de longo prazo e, assim, viabilizar a concretização de projetos de investimento considerados como prioritários. A [Portaria nº 502, de 1º de setembro de 2020](#), atualizou a regulamentação da política de debêntures incentivadas para o setor de telecomunicações, possibilitando a aprovação de novos tipos de projetos de investimentos prioritários para a infraestrutura do setor de telecomunicações, como redes 5G, data centers e Internet das Coisas. Até a edição da referida norma, a política pública havia captado 948,5 milhões de reais em investimentos privados. Após a referida norma, o Ministério das Comunicações aprovou 6 projetos de investimento em infraestrutura de telecomunicações em 2020 e, em 2021, mais 9 (nove) projetos de investimento em infraestrutura de telecomunicações, considerando-os prioritários para fins de emissão de debêntures. As aprovações significam que as pessoas jurídicas responsáveis pela execução dos projetos podem emitir até 14,4 bilhões de reais em debêntures para financiar, no todo ou em parte, a implantação de redes de fibra óptica para suporte à comunicação de dados em banda larga e de redes de serviço móvel, entre elas, o 5G.

- **Funttel:** No ano de 2021, com o objetivo de alinhar a gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) às melhores práticas de governança em Políticas Públicas, o Conselho Gestor do Funttel (CGF) aprovou a [Resolução nº 140, de 8 de junho de 2021](#), com ações que passaram a compor a Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o biênio 2021-2022. Dentre as

ações implementadas no referido ano, merece destaque a revogação de 83 (oitenta e três) atos normativos que se encontravam obsoletos ou desatualizados, o que faz parte do processo de simplificação administrativa definido pelo [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#). Em relação ao apoio com recursos reembolsáveis, em 2021 foram repassados cerca de 368 milhões de reais aos agentes financeiros do Funttel, sendo 184 milhões de reais para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 184 milhões de reais à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Esses recursos já estão disponíveis para que os agentes financeiros concedam crédito a empresas, com o objetivo de apoiar projetos de inovação em Telecomunicações, bem como a aquisição de bens e equipamentos desenvolvidos com tecnologia nacional. Além disso, foram destinados cerca de 14 milhões de reais de recursos não reembolsáveis ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPqD) e 1,4 milhão de reais ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), para projeto em parceria com o Ministério da Defesa.

- Programa Computadores para Inclusão: Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) são espaços adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos destinados à revitalização de pontos de inclusão digital e para a realização de cursos e oficinas, visando à formação profissionalizante de jovens em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Computadores para Inclusão. O principal insumo para as atividades de recondicionamento de equipamentos de informática é proveniente dos processos de doação pelos órgãos do Poder Executivo Federal, normatizado pelo [Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018](#). Em 2021, foram doados 2.905 (dois mil, novecentos e cinco) computadores, totalizando 25.823 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e três) computadores doados ao longo de todo o programa, e realizada mais de 1.450 (hum mil, quatrocentos e cinquenta) formações. Destaca-se ainda a celebração das 5 (cinco) parcerias restantes classificadas no Edital nº 133, de 9 de junho de 2020, que visou à celebração de Termos de Colaboração com entidades da sociedade civil para a criação de novos CRCs. Como resultado, esses novos termos permitirão a implantação de mais 5 Centros de Recondicionamentos, localizados nas Regiões Nordeste, Norte e Sul, complementando a rede dos Centros de Recondicionamentos de Computadores que agora abrange todas as Regiões do Brasil.

- Cibersegurança: Na última edição do Índice de Cibersegurança Global, publicada em junho de 2021 pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Brasil ocupou a posição nº 18 no ranking, uma expressiva melhoria em relação à edição anterior, referente ao ano de 2018, quando aparecia na 70ª posição. O referido índice mede o compromisso dos países com a cibersegurança em nível global para aumentar a conscientização sobre a importância e as diferentes dimensões da questão. O nível de desenvolvimento e engajamento de cada país foi avaliado em cinco pilares: medidas legais, medidas técnicas, medidas organizacionais, capacitação e cooperação e depois agregados a uma pontuação geral.

- Programa Internet Brasil: O Programa Internet Brasil, instituído por meio da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), tem a finalidade de promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O Programa será executado em caráter piloto em 2022, em

parceria com RNP, o que foi garantido por meio da assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com a RNP e o repasse de 139,5 milhões de reais. Inicialmente, serão contempladas escolas de municípios abrangidos pelo Programa Nordeste Conectado, ação executada em parceria entre os Ministérios das Comunicações e da Educação. O projeto piloto prevê a distribuição e manutenção de cerca de 700 mil chips. A expectativa é que os primeiros acessos móveis sejam distribuídos no início do ano letivo. Assim, os alunos poderão efetivamente ter acesso ao conteúdo eventualmente ofertado em plataformas *online* pelas instituições educacionais, além de permitir o acesso a recursos adicionais, não obrigatórios, de forma complementar aos recursos educacionais que compõem a política de educação.

- **TV Digital:** A TV Digital terrestre é um serviço aberto e gratuito que proporciona qualidade de som e imagem muito superior à da TV analógica, além de permitir a mobilidade e a interatividade. Desde o início de sua implantação, o Ministério das Comunicações vem desenvolvendo políticas públicas para a expansão do serviço a todos os municípios do Brasil, inclusive buscando garantir que as parcelas mais vulneráveis da população tenham acesso à recepção de televisão digital.

Atualmente, 96% (noventa e seis por cento) dos domicílios brasileiros têm um ou mais aparelhos de televisão, dos quais 77% (setenta e sete por cento) domicílios recebem os sinais de TV digital. A meta do Ministério das Comunicações é que até o fim do 2023 todos os municípios brasileiros com transmissão com televisão analógica em operação sejam digitalizados.

Para atingir esse objetivo, em maio de 2021, por meio da [Portaria MCom nº 2.524/2021](#), o Ministério das Comunicações lançou o [Programa Digitaliza Brasil](#), que estabelece as diretrizes para a conclusão do processo de digitalização dos sinais da televisão analógica terrestre no Brasil. Com a medida, o Governo Federal concentra esforços para distribuir conversores à população e instalar equipamentos de transmissão para digitalização das emissoras de televisão, beneficiando milhões de pessoas em regiões sem acesso ao serviço de televisão digital. Serão beneficiados 1.638 (hum mil, seiscentos e trinta e oito) municípios, que atualmente contam apenas com sinais analógicos de televisão. Em 2021, foram publicados editais convocando 1.394 (hum mil, trezentos e noventa e quatro) municípios dos 1.638 (hum mil, seiscentos e trinta e oito) contemplados pelo Programa. Dos convocados, 99% (noventa e nove por cento) manifestaram interesse em receber a infraestrutura. Houve avanços significativos também nos editais para que os conteúdos analógicos hoje transmitidos nesses municípios aderissem ao Programa, com a publicação de 3.539 (três mil, quinhentos e trinta e nove) consignações e autorizações para retransmissoras de televisão. Para a entrada em operação de canais digitais nas cidades contempladas, é necessária a adesão tanto do município, quanto de entidade que transmita a programação veiculada atualmente em analógico no município.

Dos municípios constantes dos editais publicados em 2021, 863 (oitocentos e sessenta e três) já aderiram formalmente ao Programa, sendo que as infraestruturas de suporte à transmissão da TV Digital de 221 (duzentos e vinte e um) deles já estavam em construção ou entregues no final do ano.

- **Televisão 3.0:** O Ministério das Comunicações, em cooperação com o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), tem trabalhado na seleção de tecnologias para a próxima evolução da TV, a chamada TV 3.0.

Para apoiar o desenvolvimento do padrão tecnológico da TV do futuro, foram destinados recursos públicos por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realização de testes e estudos por seis Universidades de todo o país, envolvendo cerca de 70 pesquisadores. Dentre as possibilidades trazidas por essa nova geração da TV digital, estão a transmissão de conteúdo em *Ultra High Definition* (UHD), que podem chegar a 4K e 8K, com uma imagem bem mais realista, além do áudio personalizável e a interatividade. Também pode se esperar o surgimento de novas aplicações e uma integração total entre o conteúdo transmitido pela emissora de TV e o da Internet.

Após cinco meses de testes de campo e de laboratório, o Fórum SBTVD publicou os resultados dos testes e as recomendações tecnológicas para avaliação do Ministério das Comunicações. A última fase do projeto terá início em 2022, fase em que o Fórum SBTVD dará andamento aos testes complementares e ao desenvolvimento das adaptações e extensões necessárias para a especificação e elaboração das Normas Técnicas ABNT para a TV 3.0.

- **Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR):** O serviço de RTR foi criado por meio da [Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018](#), e possibilita que as emissoras de rádio FM instaladas nas capitais dos estados da Amazônia Legal retransmitam seus sinais para quaisquer municípios do mesmo estado, com possibilidade de inserção de conteúdo gerado localmente em parte do tempo.

Proporcionar meios de acesso à informação no interior do país é uma das principais pautas do Ministério das Comunicações e do Governo Federal. Além do conteúdo de noticiários e programas de rádio, o serviço de retransmissão garante a geração de empregos e investimentos locais.

O primeiro edital contemplou 230 (duzentos e trinta) municípios, dos quais 155 (cento e cinquenta e cinco) não têm nenhuma rádio FM, e cobrirá uma população de mais de 10 milhões de pessoas nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. Até dezembro de 2021, o MCom concluiu a outorga de 52 (cinquenta e dois) canais. A expectativa é que sejam outorgados 183 (cento e oitenta e três) canais de RTR até o fim de 2022.

- **Migração AM-FM:** O processo de migração das emissoras de rádio AM para a faixa de FM avançou em 2021. Com as portarias publicadas em 2021, chega a cerca de 900 (novecentos) o número de emissoras AM autorizadas a migrar para FM. Ao todo, 1.655 (um mil, seiscentos e cinquenta e cinco) rádios solicitaram a migração. A meta é avaliar e efetivar todos os pedidos até 2022. O intuito da migração é melhorar a qualidade do sinal para o ouvinte e possibilitar que as emissoras tenham maior audiência.

- **Faixa estendida de FM:** As primeiras transmissões na faixa estendida de FM foram autorizadas pelo MCom em 2021. Essa faixa, que vai de 76,1 MHz a 87,5 MHz, aumenta a disponibilidade de canais de FM e permite a inclusão de novos canais no espectro. Isso porque em algumas localidades já não há mais espaço para emissoras na faixa existente (de 87,7 MHz a 107,9 MHz). Essa faixa era ocupada pelos canais 5 e 6 da televisão analógica, mas com a digitalização da TV o espaço está sendo liberado para as rádios FM. Para o consumidor isso representa maior oferta de conteúdo.

A indústria começou a produzir receptores compatíveis com os novos canais nos últimos anos para se preparar para o início da operação da faixa estendida. Em 2017, a Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 98

mudou o processo produtivo básico para a produção de aparelhos de áudio e vídeo industrializados na Zona Franca de Manaus. A medida determinou que todos os aparelhos produzidos no Brasil deverão sair de fábrica com a faixa FM entre 76 MHz e 108 MHz.

- Recepção FM em celulares: Em 2021, o Ministério das Comunicações estabeleceu medidas para garantir que a recepção de rádio FM esteja habilitada em telefones celulares produzidos e comercializados no Brasil, por meio da [Portaria MCom nº 2.523, de 4 de maio de 2021](#). A população será a maior beneficiada no processo, pois terá acesso às emissoras FM sem a necessidade de conexão à Internet ou consumo da franquia de dados. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), em 2019, 83% (oitenta e três por cento) dos modelos de aparelhos celulares disponíveis no mercado brasileiro possuíam receptor de Rádio FM integrado. Com a nova regulamentação, estes equipamentos deverão ser habilitados.

- Radiovias: O Serviço de Radiovias foi criado pela [Portaria Interministerial MCom/MInfra nº 4, de 30 de abril de 2021](#), e permitirá a expansão do serviço de FM nas rodovias do Brasil. Até a publicação da Portaria, o serviço era prestado em caráter experimental pela Rádio CCR FM, que cobre o trecho da Via Dutra, estrada que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. A ideia agora é ampliar o serviço para todas as concessões do Brasil. O Serviço de Radiovias é uma parceria entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Infraestrutura e o planejamento para implantação buscará identificar as prioridades, de acordo com a demanda pelo serviço nas rodovias do país.

- Revisão Regulamentar: O Ministério das Comunicações trabalhou em 2021 na elaboração de diversos normativos para desburocratizar o processo de outorga e pós-outorga dos serviços de radiodifusão. Destaca-se, em especial, a publicação do [Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021](#), que flexibilizou as regras para pagamentos de preços públicos vinculados à obtenção, adaptação de outorgas e aumento de potência de rádios e TVs. Agora, as emissoras poderão optar pelo parcelamento mensal dos débitos, que antes deveriam ser pagos integralmente à vista. A medida irá beneficiar centenas de entidades, que atualmente estão inadimplentes junto à União.

- Inserção de programação local em Retransmissoras de Televisão Mistas e pelas Retransmissoras de Rádio na Amazônia Legal: Outra regulamentação importante para o setor foi a publicação do [Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021](#), que disciplinou as medidas estabelecidas pela [Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021](#), resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020](#). As alterações possibilitaram a inserção de programação local destinada ao serviço jornalístico e noticioso pelas Retransmissoras de Televisão Mistas e pelas Retransmissoras de Rádio na Amazônia Legal, bem como a instalação dos transmissores de emissoras de radiodifusão em município diverso do que foi originalmente autorizado. Além disso, foram efetuadas melhorias no procedimento de renovação e transferência de outorgas dos serviços de radiodifusão, de modo a desburocratizar e tornar mais célere o processo.

Por outro lado, dentre as atribuições do Ministério está a atuação como órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), que é integrado pela Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM e pelas unidades administrativas dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal que tenham a atribuição de gerir ações de comunicação de cada pasta.

Para atuação neste sentido, as ações de publicidade e patrocínio são verdadeiros instrumentos de promoção da cidadania ao darem amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo Federal, divulgarem os direitos do cidadão e serviços colocados à sua disposição e, associadas às ferramentas de comunicação digital, imprensa e eventos oficiais, estimulam a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas.

No exercício de 2021, sobretudo em um ano que trouxe enormes desafios para enfrentamento e superação da pandemia do Covid-19, a comunicação publicitária desempenhou papel fundamental na divulgação de informações e orientações à população sobre medidas adotadas pelo Governo Federal, como a compra e distribuição das vacinas e protocolos de saúde. Foram 37 (trinta e sete) campanhas publicitárias desde o início da pandemia, em meios como TV, rádio, internet e *outdoor*, que somaram mais de 27 (vinte e sete) bilhões de possibilidades de visualização (impactos) em todo o país.

Além disso, foram desenvolvidas várias ações publicitárias institucionais e de utilidade pública, entre as quais se destaca a campanha sobre o enfrentamento à pandemia, com destaque para a vacinação, bem como outras campanhas:

- i) Semana Brasil;
- ii) Incentivo à implementação da Lei de Liberdade Econômica;
- iii) Wi-Fi Brasil;
- iv) Uso Consciente de Água e Energia;
- v) Pressupostos para a Retomada Econômica;
- vi) Combate aos Ilícitos Ambientais;
- vii) Campanha de Prestação de Contas;
- viii) Combate aos Incêndios Florestais; e
- ix) Campanha 5G, dentre outras campanhas de temas relevantes para a sociedade e para o país.

Dentre as ações necessárias, a fim de dar publicidade às ações governamentais, o MCom atuou na validação do material de comunicação visual, além de produzir orientações normativas para comunicação.

Adicionalmente, foram revisados e atualizados os manuais de procedimentos e fluxos de gestão de contratos de publicidade e comunicação digital e elaborados os manuais e fluxos de comunicação corporativa e assessoria de imprensa.

No tocante à Comunicação Digital, os canais digitais do Governo Federal foram expandidos, contemplando novas redes sociais e sites na plataforma gov.br, como o Canal da Secretaria Especial de Comunicação Social no [Telegram](https://t.me/Secom) e site gov.br/Secom.

Em seus perfis oficiais no [Twitter](https://twitter.com/Secom), [Instagram](https://www.instagram.com/Secom) e [Facebook](https://www.facebook.com/Secom), o Governo Federal consolida sua atuação com conteúdo que leva informação verdadeira e de qualidade a mais de 6 milhões de seguidores.

Entre os meses de março de 2020 a setembro de 2021, durante o enfrentamento da crise sanitária gerada pela Covid-19, os canais digitais do Governo realizaram mais de 8.000 (oito mil) publicações sobre assuntos com relação direta ou indireta com a questão da Covid-19 no Brasil, destacando os temas Prevenção/Cuidados, Entregas

de Saúde, Vacina, Auxílio Emergencial/ Assistência Social/ Indígenas/ Idosos e Emprego/ Renda/ Economia/ Retomada.

Potencializando a estratégia de posicionamento focada em séries especiais e editoriais temáticas, os perfis oficiais cresceram em engajamento e em número de seguidores. Entre as séries que tiveram destaque:

- Grandes autores da História do Brasil: série dedicada aos grandes escritores brasileiros, de seis gêneros literários.
- Recursos e Benefícios aos Estados: apresentação por unidade federativa dos recursos e benefícios enviados pelo Governo Federal aos estados.
- Economia, eficiência e transparência: apresentação das principais medidas da atual gestão na administração pública.
- Bicentenário: marca o início das celebrações dos 200 anos da Independência do Brasil, com foco na Soberania e Liberdade do povo brasileiro.
- Atletas brasileiros nas Olimpíadas de Tóquio: cobertura da atuação brasileira nos jogos olímpicos na capital japonesa, com ênfase no maior programa de patrocínio direto do mundo: Bolsa Atleta do Governo Federal.
- Balanço de 2 anos: série especial dos dois primeiros anos da atual gestão.
- Mil Dias de Governo: divulgação das entregas do Governo Federal.

As políticas e iniciativas por ora apresentadas refletem as escolhas do Ministério para buscar a transformação de determinada realidade, orientando taticamente a atuação do governo para o que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades impostas para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida da população.

3.7 Ambiente externo

Em 2021, os desafios advindos ainda do enfrentamento da pandemia de coronavírus (Covid-19) fizeram com que o MCom intensificasse sua atuação de modo a minimizar e mitigar os efeitos da pandemia em questões de âmbito social, profissional e econômico.

Em relação à economia, apesar da forte retração da atividade econômica no ano de 2020, a economia global mostrou boa capacidade de recuperação em 2021.

No que tange aos efeitos profissionais, o MCom envidou esforços com vistas à segurança e à saúde dos servidores, colaboradores e parceiros em geral do Ministério.

Não obstante os desafios impostos por essa nova realidade mundial e dentro de sua linha de atuação, o Ministério também atuou em diversas das suas ações e programas. Dentre os programas, podemos destacar o Brasil

Conectado, que foi mantido, tendo sido firmado compromisso público com prestadoras e associações do setor de telecomunicações.

Importa mencionar, ainda, a manutenção da prestação de serviços de telecomunicações e o fomento à expansão da conectividade, tendo sido expedidos diversos atos como o [Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020](#), [Portaria n.º 1.924/SEI-MCom, de 29 de janeiro de 2021](#) e [Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021](#).

Além disso, o Ministério promoveu o acesso à internet à população vulnerável e a unidades públicas de saúde por meio do programa Wi-Fi Brasil.

Outras ações foram desenvolvidas pelo MCom, destacando-se as campanhas de divulgação de informações de utilidade pública sobre o Covid-19.

3.8 Determinação da materialidade das informações

A materialidade das informações presentes neste relatório foi determinada a partir de parâmetros institucionais do MCom, tais como os resultados do planejamento estratégico e as principais entregas realizadas pelas unidades finalísticas do Ministério ao longo do ano de 2021. Assim, ao realizar o seu planejamento procurou-se formas mais adequadas de aplicação dos recursos disponíveis, com vistas a atender às demandas da sociedade, sem perder de vista a necessidade de promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços e das efetivas entregas.

Maiores informações a respeito das entregas realizadas pelas unidades finalísticas do MCom poderão ser observadas no monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional. No item 6.1, é possível observar os indicadores estratégicos do Ministério e seus resultados, dadas as prioridades da gestão.

4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

4.1 Gestão de riscos e controles internos

Como parte integrante da governança pública, a gestão de riscos deve estar alinhada ao planejamento estratégico institucional, aos processos, às políticas e à cadeia de valor do Ministério, compatibilizando a missão institucional e seus objetivos estratégicos.

A fim de implementar a gestão de riscos no Ministério foi precipuamente instituído o Comitê Ministerial de Governança – CMG, órgão colegiado responsável pela definição da estratégia institucional e diretrizes estratégicas de gestão de riscos.

Auxiliando o CMG, está o Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos – CTIR, responsável pelas deliberações sobre políticas, diretrizes e planos relativos a riscos.

Em sequência, o CTIR deliberou por meio da Resolução CTIR nº 01, de 2 de setembro de 2021, sobre a Política de Gestão de Riscos e Controle Interno, tendo por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades mínimas a serem observadas e seguidas para a gestão de riscos e de controles internos.

Por conseguinte, o Comitê Técnico aprovou a Metodologia de Gestão de Riscos do MCom, de forma a detalhar as etapas necessárias à condução dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos na Instituição, sendo complementar ao Plano de Integridade e Gestão de Riscos. Além disso, o documento tem como objetivo disponibilizar orientações sobre o uso das técnicas e ferramentas de gestão de riscos, trazendo teoria e conceitos, exemplificações e modelos como forma de subsidiar a atuação dos gestores de risco.

É mister salientar que dada a recente criação do Ministério e, conseqüentemente, do Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos, a política de gestão de riscos do MCom encontra-se em estágio inicial de implementação. Assim, diversas ações ainda deverão ser construídas ao longo do ano de 2022, a saber:

- Definição do sistema a ser utilizado para gerenciamento de riscos;
- Pesquisa de maturidade dos servidores em gestão de riscos;
- Capacitação de servidores em gestão de riscos;
- Plano de comunicação;
- Mapeamento de processos para priorização de gerenciamento de riscos;
- Análise, avaliação, gerenciamento e tratamento de riscos.

Em relação aos riscos atinentes à tecnologia da informação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI identificou que os seguintes riscos podem afetar sua capacidade em gerar valor no curto, médio e longo prazos:

- a) Contingenciamento orçamentário;
- b) Reestruturação Organizacional da área de TI ou do MCom;
- c) Descontinuidade de Contratos e interrupção de serviços ou fornecimento de bens;
- d) Licitação deserta/fracassada;
- e) Indisponibilidade de recursos;
- f) Surgimento de demandas não previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC; e
- g) Falta de apoio da Alta Gestão.

Por outro lado, foram identificadas as seguintes oportunidades na geração de valor em curto, médio e longo prazos:

- a) Transformação Digital do Governo;
- b) Implementação do Trabalho remoto; e
- c) Parcerias e cooperações.

As ações relacionadas à tecnologia da informação constantes dos planos estratégicos (Plano Estratégico Institucional - PEI, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e Plano de Transformação Digital -

PTD) são monitoradas por meio de acompanhamentos periódicos, revisões e adequações com vistas à identificação e mitigação de riscos. Além disso, atua-se em conformidade com a [Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019](#), da SGD/ME, a qual estabelece obrigatoriedade de elaboração do mapa de gerenciamento de riscos para planejamento e contratação de soluções de tecnologia da informação.

Em que pese o MCom estar conseguindo ampliar, a cada ano, o seu quadro de profissionais de TIC, as novas possibilidades de trabalho trazidas pela pandemia do novo coronavírus adicionaram certo grau de incerteza com relação à manutenção do número de servidores e equipes, uma vez que a rotatividade entre os servidores públicos tem sido cada vez maior entre os diversos órgãos públicos.

Ainda com relação aos impactos advindos da pandemia, com um aumento do número de serviços públicos digitalizados, tem-se um maior número de dados sensíveis a serem tratados e por consequência uma maior necessidade de gestão para prover segurança das informações e adequação aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nesse cenário de maior uso de tecnologia, o risco de obsolescência de ferramentas demanda maior planejamento e atualização contínua das ações conduzidas na área de TICs, tornando imprescindível a adequação de cláusulas contratuais e a revisão normativa acerca de procedimentos para a utilização de serviços virtuais e tratamento de incidentes.

Sob o viés orçamentário, sua limitação é considerada como de alto risco para os próximos exercícios, o qual poderá impactar diretamente a oferta de plataformas compartilhadas de governo digital, bem como o avanço desta agenda junto aos demais órgãos, estados e municípios.

Em relação à gestão de riscos em licitações, compras e contratos, não sendo exaustiva, seguem algumas ações implementadas pelo MCom a fim de mitigar os riscos relacionados a licitações e contratos:

- Formalização de processo de trabalho, plano de trabalho, termo de referência e Projeto básico bem definidos;
- Estudos de viabilidade;
- Plano (anual) de compras;
- Estabelecimento de requisitos de habilitação com especificações precisas e correlatas com o objeto do edital;
- Submissão de todos os editais previamente à Consultoria jurídica - CONJUR do MCom;
- Alocação e definição dos papéis na gestão e fiscalização dos contratos;
- Treinamento e qualificação dos fiscais e gestores.

No que se refere aos riscos e oportunidades relacionados à gestão de pessoas, temos o que segue:

Riscos	Oportunidades
a. Não realização do Processo Seletivo Simplificado;	a. Realização do Processo Seletivo Simplificado;
b. Não ampliação de créditos para reembolso de Pessoal Requisitado.	b. Realização de todas as capacitações previstas para 2022

4.2 Integridade

A estrutura de funcionamento da integridade do Ministério é composta em sua linha superior pelo Comitê Ministerial de Governança – CMG, alhures mencionado. Especificamente em relação à integridade, em um nível abaixo ao CMG temos a Unidade de Gestão da Integridade, que coordena a estruturação, a execução e o monitoramento do Plano de Integridade no âmbito do MCom. Já em um terceiro nível de estrutura no Ministério temos as Instâncias Internas de Integridade, as quais atuam com temas relacionados à integridade. Por fim, apresentam-se os Agentes de Integridade, que são os servidores que atuam no fortalecimento das ações do Plano de Integridade em suas unidades.

Em sua 1ª reunião, em setembro de 2021, o CTIR aprovou o Plano de Integridade do Ministério. Este Plano de Integridade observou as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE, fundamentando-se em princípios, valores e padrões normativos do setor público e adotando uma abordagem baseada em riscos. Além disso, o Plano foi concebido em estrita observância à missão, à visão e aos valores organizacionais presentes no Planejamento Estratégico do MCom.

O Plano de Integridade do MCom não é fixo, ele possui um ciclo contínuo de análises para possíveis atualizações com o objetivo de garantir a constante revisão e uniformidade dos processos de atividades que dizem respeito à integridade e, dessa forma, busca continuamente disseminar a cultura de integridade.

4.3 Ética

A Comissão de Ética do Ministério atua de acordo com a [Portaria MCom nº 185, de 1º de junho de 2021](#), tendo como objetivo a orientação e o aconselhamento sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

Em continuidade às atividades da Comissão, foram elencadas as ações estratégicas a serem implementadas, a saber:

- Ações de sensibilização voltadas à prevenção de condutas antiéticas para os colaboradores do MCom;
- Elaboração do código de conduta profissional do servidor do MCom;
- Mapeamento e divulgação dos canais de denúncia e de fluxos dos processos da comissão de ética;
- Elaboração de normativo que trate sobre a omissão de irregularidades de forma intencional;
- Estudo e implementação de mecanismos para aprimoramento da atuação da comissão de ética.

4.4 Principais ações de supervisão, controle e de correição

Compete à Assessoria Especial de Controle Interno - AECl assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão. Além disso, é função desta Assessoria assistir o Ministro de Estado no pronunciamento de que trata o [art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992](#).

Além disso, à AECl compete:

- Coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades, por meio da instauração e da condução de procedimentos correicionais;

- Coordenar as atividades de ouvidoria, em especial em relação às solicitações de acesso à informação e às manifestações referentes a serviços prestados e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério.

Em 2021, a AECl/MCom:

- Prestou assessoria ao Ministro junto ao Tribunal de Contas da União – TCU;
- Prestou orientação técnica ao Secretário-Executivo e demais gestores do ministério sobre controle, riscos, transparência, integridade e outros assuntos;

- Realizou interlocução com os órgãos de controle e de defesa do Estado, garantindo o envio das informações requeridas no prazo estipulado, e em conformidade com o solicitado;

- Realizou reuniões com as entidades vinculadas ao órgão, com vistas à supervisão ministerial;

- Atuou nos seguintes comitês e grupos de trabalho:

- Comitê de Proteção de Dados Pessoais do MCom ([Portaria nº 1.453/Sei-MCom, de 23 de novembro de 2020](#));

- Grupo de Trabalho sobre Revisão e Consolidação dos Atos Normativos Inferiores a Decreto ([Portaria nº 1.510/SEI-MCom, de 26 de novembro de 2020](#); Portaria MCom nº 4.097, de 17 de novembro de 2021);

- Grupo de Trabalho para Finalizar o Passivo de Contas de Convênios e Instrumentos Congêneres do MCom (Portaria MCom nº 4.311, de 14 de dezembro de 2021);

- Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Risco ([Portaria MCom nº 3.481, de 30 de agosto de 2021](#));

- Comitê Técnico de Governança ([Portaria MCom nº 4.093, de 17 de novembro de 2021](#)).

No período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a quantidade de demandas de órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado, que tramitaram pela Assessoria Especial de Controle Interno (Fonte: SEI/MCom e Banco de Dados) foram:

- Controladoria-Geral da União: 37 (trinta e sete) processos;

- Tribunal de Contas da União: 78 (setenta e oito) processos, sendo 26 – vinte e seis - de Tomada de Contas Especial dos Correios;

- Ministério Público Federal, Estadual e Polícia Federal: 119 (cento e dezenove) processos;

- Tomada de Contas Especial: 8 (oito) pronunciamentos ministeriais.

A Controladoria-Geral da União publicou, em 2021, 2 (dois) Relatórios de Auditoria, que se referem a trabalhos realizados no âmbito de atuação das Unidades do MCom. (vide Anexo).

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, publicou 19 Acórdãos abrangendo as Secretarias do Mcom. (vide Anexo 7.2)

Corregedoria

Como unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SISCOR, a Corregedoria do Ministério das Comunicações – MCom encontra-se sob a supervisão administrativa da Assessoria de Controle Interno e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União. No âmbito do MCom, é a unidade responsável pela prevenção e repressão de possíveis irregularidades funcionais cometidas por seus servidores. Cabe a ela conduzir investigações a respeito de denúncias ou representações envolvendo a atuação funcional dos agentes públicos do Ministério, bem como a apuração de responsabilidade desses agentes e de entes privados, em conformidade com a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.

Durante o exercício de 2021, a Corregedoria analisou 170 (cento e setenta) processos de juízos de admissibilidade, grande parte deles oriundos da Corregedoria do extinto MCTIC, a qual encaminhou a esta Unidade os processos relacionados a servidores e entidades vinculadas a atual estrutura deste Ministério. Ademais, foram instaurados 3 (três) procedimentos investigativos, dentre os quais 1 (um) encontra-se concluído e 2 (dois) estão em andamento.

Cumprir registrar que, a partir de setembro de 2021, esta unidade correcional iniciou a participação no projeto intitulado de Modelo de Maturidade Correcional, implementado pela Corregedoria-Geral da União. Trata-se de um modelo geral que orienta a gestão em torno de princípios, métodos e processos a fim de fortalecer ou aprimorar a atividade correcional por meio de etapas sucessivas de evolução, sendo um instrumento para avaliação do nível de maturidade das diversas organizações públicas do Poder Executivo Federal.

Conforme descrito em seu referencial teórico, o modelo proposto prevê 5 (cinco) níveis de maturidade com 4 (quatro) áreas avaliadas (elementos), as quais preveem atividades essenciais agrupadas em KPAs (*Key Process Area*) ou Macroprocessos-chave. Em síntese, a unidade correcional deverá demonstrar, na prática, a implementação das atividades propostas, com apresentação de documentos referentes ao caso concreto para comprovação das evidências de que todas as atividades essenciais previstas no referencial teórico estão inseridas nas rotinas de trabalho da organização e contribuem para a consecução dos objetivos do KPA. Nesse ponto, importa registrar que a exigência de apresentação de casos concretos dificulta o cumprimento de algumas atividades essenciais previstas no KPA, uma vez que, por ser uma Unidade Correcional criada recentemente, ainda não foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares ou Processos Administrativos de Responsabilização de Entes Privados. Dessa maneira, a Corregedoria buscou, nesse primeiro momento, identificar e produzir as evidências das atividades essenciais dos procedimentos referentes ao KPA 2.1 (Procedimentos Correcionais Investigativos) e alguns itens do KPA 2.2 (Responsabilização de agentes públicos e entes privados), as quais serão complementadas

durante o exercício de 2022 e apresentadas à Corregedoria-Geral da União na próxima rodada de autoavaliação prevista para o citado exercício.

No que diz respeito à força de trabalho, atualmente, além da Corregedora, contamos com a colaboração de uma assessora técnica, uma coordenadora e uma servidora que integra a Coordenação de Juízo de Admissibilidade e Julgamento.

Por fim, importa registrar que, com vistas a aprimorar e atualizar o conhecimento prático e teórico da equipe, os colaboradores desta Unidade participaram de capacitações *online* ofertadas pela CGU, abaixo relacionadas:

- Curso de Juízo de Admissibilidade;
- Dosimetria das sanções disciplinares;
- Curso Básico de Processo Administrativo Disciplinar;
- Curso Lei Anticorrupção e Cadastros de Sanções oferecidos pela CGU;
- Curso LGPD na área correccional;
- Encontro SISCOR 2021; e
- Reuniões semanais do Modelo de Maturidade Correccional (setembro a dezembro de 2021).

Ouvidoria

No período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, foram direcionadas ao Ministério das Comunicações, para tratamento pela Ouvidoria – OUV, o total de 600 (seiscentos) pedidos de informação, com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e o total de 1.625 (hum mil, seiscentos e vinte e cinco) manifestações de ouvidoria, compreendendo: comunicações, denúncias, elogios, reclamações, Simplifique!, solicitações e sugestões; somando-se aí 2.225 (duas mil, duzentos e vinte e cinco) demandas ao todo.

A Tabela e os gráficos a seguir apresentam os quantitativos de demandas, inclusive, destacando as tratadas no âmbito do próprio MCom, além daquelas que foram recebidas e encaminhadas a outros órgãos ou entidades, em função da competência para a adoção de providências:

TIPO DA DEMANDA	RESPONDIDAS PELO MCOM	%	ENCAMINHADAS PARA OUTRAS OUVIDORIAS	%	TOTAL	%
Acesso à Informação	501	31,65	99	15,42	600	26,97
Comunicação	197	12,44	69	10,75	266	11,96
Denúncia	130	8,21	36	5,61	166	7,46
Elogio	6	0,38	1	0,15	7	0,31
Reclamação	212	13,39	260	40,50	472	21,21
Simplifique	3	0,19	1	0,15	4	0,18
Solicitação	478	30,20	152	23,68	630	28,31
Sugestão	56	3,54	24	3,74	80	3,60
TOTAIS	1.583	100	642	100	2.225	100

Tabela 1 - Quantitativos de demanda da Ouvidoria

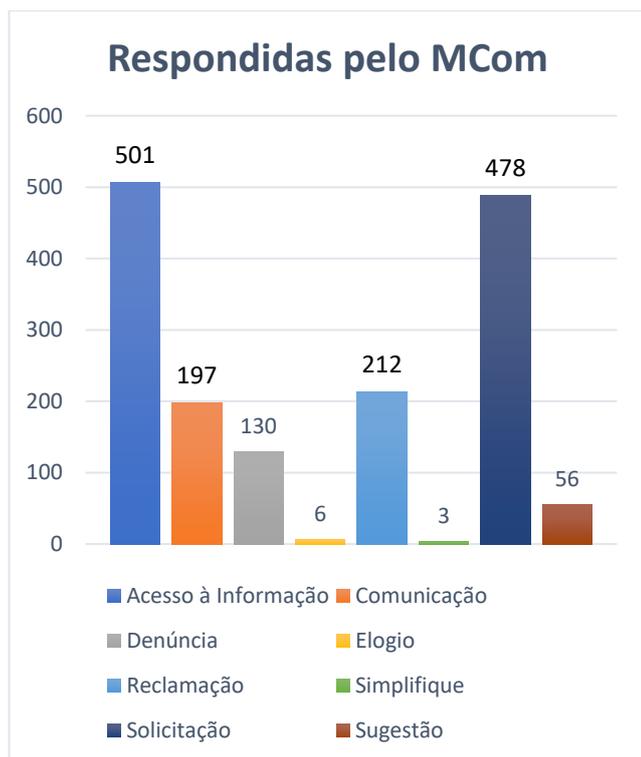


Gráfico 1 - Demandas respondidas pelo MCom



Gráfico 2 - Demandas encaminhadas para outras Ouvidorias

Dentre os pedidos mais frequentes, no que tange ao Acesso à Informação, Solicitação e Denúncia podemos destacar os seguintes assuntos:

- 1- Irregularidades com Rádios Comunitárias que vendem espaço publicitário ou fazem propaganda política;
- 2- Solicitações relacionadas aos processos de outorga ou pós-outorga;
- 3- Pedidos de informação sobre o montante gasto em publicidade pelo Governo federal, com campanhas sobre Covid-19, Reforma da Previdência, Privatização dos Correios, montantes destinados para redes sociais, mídia digital, rádio e televisão;
- 4- Gastos em campanhas publicitárias específicas (ex. Campanha de vacinação);
- 5- Impulsionamentos nas redes sociais das contas oficiais do MCom e da Presidência da República;
- 6- Termos bloqueados nas páginas oficiais da Secretaria Especial de Comunicação Social e da Presidência da República no *Facebook*, no *Twitter* e no *Instagram*.

Importante destacar que, das 2.225 (duas mil, duzentos e vinte e cinco) demandas cadastradas na Plataforma Fala.BR, todas foram tratadas dentro dos prazos legais estabelecidos, ou seja, nenhum prazo foi perdido pela Ouvidoria do MCom, relativamente ao tratamento das demandas originais recebidas. Ressalva-se, entretanto, que dos recursos relativos à Lei de Acesso à Informação recebidos, um recurso de segunda instância foi respondido no dia seguinte ao prazo legal estabelecido.

A seguir, a tabela relativa aos recursos de LAI recebidos e tratados no âmbito do MCom (primeira e segunda instância), bem como aqueles que subiram à CGU (terceira instância) e à CMRI (quarta instância):

INSTÂNCIA	QUANTIDADE
Primeira Instância	72
Segunda Instância	23
Terceira Instância (CGU)	11
Quarta Instância (CMRI)	2
TOTAL	108

Tabela 2 - Recursos de LAI recebidos e tratados

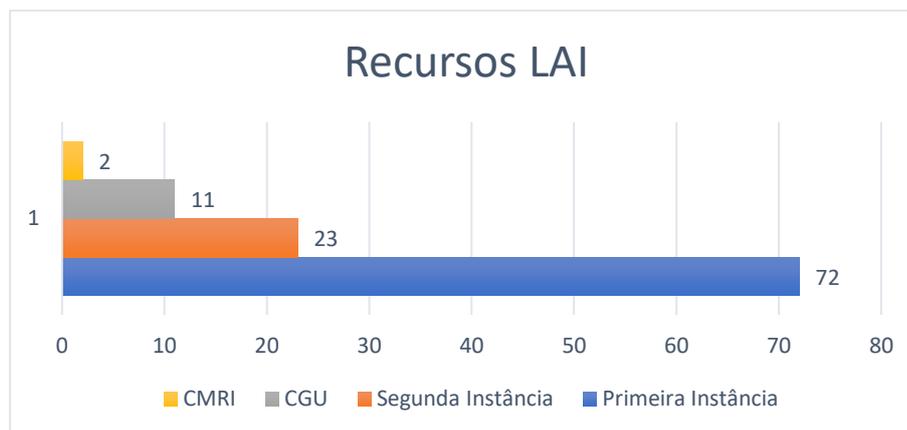


Gráfico 3 - Recursos LAI

Dentre os recursos de 1ª instância, destaque-se que foram respondidos diretamente pela Ouvidoria, três deles, por não haver necessidade de serem encaminhados para as áreas finalísticas.

A Ouvidoria recebeu alguns elogios por parte dos cidadãos ao longo de 2021, destacando a presteza, atenção e qualidade das informações disponibilizadas.

Ações estruturantes em 2021:

Foi implementada a utilização do Módulo de Tratamento de Manifestações da Plataforma Fala.BR, mediante o qual todas as demandas de Ouvidoria (exceto pedidos de informação via LAI) passaram a tramitar e receber o devido tratamento pelas áreas técnicas do Ministério. Inclusive, foi realizado, pela Ouvidoria, curso de alinhamento para todos os colaboradores do MCom que trabalham com a Plataforma Fala.BR.

Foram editadas notas informativas que normatizam e uniformizam o trâmite de denúncias recebidas e de pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação – LAI, respectivamente, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Foi deflagrado o processo de adequação ao Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública – MMOuP, lançado pela Controladoria-Geral da União – CGU, como instrumento de referência para os gestores de Ouvidoria para otimização dos objetivos, da estrutura e dos processos de ouvidoria pública. Após o levantamento e análise de sua pontuação, a Ouvidoria MCom está no estágio de elaboração do Plano de Ação para elevação de seu nível no MMOuP.

Quanto ao cumprimento dos quesitos estabelecidos e aferidos pela CGU relativamente à transparência ativa, o Ministério das Comunicações, intermediado pela Ouvidoria, encontra-se no nível de excelência, com

adequação à totalidade dos 49 quesitos, conforme print da tela da Plataforma Fala.BR, a seguir, observando-se o destaque:

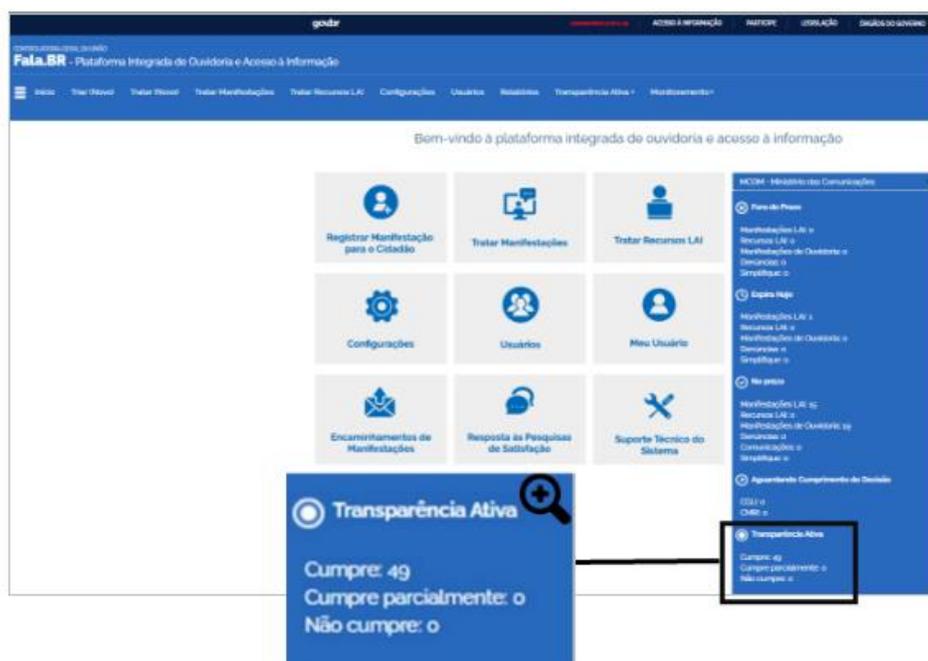


Figura 6 - Nível de excelência no quesito transparência ativa

5. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

5.1 Estratégia

A missão do MCom dispõe sobre propósito fundamental do Ministério, a sua razão de ser, bem como os interessados nos seus resultados e o impacto esperado de sua atuação. Trata-se do principal pilar do planejamento estratégico no qual todos os demais elementos estratégicos se espelham.

Na visão de futuro está expresso o resultado que o Ministério espera atingir em um determinado período, além de traduzir o que queremos ser e como queremos ser vistos.

Já os valores enunciados correspondem aos princípios perenes da Instituição. São os ideais de atitude e comportamento que devem estar presentes em seus gestores e servidores e nas relações da instituição com seus colaboradores e com a sociedade.

Para o cumprimento das competências designadas para o Ministério, a missão e a visão institucionais propostas foram:

- Missão: “Ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.”
- Visão: “Tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade.”

O Mapa Estratégico do MCom consolida os objetivos estratégicos orientados ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro. Os objetivos estratégicos possuem indicadores associados com metas estabelecidas até 2023, permitindo a avaliação, monitoramento e o controle do desempenho do Ministério rumo aos resultados esperados. Essas informações estão consolidadas no painel de indicadores do MCom, onde estão identificados os resultados esperados de cada unidade do Ministério, estando associados aos objetivos estratégicos.

Para elaboração do mapa estratégico do MCom a equipe de Gestão Estratégica do Ministério se debruçou sobre diversos documentos anteriores à recriação do órgão. Em seguida, deu-se atenção aos objetivos, resultados intermediários e ações orçamentárias previstos no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Após, realizou-se *Benchmarking* para avaliar as melhores práticas internacionais acerca de gestão pública do setor de Comunicações, dando-se preferência a países que hoje se mostram referências em “Governo Digital” e em temas ligados à “Sociedade da Informação”. Por fim, houve diversas reuniões com as áreas técnicas e a alta administração para formulação da Missão e Visão, dos Objetivos Estratégicos e dos Indicadores e Metas.

Após esses passos, o trabalho fora apresentado ao Ministro de Estado, que validou o Planejamento Estratégico do Ministério das Comunicações para o período 2021-2023. Em sequência, foi instituído o Planejamento Estratégico do MCom por meio da [Portaria nº 2.650, de 18 de maio de 2021](#), apresentando sua missão, visão e os objetivos estratégicos e definindo como será o monitoramento, avaliação e revisão de indicadores, metas, iniciativas, projetos e demais ações dele decorrentes e seus resultados.

A ideia do mapa é a distribuição dos objetivos estratégicos entre os quatro grandes temas de atuação do Ministério das Comunicações, que são: Radiodifusão, Telecomunicações, Comunicação Social e Serviços Postais.

Os objetivos do mapa convergem para o atingimento da Missão e da Visão do Ministério. Deste modo, os objetivos foram dispostos em linhas de acordo com a proximidade à atuação finalística da instituição. Assim, analisando o mapa a seguir, de baixo para cima, tem-se os Resultados de Gestão, que são, em síntese, as atividades de suporte e de área meio, reconhecidamente importantes em todas as organizações para o atingimento das suas finalidades. Em seguida, um degrau acima, tem-se o quadro de Resultados Intermediários, que buscam refletir os principais objetivos das áreas técnicas temáticas do Ministério que darão sustentação ao próximo degrau do mapa, o de Resultados para a Sociedade.

Na linha de Resultados para a Sociedade, buscou-se condensar, dentro de cada área temática de atuação do órgão, qual o objetivo de entrega/melhoria para o setor buscado pela atual gestão do Ministério, ou seja, pretendeu-se revelar qual impacto na realidade do setor pretendido para o período planejado. Destaca-se que restou consignado, nesta caixa de Resultados para a Sociedade, um objetivo transversal de aprimoramento do ambiente de negócios e atratividade ao investimento privado, pois se entendeu tratar de tema comum a todas as áreas do Ministério, sendo este, inclusive, um dos grandes gargalos de múltiplos setores da economia do país.

Para maiores informações e entendimento sobre o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério acesse o Caderno do Planejamento Estratégico Institucional no link

https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_CadernodoPlanejamentoEstratgicoInstitucional20212023.pdf.

A seguir, apresenta-se o Mapa Estratégico do Ministério das Comunicações 2021-2023:



Figura 7 - Mapa Estratégico do Ministério das Comunicações 2021-2023

5.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A maturidade da governança e a capacidade de gestão do Ministério passa pelo diagnóstico da situação pretérita, ou seja, antes da sua recriação, pela situação atual e a necessidade de se olhar para onde o MCom quer chegar (visão de futuro). Tendo isso em mente e no intuito de melhorar a capacidade técnica do Estado para a condução de políticas públicas, além de uma melhor distribuição da força de trabalho com valorização dos servidores, o MCom tem trabalhado para aprimorar seus métodos de trabalho e processos.

Para isso, foram implementadas algumas iniciativas de governança e gestão no Ministério, a saber:

- Implementação do Programa de Gestão - PG ([Portaria nº 2.049, de 19 de fevereiro de 2021](#))

Esta iniciativa tem como finalidade a mensuração da produtividade e dos resultados das unidades do Ministério e do desempenho dos servidores participantes de acordo com as entregas pactuadas com as chefias imediatas.

- Assinatura do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado - PGT TransformaGov ([Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020](#))

Instituído no ano de 2021, em parceria com o Ministério da Economia, a adesão do MCom ao PGT TransformaGov objetivou avaliar e modernizar a gestão estratégica, conferindo mais eficiência ao gasto público de forma a entregar mais valor à sociedade.

- Publicação do Plano de Dados Abertos – PDA ([Portaria MCom nº 2.258, de 24 de março de 2021](#))

O PDA é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados, obedecendo a padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. Tem por finalidade a transparência pública do Ministério, visando assegurar aos cidadãos o acesso aos dados existentes em formato aberto, permitindo sua livre utilização, consumo e cruzamento.

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP 2021-2023

Tem como finalidade elencar as ações de desenvolvimento necessárias à consecução dos objetivos institucionais do Ministério. O PDP 2021-2023 do MCom tem como principais objetivos o alinhamento das ações de desenvolvimento e a estratégia do Ministério, o estabelecimento dos objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento, o atendimento às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras, o norteamento do planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência e o acompanhamento do desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional, dentre outros.

- Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPDP ([Portaria MCom nº 1.453, de 23 de novembro de 2020](#))

Visa à elaboração do Programa de Governança em Privacidade – PGP, pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção de dados existentes e pela proposição de ações voltadas ao seu aperfeiçoamento.

- Publicação do Plano de Transformação Digital – PTD

Tem seus objetivos alinhados ao [Decreto nº 10.332, de 29 de abril de 2020](#), estando assim definidos no MCom:

- Simplificação do acesso aos serviços públicos, bem como monitoramento e a avaliação dos serviços;
- Redução dos custos dos cidadãos e empresas para obtenção de serviços;
- Redução do tempo de espera pelos serviços;
- Redução de custos nos processos de outorga, autorizações, licenças e certificações;
- Maior agilidade nos processos de outorga, autorizações, licenças e certificações;
- Otimização do uso da força de trabalho;
- Menor custo-efetividade;
- Redução de custos e retrabalho no atendimento, autocadastramento, atualização cadastral e negociação de custo de compra de mídia e fornecedores de produção publicitária; e
 - Redução de custos e retrabalho, bem como aumento da segurança, no credenciamento de profissionais de imprensa para o acesso a eventos com participação do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.

6. RESULTADOS DA GESTÃO

6.1 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

Objetivos Estratégicos

Por conta da recente criação do Ministério em agosto de 2020, o debate, a definição e a instituição do Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2023 ([Portaria MCom nº 2.650, de 18 de maio de 2021](#)) ocorreu no ano de 2021. Destarte, o monitoramento dos indicadores estratégicos do Ministério também é recente e, por isso, somente foi possível aferir e apresentar seus resultados ao Comitê Ministerial de Governança – CMG na 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, realizada em novembro de 2021.

Considerando isso, os resultados alcançados no 1º ciclo de monitoramento dos indicadores findado em outubro de 2021 são apresentados a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:

PROMOVER A COMPETITIVIDADE, ASSEGURAR INVESTIMENTOS E AMPLIAR A OFERTA DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO À POPULAÇÃO DO BRASIL

Iniciativa 1

Análise de propostas de Radiodifusão Comercial em estoque

Iniciativa 2

Publicações de novos editais de Radcom e Educativa

Iniciativa 3

Análise das propostas de Radcom em estoque

Indicador 1 – Número de outorgas dos serviços de radiodifusão (TVE, FM, Radcom)



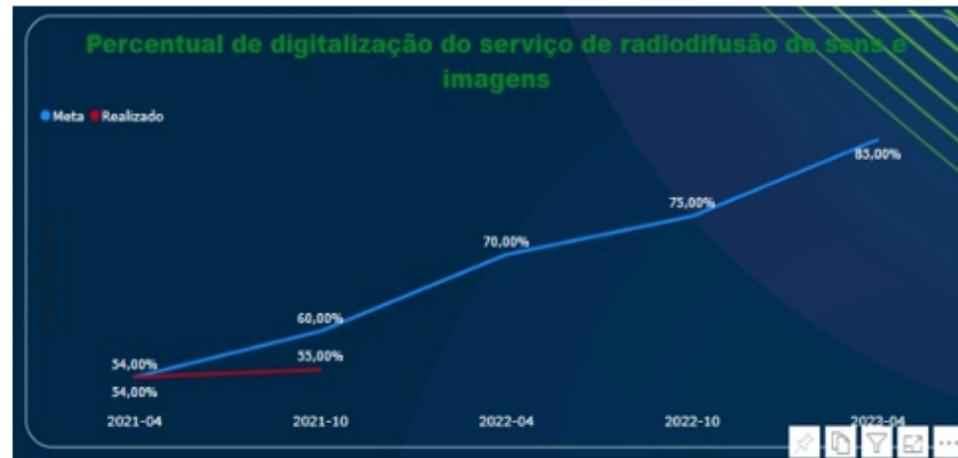
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.1:

PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO À LUZ DA CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA DA INTERNET E DA DIGITALIZAÇÃO

Iniciativa 4

Programa Digitaliza Brasil - provimento de pelo menos um canal digital para municípios com canal analógico de TV

Indicador 1.1.a – Percentual de digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.2:

SIMPLIFICAR E AGILIZAR A INTERAÇÃO DO SETOR DE RADIODIFUSÃO COM O GOVERNO FEDERAL

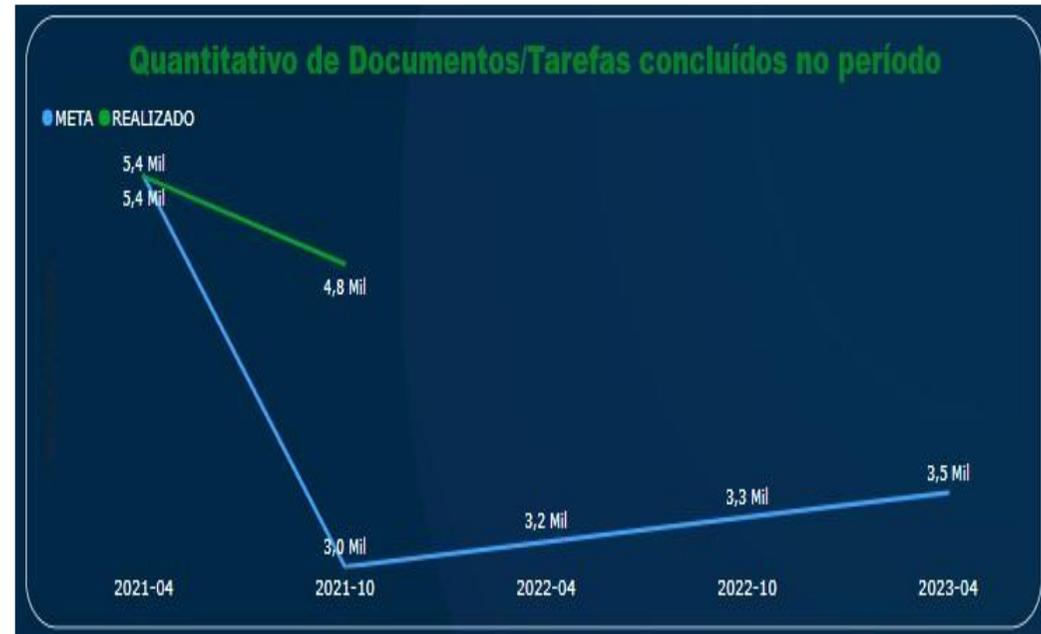
Indicador 1.2.a – Quantitativo de Documentos/Tarefas concluídos no período

Iniciativa 5

Digitalização dos serviços de radiodifusão

Iniciativa 6

Simplificação regulatória



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.3:

AMPLIAR A COBERTURA E A OFERTA DE CONTEÚDO NOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

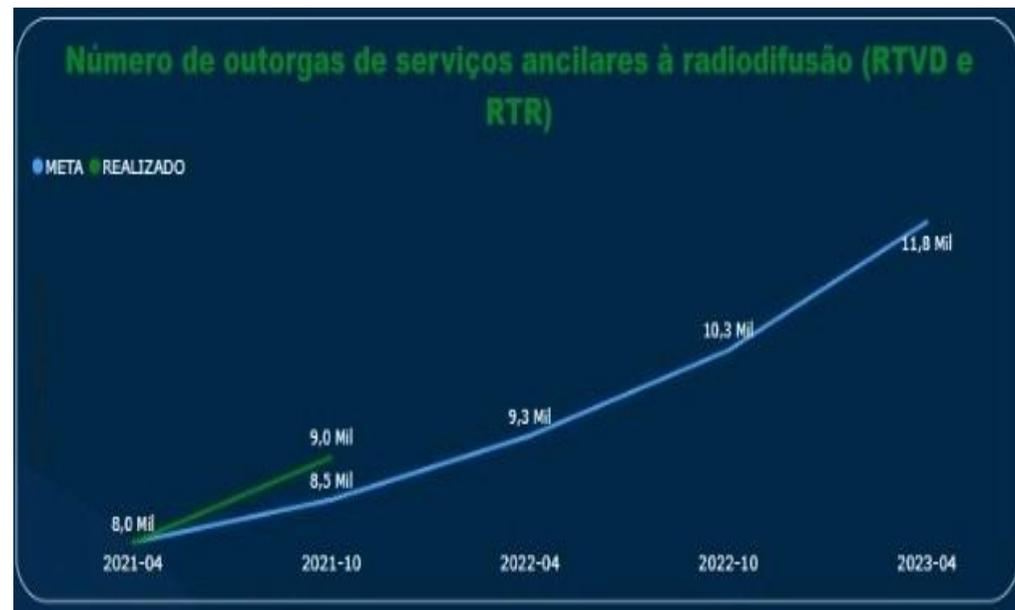
Iniciativa 7

Lançamento de editais de RTR e RTVD

Iniciativa 8

Programa Digitaliza Brasil - concessões de canais digitais

Indicador 1.3.a – Número de outorgas de serviços ancilares à radiodifusão (RTVD e RTR)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:

GARANTIR A OPORTUNIDADE DE ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ALTA QUALIDADE, PROMOVER A INCLUSÃO DIGITAL, FORTALECER A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E APOIAR A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Iniciativa 9

Conecta Brasil

Indicador 2.a – Índice de conectividade para o Brasil



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.1:

MASSIFICAR A INTERNET DE ALTA VELOCIDADE E ESTIMULAR A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



Indicador 2.1.a – Pontos instalados no âmbito do Programa Wi -Fi Brasil



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.2:

PROMOVER TECNOLOGIAS EMERGENTES E ORIENTAR A REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

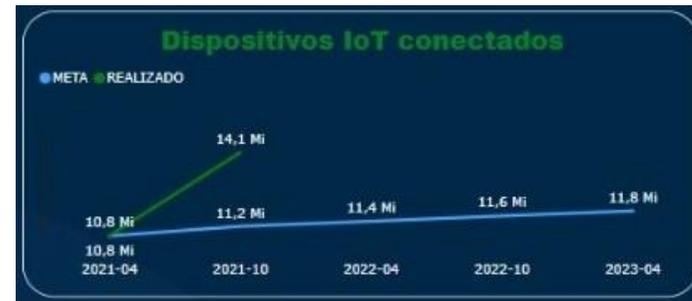
Iniciativa 11

Implementação do 5G

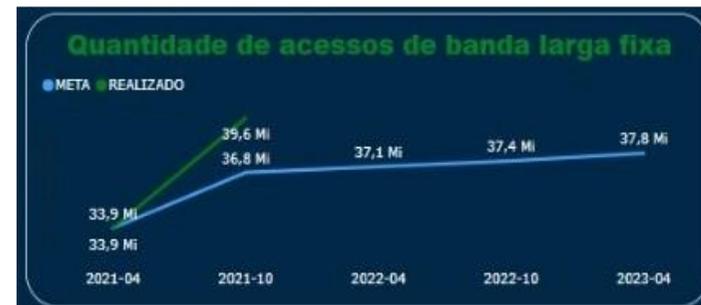
Indicador 2.2.a – Acessos 4G e 5G ativos



Indicador 2.2.b – Dispositivos IoT conectados



Indicador 2.2.c – Quantidade de acessos de banda larga fixa



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.3:

APOIAR A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES

Iniciativa 12

Operação e apoio à gestão do Funttel

Indicador 2.3.a – Percentual de instrumentos de aplicação de recursos anuais do Funttel aprovados



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.4:

FOMENTAR A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, COM ÊNFASE EM INTEROPERABILIDADE E SEGURANÇA DE REDES

Iniciativa 13

Norte Conectado

Iniciativa 14

Nordeste Conectado

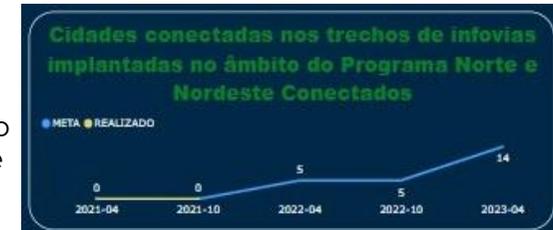
Iniciativa 15

Projetos de Investimento (Lei n.º 12.431/2011)

Iniciativa 16

Aplicação de recursos do FUST

Indicador 2.4.a – Cidades conectadas nos trechos de infovias implantadas no âmbito do Programa Norte e Nordeste Conectados



Indicador 2.4.b – Processos de debêntures analisados em até 60 dias



Indicador 2.4.c – Percentual de aplicação de recursos orçamentários disponibilizados ao FUST



OBJETIVO ESTRATÉGICO 3:

PROMOVER A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS NECESSÁRIAS AO PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Iniciativa 17

Integração das ações de comunicação do SICOM

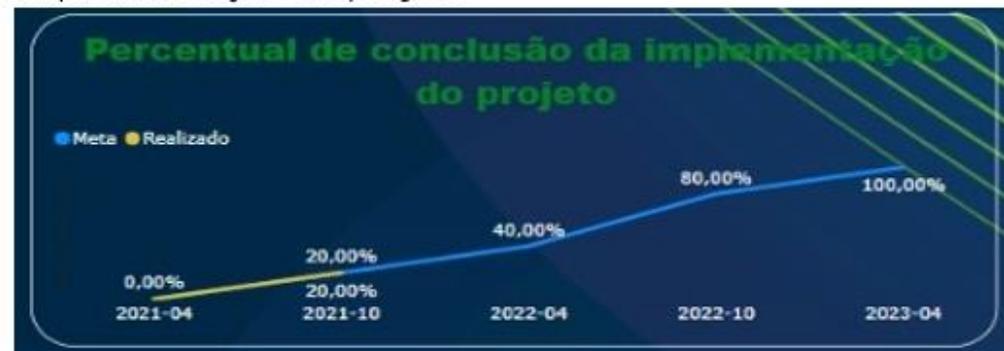
Iniciativa 18

Implementação do projeto
Publicidade em substituição ao
SECOMWEB

Indicador 3.a – Mensuração das transmissões de discursos e coletivas de imprensa realizadas, na TV, internet e mídias sociais



Indicador 3.b – Percentual de conclusão da implementação do projeto

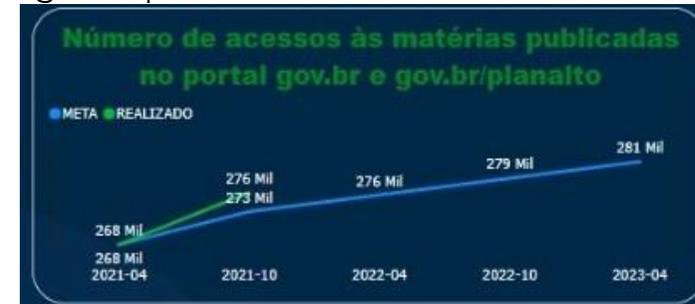


OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.1: DISTRIBUIR INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL OFICIAL

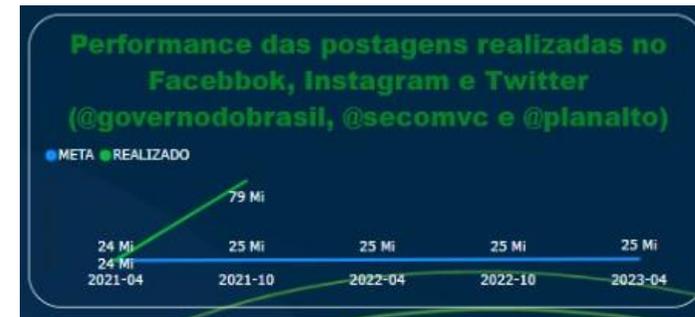
Iniciativa 19

Publicação de Matérias e Séries Especiais nos portais gov.br e gov.br/planalto e nas redes sociais

Indicador 3.1.a – Número de acessos às matérias publicadas no portal gov.br e gov.br/planalto



Indicador 3.1.b – Performance das postagens realizadas no Facebook, Instagram e Twitter (@governodobrasil, @secomvc e @planalto)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.2: DIVULGAR AS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

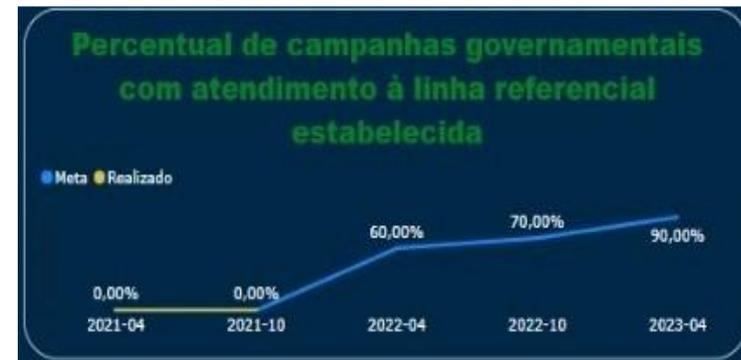
Iniciativa 20

Aumento da eficiência da publicidade pública

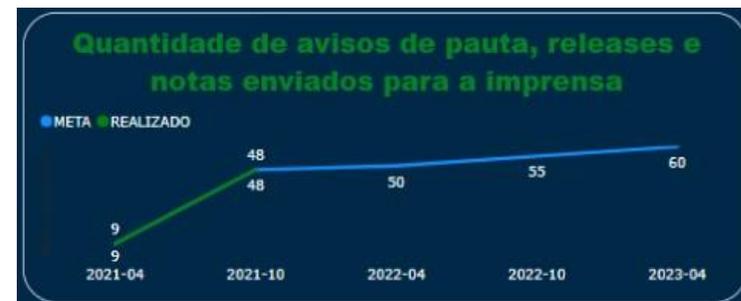
Iniciativa 21

Identificação e divulgação de pautas de oportunidade relacionadas à agenda presidencial

Indicador 3.2.a – Percentual de campanhas governamentais com atendimento à linha referencial estabelecida



Indicador 3.2.b – Quantidade de avisos de pauta, releases e notas enviados para a imprensa



OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.3:

APRIMORAR AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS ÓRGÃOS DE IMPRENSA DO PAÍS E EXTERIOR

Iniciativa 22

Entrevistas concedidas pelo Presidente da República

Iniciativa 23

Aprimoramento do atendimento das demandas de imprensa

Indicador 3.3.a – Quantidade de entrevistas concedidas pelo Presidente da República



Indicador 3.3.b – Percentual de demandas de imprensa atendidas



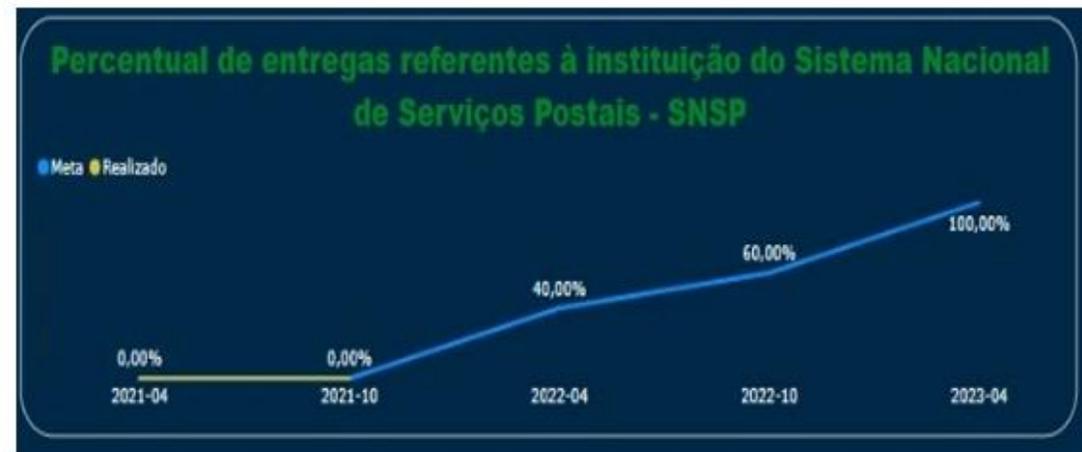
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4:

MODERNIZAR, AMPLIAR E MELHORAR A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS

Iniciativa 24

Instituir o Sistema Nacional de Serviços Postais - SNSP

Indicador 4.a – Percentual de entregas referentes à instituição do Sistema Nacional de Serviços Postais - SNSP



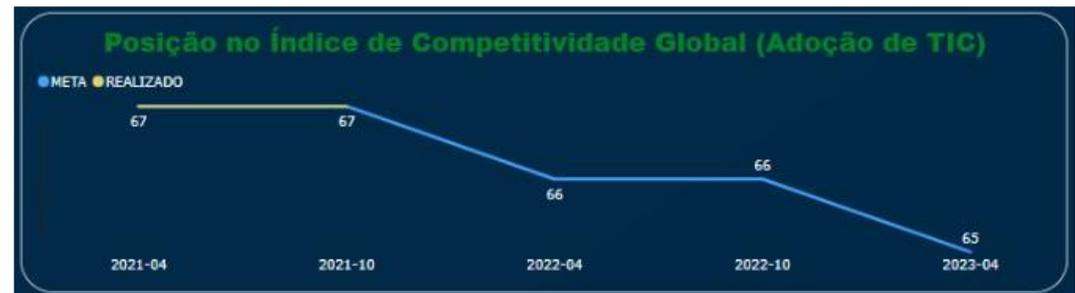
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5:

PROMOVER AMBIENTE DE NEGÓCIOS ATRATIVO AO INVESTIMENTO PRIVADO

Iniciativa 25

Desburocratização do setor de Comunicações

Indicador 5.a – Posição no Índice de Competitividade Global (Adoção de TIC)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E VALORIZAR PESSOAS

Iniciativa 26

Plano de Desenvolvimento de
Pessoas 2021-2023

Indicador 6.a – Percentual de Servidores do MCOM que participaram ou estão em capacitação de, no mínimo, 20h no período de apuração



OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: DESENVOLVER E MANTER A REDE DE INDICADORES DO SETOR DE COMUNICAÇÕES

Iniciativa 27

Elaboração de dashboards administrativos - 50%

Iniciativa 28

Elaboração de painel de dados do setor de comunicações - 25%

Iniciativa 29

Elaboração de informações de bolso - GM e SEXEC - 25%

Indicador 7.a – Percentual de execução do plano de BI do MCOM



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 APRIMORAR A GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, A GESTÃO ESTRATÉGICA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Iniciativa 30

Implantar governança em privacidade de dados

Iniciativa 31

Implantar Sistema de governança, integridade e gestão de riscos

Iniciativa 32

Instituir e implementar programa de integridade

Iniciativa 33

Implementar a metodologia de Gestão de Riscos

Iniciativa 34

Implantar o Planejamento Estratégico MCom

Indicador 8.a – Percentual de execução do projeto de implantação do sistema de governança do MCOM no período



OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: GARANTIR RECURSOS MATERIAIS E INFRAESTRUTURA DE TIC NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

Iniciativa 35

Realizar a gestão e fiscalização de contratos de TIC

Iniciativa 36

Estabelecer e implementar normas de governança de TI

Iniciativa 37

Prover equipamentos e serviços de infraestrutura

Iniciativa 38

Manter alta disponibilidade do ambiente tecnológico do Ministério

Iniciativa 39

Prover soluções e serviços que melhoram a produtividade, desempenho e satisfação dos usuários

Indicador 9.a – Percentual de execução do PDTIC em relação ao planejado para cada ano



Plano Plurianual – PPA 2020-2023

Os resultados associados aos programas 2205 – Conecta Brasil e 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal refletem também o planejamento estratégico, uma vez o plano estratégico, construído posteriormente, foi alinhado ao PPA 2020-2023. Dessa forma, destaca-se a seguir os principais resultados relacionados aos objetivos dos programas.

Programa: 2205 – Conecta Brasil

Diretriz: 04 - Eficiência da ação do setor público, com a valorização da ciência e tecnologia e redução da ingerência do Estado na economia

Objetivo: 1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país

Meta	Unidade de Medida	Indicador	Linha de base	Monitoramento 2021
052Q - Ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00%	Percentual	8722 - Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga	74,68	não apurado*
Resultado Intermediário	Unidade de Medida	Indicador	Linha de base Res. Interm.	Valor apurado
0064 - Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.	Percentual	Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.	54	55,6
0066 - Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI).	Posição hierárquica no ranking de países	Índice de Prontidão de Redes (<i>Network Readiness Index - NRI</i>)	59	52
0067 - Melhoria no Índice de Cibersegurança Global.	Posição hierárquica no ranking de países	Índice de Cibersegurança Global.	70	18º**
0068 - Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).	Posição hierárquica no ranking entre países	Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).	67	não apurado*

Tabela 3 - Resultados associados aos programas 2205 – Conecta Brasil

* Indicadores não apurados em 2020 e 2021 por conta da pandemia Covid-19

** O Índice de Cibersegurança Global teve sua última edição publicada em junho de 2021, referente ao ano base de 2020

Programa: 4001 - Comunicação pública e divulgação de atos e matérias do governo federal

Diretriz: 08 - Promoção e defesa dos direitos humanos, com foco no amparo à família

Objetivo: 1198 - Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal

Meta	Unidade de Medida	Indicador	Linha de base	Monitoramento 2021
050J - Ampliar a cobertura da radiodifusão para 100% com a difusão de conteúdos multimídias de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania, nas capitais, no Distrito Federal e suas regiões metropolitanas, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública.	Percentual	8658 - Índice de cobertura da Radiodifusão	48	72
Resultado Intermediário	Unidade de Medida	Indicador	Linha de base Res. Interm.	Valor apurado
0012 - Expansão da radiodifusão por TV Digital	Percentual de cobertura de sinal	Índice de cobertura da TV Brasil Digital	70	85
0013 - Expansão da radiodifusão por Rádio FM	Percentual de cobertura com sinal FM	Índice de Cobertura da Rádio FM	26	59

Tabela 4 - Resultados associados aos programas 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal

Perfil de Governança e Gestão Pública – TCU

Destaca-se ainda em relação à governança e à gestão, e com o intuito de realizar um diagnóstico da situação do Ministério, a partir de um comparativo com outros órgãos da administração direta, indireta e paraestatal federal, em 2021, o MCom respondeu ao questionário “Perfil de Governança e Gestão Pública” do Tribunal de Contas da União – TCU. Este questionário tem como função precípua identificar aspectos de governança e gestão com maiores riscos e oportunidades de melhoria, subsidiando a avaliação do monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

Com base nos dados apresentados pelo MCom, foram gerados os índices relativos à Governança e à Gestão (iGG), tendo atingido o índice de 0,48, sendo que a média dos órgãos da administração pública direta apresenta o índice de 0,52. Além do iGG, ainda foram apresentados os índices relativos à gestão de pessoas (iGestPessoas), gestão de TI (iGestTI), gestão em contratações (iGestContrat), gestão orçamentária (iGestOrçament) e governança pública (iGovPub). Adicionalmente, foram apresentados indicadores relativos à capacidade de liderança (Lid), estratégia (Estr) e controle (Cont).

A seguir, apresentamos os indicadores e a comparação com as demais entidades. Saliente-se que a comparação com o MCom deverá ter as devidas ressalvas, tendo em vista a recente criação do Ministério, em meados do ano de 2020.

Além disso, é importante alertar que o uso do iGG (ou de seus subindicadores) na forma de ranking não é o mais adequado na maioria das situações, pois frequentemente as organizações públicas não são diretamente comparáveis, senão com aquelas do mesmo segmento e condições. Não obstante, ressalta-se que o indicador é

produzido a partir das respostas das próprias entidades e não passa por um processo de verificação no todo das informações prestadas e, deste modo, pode apresentar imprecisões.

iGG 2021	TOTAL GERAL	MCom
Média de iGestPessoas	0,46	0,32
Média de iGestTI	0,50	0,56
Média de iGestContrato	0,55	0,51
Média de iGestOrcamento	0,46	0,71
Média de Lid	0,57	0,13
Média de Estr	0,56	0,32
Média de Cont	0,61	0,63
Média de iGovPub	0,58	0,38
Média de iGG	0,52	0,48

Tabela 5 - Índices relativos à Governança e à Gestão (iGG)

Por fim, a pesquisa IGG foi realizada quando o MCom tinha menos de 1 (um) ano de existência como ministério, sendo que, do momento da realização da pesquisa até o final de 2021, o MCom avançou significativamente no fortalecimento de sua governança e gestão. Destacam-se neste período, além de outros normativos já citados ao longo deste Relatório de Gestão, as seguintes medidas:

Governança:

- i. Planejamento Estratégico 21-23 ([Portaria nº 2.650, de 18 de maio de 2021](#)), com indicadores, iniciativas estratégicas e entregas, com acompanhamento via BI;
- ii. Política de Governança, com a criação do Comitê Ministerial de Governança – CMG e demais comitês temáticos de apoio à governança (CTG, CTIR, CGD, COSIC, CGPDP, CPAD e CPADS).

Integridade e Gestão de Riscos:

- i. Criação do Comitê Técnico de Integridade e Gestão de Riscos – CTIR, Política de Gestão de Riscos e Controle Interno, designação dos membros do Núcleo de Gestão de Riscos – NGR, metodologia de gestão de riscos e Plano de Integridade aprovados;
- ii. Pesquisa de Percepção de Riscos à Integridade Pública, capacitação em riscos - Curso ENAP – Gestão de Riscos no Setor Público e Pílulas de Integridade – comunicação.

Governança de Dados e Privacidade:

- i. Criação do Comitê de Proteção de Dados Pessoais – CPDP, do Comitê de Governança Digital – CGD, do Comitê de Segurança da Informação – COSIC, da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
- ii. Instituição do Programa de Governança em Privacidade, do [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC MCOM 2021 – 2022](#), do [Plano de Dados Abertos](#) e da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do MCom.

6.2 Resultados das principais áreas de atuação ou ações

6.2.A Gestão Orçamentária

Para se ter uma análise mais acurada da evolução da execução orçamentária da despesa de um Ministério o ideal seria avaliar comparativamente mais de um exercício fiscal. No entanto, o Ministério das Comunicações, criado em 2020, a partir da [Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#), posteriormente convertida na [Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020](#), só passou a ter orçamento próprio em 2021. Assim, não há como avaliar a evolução da execução orçamentária da despesa no âmbito do MCom nos últimos anos.

Em 2021, a execução orçamentária da Administração Direta do Ministério das Comunicações se deu essencialmente (99,88%) na função 24 – Comunicações. Da dotação de R\$ 917,2 milhões restante após as alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do ano, foram empenhados R\$ 873,1 milhões (95%). Destaca-se que deste valor, R\$ 56,5 milhões referem-se a programações incluídas ou acrescidas por emendas, sendo R\$ 15,6 milhões correspondente a emendas individuais e R\$ 40,9 milhões a emendas de bancada.

Foram pagos R\$ 555,7 milhões (64%) e inscritos R\$ 318,6 milhões em Restos a Pagar, sendo que, do valor pago, R\$ 53,8 milhões destinaram-se às emendas - R\$ 12,9 milhões a emendas individuais e R\$ 40,9 milhões às de bancada estadual.

Relativamente aos Grupos de Natureza de Despesa - GND, as despesas correntes responderam por cerca de 93% dos recursos empenhados, conforme demonstra o quadro abaixo.

Grupo de Despesa	LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Execução Orçamentária	Execução
							Financeira
1 - Pessoal e Encargos Sociais	537.641.074	80.573.954	49.102.979	49.102.979	35.866.023	61%	73%
3 - Outras Despesas Correntes	815.768.823	820.280.534	808.178.787	520.065.518	514.712.105	99%	64%
4 - Investimentos	9.504.000	16.380.293	15.769.920	5.082.228	5.082.228	96%	32%
Total	1.362.913.897	917.234.781	873.051.686	574.250.726	555.660.356	95%	64%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 6 - Despesas correntes

Há que se ressaltar que a baixa execução das despesas do grupo “Pessoal e Encargos Sociais” se deve ao fato de que, quando da elaboração da projeção de despesas desse grupo, realizada em 2021, o quadro de pessoal ainda estava sendo estruturado. Apenas ao longo do exercício a força de trabalho foi sendo definida e, com isto, a projeção se mostrou acima da necessidade real. Além disso, a folha de pagamento passou a ser gerida pelo MCom somente em agosto de 2021, sendo que nos meses anteriores integrava a folha do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária detalhada por elemento de despesa. Nota-se que 89% da execução ocorreu no elemento “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” e “Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ”, refletindo não apenas as contratações de suporte logístico e de tecnologia da informação para o funcionamento, mas a execução das atividades finalísticas de forma direta, com exceção de uma parcela reduzida de termos de colaboração celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos.

Elemento de Despesas	LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Execução Orçamentária	Execução Financeira
01 - Aposentadorias, Reserva remunerada e Reformas	339.614.237	1.000.000	30.043	30.043	583	3%	2%
04 - Contratação por Tempo Determinado - pes. civil	49.581	49.581	49.581	49.581	40.984	100%	83%
07 - Contribuição a Entidade Fechada Previdência	8.134	8.134	8.134	8.134	5.890	100%	72%
08 - Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	63.593	63.593	63.593	63.593	51.074	100%	80%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - pessoal civil	155.064.451	36.605.330	32.564.804	32.564.804	20.705.233	89%	64%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - pes. militar	40.815	40.815	40.815	40.815	21.805	100%	53%
13 - Obrigações Patronais	27.721.381	27.727.619	3.162.728	3.162.728	3.162.728	11%	100%
14 - Diárias - pessoal civil	1.434.759	1.434.759	766.880	766.880	766.213	53%	100%
16 - Outras Despesas Variáveis - pessoal civil	264.574	264.574	264.574	264.574	194.378	100%	73%
30 - Material de Consumo	340.482	340.482	328.467	53.382	53.382	96%	16%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.950.531	2.950.531	2.954.887	2.043.909	2.026.405	100%	69%
35 - Serviços de Consultoria	12.975.045	12.975.045	12.975.045	8.978.515	8.978.515	100%	69%
36 - Outros Serviços de Terceiros - p. física	260.434	260.434	260.434	260.434	167.156	100%	64%
37 - Locação de Mão-de-obra	17.548.889	17.548.889	17.548.889	11.204.932	10.948.898	100%	62%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORB.	644.048.255	651.859.394	651.548.592	381.550.874	377.225.966	100%	58%
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	117.545.022	121.254.941	120.486.234	107.869.808	107.759.788	99%	89%
41 - Contribuições	6.904.504	6.904.504	6.904.504	4.817.112	4.817.112	100%	70%
46 - Auxílio-Alimentação	7.781.723	7.781.723	692.571	692.571	557.024	9%	80%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	12.594	12.594	12.490	12.490	12.490	99%	100%
49 - Auxílio-Transporte	50.671	50.671	50.671	50.671	41.612	100%	82%
52 - Equipamentos e Material Permanente	5.289.201	5.289.201	5.281.950	3.471.676	3.471.676	100%	66%
91 - Sentenças Judiciais	56.924	56.924	56.924	56.924	46.041	100%	81%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	103.558	103.558	103.558	103.558	34.935	100%	34%
93 - Indenizações e Restituições	4.165.829	4.032.775	760.697	760.697	637.449	19%	84%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	44.336	44.336	44.336	44.336	33.939	100%	77%
96 - Ressarcimento de Pessoal Requisitado	16.111.664	16.111.664	13.665.973	13.665.973	12.402.775	85%	91%
32 - Material, Bem ou Serviço para Dist. Gratuita	1.579.210	1.579.210	1.579.210	851.051	685.646	100%	43%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	636.400	636.400	598.000	563.560	563.560	94%	94%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	247.100	247.100	247.100	247.100	247.100	100%	100%
Total	1.362.913.897	917.234.781	873.051.686	574.250.726	555.660.356	95%	64%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 7 - Execução orçamentária detalhada por elemento de despesa

No tocante aos Programas, 37% dos recursos empenhados foram aplicados no programa “Conecta Brasil”, que engloba, dentre outras, ações relacionadas à inclusão digital e a projetos de investimentos para implantação e expansão de infraestrutura de comunicações nas regiões norte e nordeste. Por sua vez, no programa “Gestão e Manutenção do Poder Executivo” foram empenhados R\$ 550,1 milhões, correspondendo a 63% da execução do MCom. Neste, mais da metade dos recursos foi aplicada na ação Comunicação Institucional, precipuamente em campanhas publicitárias. O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária detalhada por programa.

Programa	LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Execução Orçamentária	Execução Financeira
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.215.298.145	593.548.069	550.124.132	262.810.399	244.220.029	93%	44%
0909 - Operações Especiais: outros encargos especiais	1.000	1.000				0%	0%
2205 - Conecta Brasil	147.614.752	323.685.712	322.927.553	311.440.327	311.440.327	100%	96%
Total	1.362.913.897	917.234.781	873.051.686	574.250.726	555.660.356	95%	64%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 8 - Execução orçamentária detalhada por programa

Com relação à execução financeira, é válido ressaltar que a baixa execução financeira no Programa “0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo” se deve ao fato de que grande parte das campanhas publicitárias foi realizada no final do exercício, não havendo tempo hábil para a apresentação, por parte das agências contratadas, das notas fiscais para pagamento da despesa até o encerramento do exercício. Com isto, foram inscritos R\$ 257,1 milhões em Restos a Pagar relativamente a estas despesas. Além disso, no escopo das despesas de manutenção,

diversas contratações foram celebradas somente no fim do segundo semestre postergando para o exercício seguinte a demanda de recursos financeiros.

No Programa “0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo”, excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, merecem destaque as ações relacionadas à política de comunicação e divulgação do Governo Federal – “2017 - Comunicação Institucional” e “4641 - Publicidade de Utilidade Pública”, em que as campanhas publicitárias demandaram a maior parte dos recursos. Dentre as principais campanhas, pode-se relacionar: “Governo Fraterno” – R\$ 53,5 milhões; “Campanha Uso Consciente de Energia e Água” – R\$ 43,5 milhões; “Vacinação Coronavírus” – R\$ 28,7 milhões; “Campanha 5G” – R\$ 15,0 milhões. Na ação orçamentária 2017 foram também executados R\$ 30,8 milhões para o desenvolvimento de atividades de comunicação e transmissão de atos e fatos do Governo Federal, por meio de contrato celebrado com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.

No tocante à ação orçamentária “2000 - Administração da Unidade”, os recursos foram aplicados, principalmente, na infraestrutura de tecnologia da informação, soluções de software, serviços administrativos e provisão de bens e equipamentos necessários ao cumprimento da missão institucional, bem como no Plano de Desenvolvimento de Pessoas. A efetivação de contratações próprias possibilitou desonerar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações da obrigação de prestação de apoio administrativo e operacional ao MCom.

Programa / Ação	LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Execução Orçamentária	RS 1,00
							Execução Financeira
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.215.298.145	593.548.069	550.124.132	262.810.399	244.220.029	93%	44%
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	339.613.237	999.000	30.043	30.043	583	3%	2%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	25.446.090	25.452.328	887.437	887.437	887.437	3%	100%
2000 - Administração da Unidade	96.544.700	77.372.044	76.477.502	42.209.272	41.334.615	99%	54%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	4.183.603	4.050.549	427.563	427.563	373.865	11%	87%
2017 - Comunicação Institucional	487.593.232	349.393.232	349.393.232	139.620.517	138.344.849	100%	40%
20TP - Ativos Civis da União	172.580.747	54.121.626	48.185.499	48.185.499	34.978.002	89%	73%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.530.987	8.530.987	1.278.512	1.278.512	1.069.906	15%	84%
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	654.646	841.272	663.027	663.027	548.330	79%	83%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	80.150.903	72.787.031	72.781.317	29.508.529	26.682.441	100%	37%

Tabela 9 - Execução orçamentária do Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Em relação ao Programa “2205 - Conecta Brasil”, cujas ações visam promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país, foram aplicados R\$ 322,9 milhões.

As maiores dotações do programa destinaram-se às ações orçamentárias “212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais ([Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#))” e “20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital”, que foram objeto de suplementação durante o exercício, nos valores de R\$ 193,0 milhões e de R\$ 10,5 milhões, respectivamente, à conta de superávit financeiro e de remanejamento de recursos da ANATEL e de outras ações do Ministério. O propósito disso foi a implantação de projetos voltados a promover conectividade para a população, notadamente na Educação, com a parceira junto à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), em vista da intensificação da essencialidade da internet para acesso à informação, entretenimento, trabalho e educação.

Foi ainda privilegiado o Programa Wi-Fi Brasil, que conta com mais de 14 mil pontos de presença em funcionamento, atendendo prioritariamente comunidades em estado de vulnerabilidade social em todo o Brasil, por meio de contratos celebrados com a Telebrás que possibilitam a oferta gratuita de conexão à internet em banda larga satelital e terrestre, por meio de ponto de acesso Wi-Fi com 150 metros de raio de cobertura (ao redor do ponto de instalação) e até 80 conexões simultâneas, com velocidade de 20 Mbps.

Em 2021, foram dispendidos, ainda, na ação orçamentária 20V8 R\$ 4,8 milhões para atender o Programa Computadores para Inclusão.

No âmbito da ação orçamentária 212H, foram destinados R\$ 46,4 milhões para implantação do Projeto Conectividade nas Escolas, R\$ 3,7 milhões para a implantação de redes de fibra óptica de alta capacidade no Estado de Alagoas (Infovia Alagoas) e R\$ 139,5 milhões ao Projeto-Piloto do Internet Brasil.

Com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), foram ainda direcionados R\$ 3,5 milhões para o desenvolvimento dos projetos “Evolução da Ferramenta do Mapa da Conectividade”; “Mapeamento da Necessidade e Modelagem de Soluções de Conectividade no Campo” e “Informação Estratégica para o Programa Computadores para Inclusão”.

Destaca-se que os recursos consignados à ação orçamentária “Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social” ([Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#)) – na Região Norte, que integra o PPA 2020-2023, como investimento plurianual prioritário, foram remanejados em função da utilização do saldo remanescente do processo de digitalização da TV analógica e da fixação de compromissos de investimento no edital do 5G para implantação de redes de fibra óptica na região amazônica (7 infovias).

Uma parcela foi destinada à continuidade e conclusão de etapa do projeto Infovia Potiguar, de maneira a implantar redes de alta capacidade, interligando instituições de ensino e pesquisa por meio de fibras ópticas de alta velocidade e estabelecendo redes metropolitanas em diversas cidades do interior do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 10,8 milhões. O saldo restante foi direcionado para ação orçamentária 212H, a fim de atender ao Projeto-Piloto do Internet Brasil.

O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária do Programa “2205 - Conecta Brasil” detalhada por ação.

Programa / Ação	LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Execução Orçamentária	Execução Financeira
2205 - Conecta Brasil	147.614.752	323.685.712	322.927.553	311.440.327	311.440.327	100%	96%
00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	98.200	98.200	98.096	83.503	83.503	100%	85%
15UK - Implantação de Projetos de Cidades Digitais e Inteligentes	98.200	98.200	96.796			99%	0%
15UL - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados	23.568.000	10.800.000	10.779.155	10.779.155	10.779.155	100%	100%
20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital	108.972.131	112.682.050	111.950.244	109.152.852	109.152.852	99%	98%
20ZQ - Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações	5.742.458	4.945.315	4.945.315			100%	0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	98.200	193.140.715	193.136.715	189.640.715	189.640.715	100%	98%
21AE - Evolução dos Serviços de Radiodifusão	9.037.563	1.921.232	1.921.232	1.784.102	1.784.102	100%	93%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 10 - Execução orçamentária do Programa 2205 - Conecta Brasil

Tendo em vista que 2021 foi o primeiro ano em que o MCom executou o orçamento próprio e que foi possível celebrar a maior parte das contratações programadas para o exercício, o desempenho orçamentário, em que 95% da dotação disponível foi empenhada, se mostra positivo e supera as expectativas para o exercício. Cabe assinalar que a execução integral não se concretizou em razão das despesas de pessoal, para as quais a previsão de recursos se mostrou superestimada.

A execução financeira, em 2021, ano em que foram pagos 64% da dotação empenhada, ficou abaixo do esperado principalmente em virtude da execução concentrada no final do exercício de despesas relacionadas às campanhas publicitárias. Ressalte-se que o tempo médio de recebimento das faturas para pagamento deste tipo de despesa é de 3 meses. E, ainda, as contratações relacionadas aos investimentos e algumas despesas de manutenção que foram executados no encerramento do exercício implicaram sua inexecução financeira.

6.2.B Gestão de Custos

A gestão de informação de custos pelos Órgãos da Administração Pública Federal, prevista no art. 50, §3º da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), é atribuição do Sistema de Custos do Governo Federal, criado pela Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011. No Ministério das Comunicações, o Órgão Setorial do Sistema é a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF, por meio da Divisão de Análise Contábil e de Custos.

Ao longo do exercício de 2021, foram realizados estudos e o desenho da metodologia para a implementação do sistema no Ministério, com proposta de sistemática de apuração de custos apresentada à Secretaria Executiva no mês de outubro. Nesta linha, inicialmente será tratada a apuração dos custos diretos alocados às unidades de apoio e finalísticas e, num segundo momento, às cadeias de valor definidas no planejamento estratégico.

O Ministério das Comunicações iniciou o exercício de 2021 recebendo apoio operacional e administrativo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, mediante ressarcimento, conforme determinado pela [Portaria](#)

[Interministerial nº 3.473, de 10 de setembro de 2020](#), que teve sua vigência prorrogada pela [Portaria Interministerial nº 4.859, de 2 de junho de 2021](#). Somente ao longo do exercício, com a gestão administrativa se consolidando, é que o MCom foi celebrando as contratações de prestação de bens e serviços para o seu funcionamento e deixando de efetuar os ressarcimentos ao MCTI.

Diante disto, a implementação da sistemática de apuração de custos foi postergada, a fim de que se possa ter definido o conjunto de despesas do MCom e, com isto, apurar os custos incorridos, considerando a sistemática adotada pelo MCom.

6.2.C Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas e da folha de pagamento do Ministério possui diversas normas internas e mecanismos de controle. A seguir, apresentamos como está diagramado isto no MCom:

Normas Internas

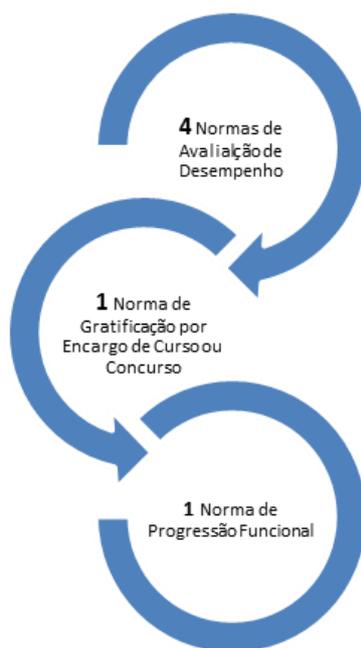


Figura 8 Diagrama de normas internas

Mecanismos de Controle

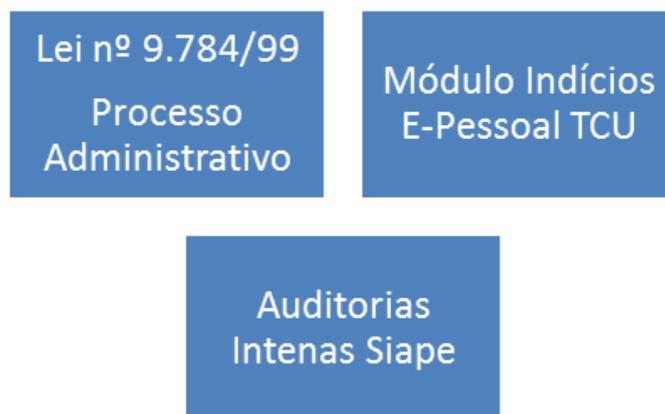


Figura 9 - Mecanismos de controle

A força de trabalho do MCom é composta por servidores e empregados públicos, dos quais somente 84 (oitenta e quatro) pertencem ao quadro próprio. Esse grupo representa 15% (quinze por cento) do total, sendo que um quarto se encontra na faixa etária acima de 60 (sessenta) anos. Conforme figura a seguir, em 2021, tivemos a seguinte composição de servidores com idade acima de 60 anos:

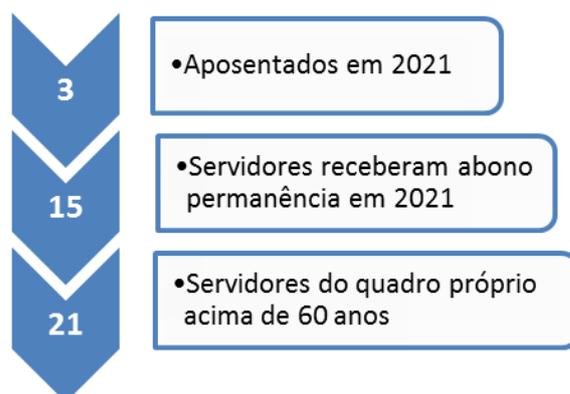
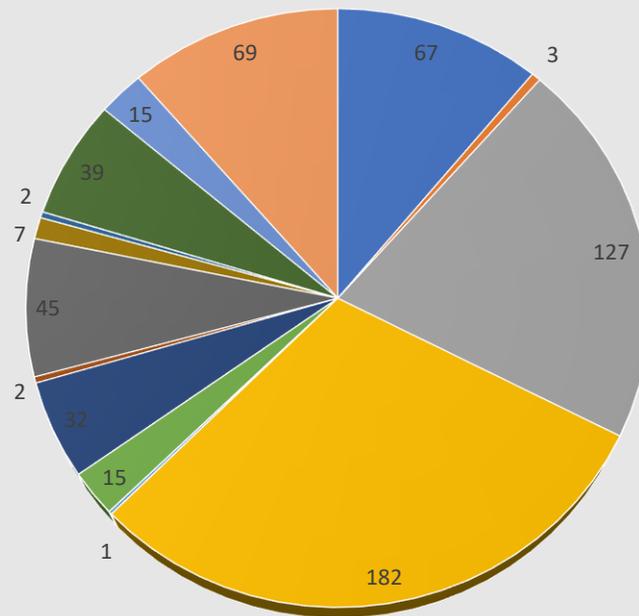


Figura 10 - Composição de servidores com idade acima de 60 anos

Tendo em vista tratar-se de um órgão recém-criado, entende-se que o número de aposentados e beneficiários de abono permanência somado à faixa etária do quadro próprio apontam, em um curto prazo, a necessidade de renovação do quadro de pessoal para os próximos anos.

Em relação à força de trabalho do MCom, temos a seguinte distribuição e principais categorias, conforme segue:

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL



- ATIVO PERMANENTE - Servidores do quadro de pessoal do Mcom
- APOSENTADO
- REQUISITADO - Servidores de outros órgão/empresas em exercício no Mcom
- NOMEADO CARGO COMISSÃO - Sem vínculo efetivo
- NATUREZA ESPECIAL
- ATIVO EM OUTRO ORGAO - Servidores efetivos do Mcom em exercício em outros órgãos
- REQ.DE OUTROS ORGAOS
- REQ. MILITAR F. ARM
- EXERC DESCENT CARREI
- REQUIS. MILITAR GDF
- CONTRATO TEMPORARIO
- CLT ANS -DEC 6657/08 - Anistiados
- EXERC. 7 ART93 8112 - Servidores/empregados em exercício no Mcom - composição da força de trabalho
- ESTAGIARIOS

Gráfico 4 - Composição do quadro de pessoal

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ativo Permanente - Servidores do quadro de pessoal do MCom	67	11,1%
Aposentados	3	0,5%
Requisitados - Servidores de outros órgãos/empresas em exercício no MCom	127	21,0%
Nomeados em cargo em comissão - Sem Vínculo Efetivo	182	30,0%
Natureza Especial	1	0,2%
Ativo em outro órgão - Servidores efetivos do MCom em exercício em outros órgãos	15	2,5%
Requisitados de outros órgãos	32	5,3%
Requisitados – Militar Forças Armadas	2	0,3%
Carreiras de exercício descentralizado	45	7,4%
Requisitados – Militar GDF	7	1,2%
Contrato Temporário	2	0,3%
Anistiados - CLT ANS - DEC 6657/08	39	6,4%
Servidores/Empregados em exercício no MCom - Composição Da Força De Trabalho - Exerc. 7 Art93 Lei 8112	15	2,5%
Estagiários	69	11,4%
TOTAL	606	100%

Tabela 11 - Composição do quadro de pessoal

Considerando a Reforma Administrativa ocorrida por meio do [Decreto nº 10.747, de 13 de julho de 2021](#), que entrou em vigor dia 9 de agosto de 2021, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, ressalta-se que não há como demonstrar a evolução dos últimos anos, uma vez que o processamento da folha de pagamento deste Ministério teve início somente a partir de agosto de 2021, sendo anteriormente vinculado ao MCTIC. Deste modo, apresenta-se o detalhamento das Despesas de Pessoal:

Aposentadorias e Reformas

Ação 0181	C. Contábil	Discriminação	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3190.01	Aposentadorias e Reformas		
	3.3190.01.01	Proventos – Pessoal Civil	14.281,05	14.281,05
	3.3190.01.09	Gratificação Tempo de Serviço – Anuênio Civil	943,89	943,89
SALDOS			15.224,94	15.224,94

Tabela 12 - Despesas de Pessoal - Aposentadorias e Reformas

Indenizações e Restituições

Ação 2004	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.93	Inden. E Restituições						
N2021NE00000708	3.3390.93.08	Ressarcimento Assist. Médico/Odontológico	7.939,01	6.254,17	9.866,19	226.039,49	8.354,01	258.452,87
N2021NE00000301	3.3390.96.08	Ressarc. Requis. Médico/Odontológico	23.799,35	45.674,88	33.069,60	40.577,99		143.121,82
SALDOS			31.738,36	51.929,05	42.935,79	266.617,48	8.354,01	401.574,69

Tabela 13 - Despesas de Pessoal - Indenizações e Restituições

Ação 20TP	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3190.11	Servidores Ativos						
N2021NE00001001	3.3190.11.01	Vencimentos e Salários	575.422,75	573.439,57	570.497,65	581.396,76	573.302,20	2.874.058,93
N2021NE00001005	3.3190.11.05	Incorporações	3.997,50	3.997,50	3.997,50	3.997,50	3.259,14	19.249,14
N2021NE00001006	3.3190.11.06	Vantagem Perm. Sent. Jud. Tran. Julgado	3.673,07	3.673,07	3.673,07	3.673,07	3.673,07	18.365,35
N2021NE00001007	3.3190.11.07	Abono de Permanência EC21/2003	24.861,09	15.408,16	15.072,55	30.145,10	13.527,29	99.014,19
N2021NE00001010	3.3190.11.10	Adicional de Insalubridade	220,00	220,00	220,00	220,00	220,00	1.100,00
N2021NE00001031	3.3190.11.31	Gratificação de Exercício do Cargo	439.990,55	448.576,09	441.493,72	445.206,26	439.060,48	2.214.327,10
N2021NE00001033	3.3190.11.33	Gratificação de Exercícios de Funções	5.898,47	5.898,47	5.898,47	5.898,47	5.463,77	29.057,65
N2021NE00001036	3.3190.11.36	Gratificação de Exerc. Cargo Comissão	1.694.660,59	1.742.132,19	1.740.461,64	1.521.104,13	1.771.339,46	8.469.698,01
N2021NE00001037	3.3190.11.37	Gratificação de Tempo de Serviço	6.062,18	6.063,25	6.063,25	6.063,25	5.119,36	29.371,29
N2021NE00001042	3.3190.11.42	Férias Indenizadas	7.497,37	74.914,88	19.321,45	52.696,35	70.462,00	224.892,05
N2021NE00001043	3.3190.11.43	13º Salário	324,14	10.608,27	6.479,67	830.301,23	230.277,07	1.077.990,38
N2021NE00001044	3.3190.11.44	Férias - Abono Pecuniario	4.447,47	3.828,14	3.091,17	0,00	12.139,86	23.506,64
N2021NE00001045	3.3190.11.45	Férias - Abono Constitucional Art. 7º XVII CF	37.872,96	31.444,97	58.260,60	60.035,10	225.894,71	413.508,34
N2021NE00001046	3.3190.11.46	Férias - Pagamento Antecipado	1.818,53	2.020,91	3.727,72	3.906,22	20.841,35	32.314,73
	3.3190.12	Venc. Vantagens Fixas - Militar						
N2021NE00001108	3.3190.12.08	Gratificação de Representação	822,85	434,70	434,70	434,70	434,70	2.561,65
N2021NE00001131	3.3190.12.31	Gratificação de Exerc. de Cargos	1.365,94	721,61	721,61	721,61	721,61	4.252,38
N2021NE00001143	3.3190.12.43	Adicional Natalino	0,00	0,00	0,00	0,00	12.942,49	12.942,49
N2021NE00001145	3.3190.12.45	Férias - Abono Art. 7 XVII CF	1.521,41	0,00	0,00	-3.525,34	4.911,52	2.907,59
	3.3190.96	Ressarcimento Desp. De Pessoal Requisitado						
N2021NE00001201	3.3190.96.01	Pessoal Requisitado de Outros Orgão não OFS	780,78	780,78	780,78	780,78	780,78	3.903,90
N2021NE00001202	3.3190.96.02	Pessoal Requisitado de Outros Entes	753.462,46	1.549.543,93	1.058.819,52	2.199.211,20	1.142.967,08	6.704.004,19
N2021NE00000101	3.3190.96.02	Pessoal Requisitado de Outros Entes	391.684,15	0,00	0,00	0,00		391.684,15
	3.3190.16	Despesas Variáveis - Pes. Civil (Substituição)						
N2021NE00001332	3.3190.16.32	Substituições	46.440,18	42.612,15	55.108,22	50.217,63	70.195,75	264.573,93
	3.3190.91	Sentenças Judiciais						
N2021NE00001414	3.3190.91.14	Sent. Jud. Não Trans. Julg. Carat. Ativo Civil	13.391,57	10.883,11	10.883,11	10.883,11	10.883,11	56.924,01
	3.3190.92	Despesas de Exercícios Anteriores						
N2021NE00001511	3.3190.92.11	Outras Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	369,65	565,15	0,00	68.623,68	69.558,48
SALDOS			4.016.216,01	4.527.571,40	4.005.571,55	5.803.367,13	4.687.040,48	23.039.766,57

Tabela 14 - Despesas de Pessoal - Servidores ativos

Ação 212B	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO						
N2021NE00002201	3.3390.46.01	Auxílio Alimentação Ativo	140.597,96	144.998,60	136.130,08	385.297,35	139.294,42	946.318,41
N2021NE00000201	3.3390.96.01	Auxílio Alimentação Requisitado	50.158,27	61.486,21	49.366,85	52.625,86	0,00	213.637,19
SALDOS			190.756,23	206.484,81	185.496,93	437.923,21	139.294,42	1.159.955,60

Tabela 15 - Despesas de Pessoal - Auxílio alimentação

Ação 216H	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.93	Auxílio Moradia						
N2021NE00002407	3.3390.93.07	Auxílio Moradia	14.379,99	45.728,04	40.074,04	52.172,91	41.459,88	193.814,86
SALDOS			14.379,99	45.728,04	40.074,04	52.172,91	41.459,88	193.814,86

Tabela 16 - Despesas de Pessoal - Auxílio moradia

Ação 212B	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.49	AUXÍLIO TRANSPORTE						
N2021NE00002101	3.3390.49.01	Auxílio Transporte Ativo	10.800,68	10.688,08	10.063,11	10.059,64	11.180,85	52.792,36
SALDOS			10.800,68	10.688,08	10.063,11	10.059,64	11.180,85	52.792,36

Tabela 17 - Despesas de Pessoal - Auxílio transporte

Ação 2012B	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.08	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR						
N2021NE00001809	3.3390.08.09	Assistência Pré-Escolar	12.519,00	12.519,00	12.198,00	12.519,00	12.198,00	61.953,00
SALDOS			12.519,00	12.519,00	12.198,00	12.519,00	12.198,00	61.953,00

Tabela 18 - Despesas de Pessoal - Auxílio pré-escola

Ação 212B	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.08	Outros Benefícios Assistenciais						
N2021NE00001905	3.3390.08.05	Auxílio Natalidade	659,25	0,00	659,25	0,00	0,00	1.318,50
N 2021NE000020 03	3.3390.08.03	Auxílio Funeral Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS			659,25	0,00	659,25	0,00	0,00	1.318,50

Tabela 19 - Despesas de Pessoal - Outros benefícios assistenciais

Ação 20TP/212B	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.04	CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO						
N 2021NE000025 01	3.3390.04.01	Salário Contrato Temporário Lei 8745/93	7.600,00	7.600,00	7.600,00	15.200,00	7.600,00	45.600,00
N 2021NE000025 14	3.3390.04.14	Férias - Abono Constitucional	0,00	1.266,66	0,00	0,00	0,00	1.266,66
N 2021NE000025 21	3.3390.04.21	Auxílio Alimentação	916,00	916,00	916,00	916,00	916,00	4.580,00
N 2021NE000025 22	3.3390.04.22	Auxílio Creche	321,00	321,00	321,00	321,00	321,00	1.605,00
N 2021NE000025 23	3.3390.04.23	Auxílio Transporte	74,80	74,80	29,98	74,80	74,80	329,18
SALDOS			8.911,80	10.178,46	8.866,98	16.511,80	8.911,80	53.380,84

Tabela 20 - Despesas de Pessoal - Contrato por tempo determinado

Ação 09HB	C. Contábil	Discriminação	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3191.13	ENCARGOS PATRONAIS						
N2021NE00001702	3.3191.13.02	Obrigações INSS	410.951,59	336.011,62	0,00	2.815.413,33		3.562.376,54
N2021NE00002303	3.3191.13.03	Obrigações PSS	149.091,66	147.599,74	142.926,36	2.390.283,86		2.829.901,62
N2021NE00001606	3.3190.07.06	FUNPRESP Lei 12.618/12	1.146,90	1.185,78	1.185,78	702.371,56		705.890,02
SALDOS			561.190,15	484.797,14	144.112,14	5.908.068,75	0,00	7.098.168,18

Tabela 21 - Despesas de Pessoal - Encargos patronais

Ação 2000	C. Contábil	Discriminação	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	TOTAL
<i>Nota de Empenho</i>	3.3390.36	ESTAGIÁRIOS					
N 2021NE000027 07	3.3390.36.07	Estagiários (Bolsa Estágio)	15.077,31	59.098,92	92.980,03	93.277,59	260.433,85
SALDOS			15.077,31	59.098,92	92.980,03	93.277,59	260.433,85

Tabela 22 - Despesas de Pessoal - Estagiários

O Ministério das Comunicações surgiu com o desafio de integrar, em uma única Pasta, as diversas políticas públicas afetas às telecomunicações, radiodifusão e serviços postais e as de comunicação governamental, de forma a disseminar informações de interesse do cidadão, reunindo iniciativas, atividades e projetos que estavam sob responsabilidade do extinto MCTI e da Presidência da República. Assim, o MCom passou a ser um dos maiores interlocutores do Governo Federal com todos os municípios brasileiros, atuando de forma articulada com as grandes estratégias de desenvolvimento regional.

Neste sentido, observa-se como grande desafio para o exercício de 2022, a ampliação da força de trabalho do MCom, fundamentada em face da absorção das diversas atribuições relacionadas a temáticas de telecomunicações, de radiodifusão, de serviços postais, de divulgação do governo federal, de relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional, de convocação de redes obrigatórias de rádio e

televisão, de pesquisa de opinião pública e de sistema brasileiro de televisão pública, oriundas da transformação do MCTIC e da absorção da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, que, cabe ressaltar, Unidades que já sofriam com a carência de servidores. Essa insuficiência da força de trabalho tem colocado em risco o adequado funcionamento deste Ministério, o que, por sua vez, pode prejudicar toda a sociedade, destinatária final de seus serviços.

Cabe destacar que o MCom tem prerrogativa do instituto da Requisição, nos termos do art. 60, inciso II-C, da [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), no entanto, esse instrumento não tem se mostrado efetivo, uma vez que os órgãos de origem do servidor selecionado solicitam reconsideração dos pedidos e protelam, em sua maioria, o referido atendimento ao pleito.

Adicionalmente a isso, vem promovendo, desde sua criação, processos seletivos, para ocupação de cargos comissionados e funções de confiança, além de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTEs, o que tem produzido efeitos ainda aquém aos necessários.

Ressalta-se que, na busca por aumentar o quantitativo de sua força de trabalho, foi aberto processo seletivo junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ofertando 74 vagas para preenchimento de perfis-meio necessários, sendo que somente 24 empregados responderam à seleção, havendo 2 desistências, restando em 8 requisições devidamente efetivadas, ou seja, somente 10,8% das vagas ofertadas foram preenchidas.

Considerando todo o cenário descrito de dificuldades em compor sua força, foi instruído processo administrativo direcionado ao Ministério da Economia solicitando autorização para ser realizada contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37, da [Constituição Federal](#), para 217 vagas. Essa foi efetivada por meio da [Portaria Interministerial/SEDGG/ME/COM nº 15.180, de 29 de dezembro de 2021](#), publicada no D.O.U de 31 de dezembro de 2021. Assim, para o exercício de 2022, o grande desafio será realizar processo seletivo simplificado e a contratação desses profissionais, tendo em vista a limitação temporária em função do ano eleitoral.

Além da composição de sua força, destacou-se como outro desafio, a implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS. Neste contexto, cabe destacar que essa Unidade registrou, seja por motivo próprio de saúde ou acompanhar pessoa da família, 78 afastamentos. Por ser um órgão novo, o MCom efetuou tratativas para homologar essas licenças mediante Termo de Cooperação Técnica e Acordo com a Unidade SIASS do Ministério da Saúde.

Ainda na área da saúde, informa-se o início de processo para firmar acordos/contratações objetivando a realização de exames médicos periódicos, em atendimento à legislação em vigor.

Capacitação - Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

A seguir apresentamos os indicadores levantados pela área de Desenvolvimento de Pessoas, que tem o papel de identificar as demandas de capacitação do Ministério das Comunicações, com o fim de subsidiar a

elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), convergente às prioridades institucionais, para suprir a exigência do [Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019](#), alterado pelo [Decreto nº 10.506 de 2 de outubro de 2020](#), também expressa na [Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021](#), atualizada pela [Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 69, de 13 de julho de 2021](#), que juntos abrangem o caráter informativo, consultivo, estratégico e indutor do desenvolvimento institucional da força de trabalho.

O PDP é um instrumento estratégico que contribui para o fortalecimento e desenvolvimento de competências institucionais. No ano de 2021, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas planejou, coordenou e executou o PDP, implementando onze ações de promoção ao Desenvolvimento Pessoal. A seguir, apresentamos algumas informações relativas ao andamento e desempenho do PDP ao longo do ano de 2021:

Indicadores de Capacitação

PDP-2021	
Ações	11
Servidores Capacitados (<i>Acumulados</i>)	570
Carga horária total	366

Tabela 23 - Indicadores de Capacitação

Avaliação de Desempenho

Em relação à avaliação de desempenho no Ministério, por meio da [Portaria MCom nº 3.850, de 13 de outubro de 2021](#), foram estabelecidos critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do MCom.

Como continuidade do processo avaliativo para concessão das Gratificações de Desempenho, foram estabelecidos compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início dos ciclos de avaliação entre a chefia imediata e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais, conforme previsto no inciso II, do art. 6º, da [Portaria MCom nº 3.850, de 13 de outubro de 2021](#).

As primeiras etapas de fixação das Metas Globais e Intermediárias foram realizadas e publicadas por meio das [Portarias MCom nº 3.937, de 25 de outubro de 2021](#) e [3.892, de 22 de outubro de 2021](#). Posteriormente, procedeu-se à definição de indicadores e pactuação de metas individuais, resultado do debate entre a chefia e seus subordinados, a partir de critérios objetivos, tendo como base as Metas de Desempenho Intermediárias, as atribuições do cargo do servidor e as tarefas/atividades a ele atribuídas.

Programa de Gestão (PG)

Orientado para uma mudança na gestão, em fevereiro de 2021, o Ministério, em consonância com a [Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020](#), publicou a [Portaria Nº 2.049/SEI-MCom, de 19 de fevereiro de 2021](#), o que permitiu a implantação do Programa de Gestão (PG).

O PG abrange atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do participante em suas entregas, podendo ser implementado nos seguintes regimes de execução: teletrabalho integral, teletrabalho parcial e presencial.

A implantação do PG resultou na diminuição do tempo de tramitação dos processos de trabalho e possibilitou ganho de produtividade nas entregas da equipe. Identificou-se, por oportuno, além do ganho de produtividade, redução de custos e racionalização do espaço físico, ampliação de uma cultura orientada a resultados, melhoria na qualidade de vida dos participantes e atração de força de trabalho especializada.

A primeira unidade a aderir ao programa foi a Secretaria Executiva do Ministério, conforme a [Portaria nº 2.405, de 13 de abril de 2021](#), que publicou sua tabela de atividades, sendo seguida pela Secretaria de Telecomunicações, que publicou sua tabela de atividades por meio da [Portaria nº 4.018, de 5 de novembro de 2021](#), que foi posteriormente alterada pela [Portaria nº 4.349, de 21 de dezembro de 2021](#).

O Gabinete do Ministro e a Secretaria de Radiodifusão estão em fase de implementação do programa, tendo sido publicadas suas tabelas de atividades por meio das [Portarias nº 4.320, de 15 de dezembro de 2021](#) e [nº 4.310, de 14 de dezembro de 2021](#), respectivamente.

O sistema de acompanhamento escolhido pelo MCom foi o da Controladoria-Geral da União - CGU, também utilizado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Para fins de melhor entendimento, o MCom publicou um manual de utilização, que pode ser conferido no link https://www.gov.br/mcom/pt-br/media/manual-pg-mcom_2021-04-15.pdf.

Com intuito de melhoria da gestão e governança do programa, o Ministério acompanha seus resultados por meio de um painel interativo da ferramenta *Power BI*. A seguir, apresentamos o compilado com as informações gerenciais do ano de 2021, conforme segue:

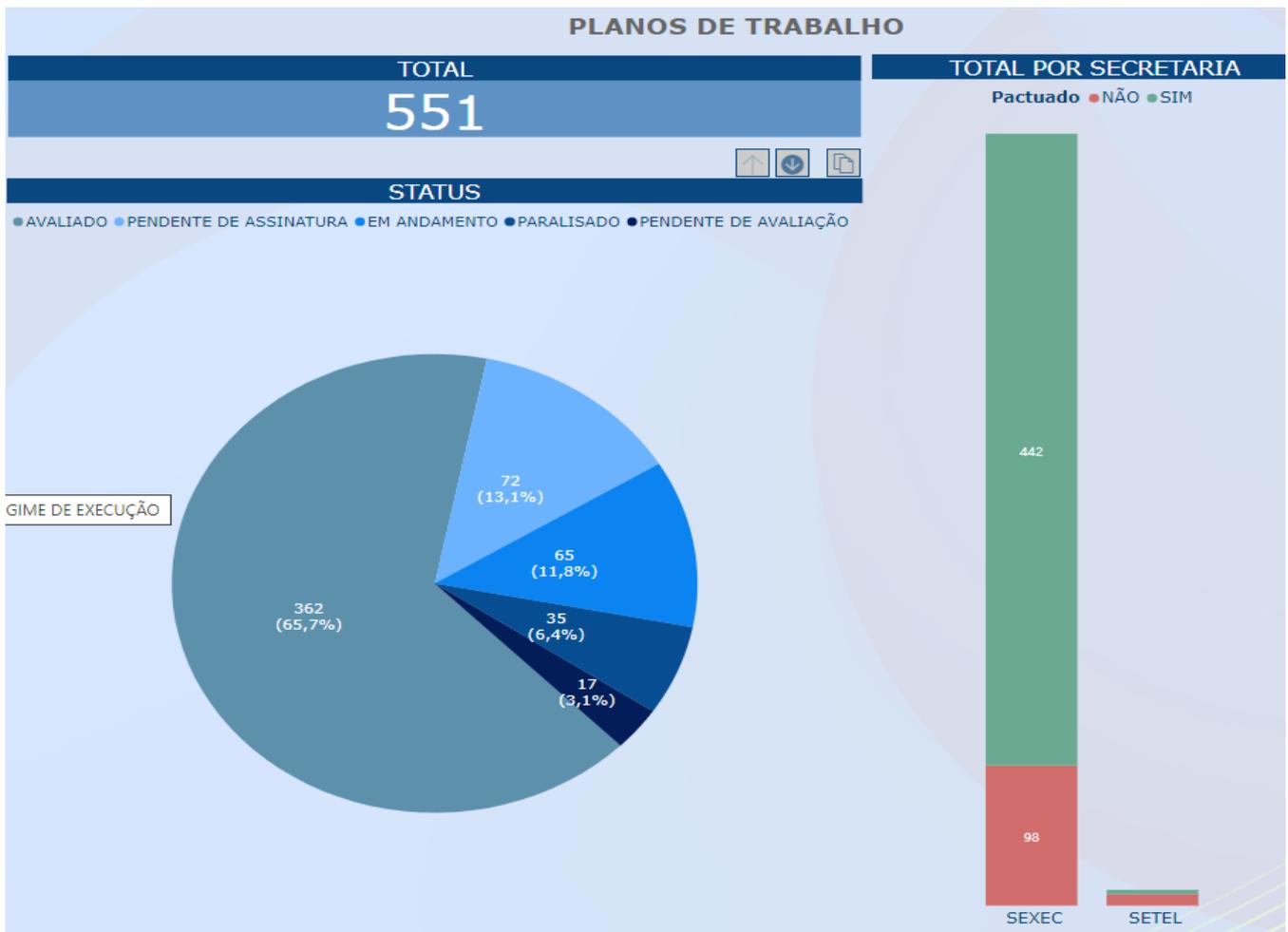
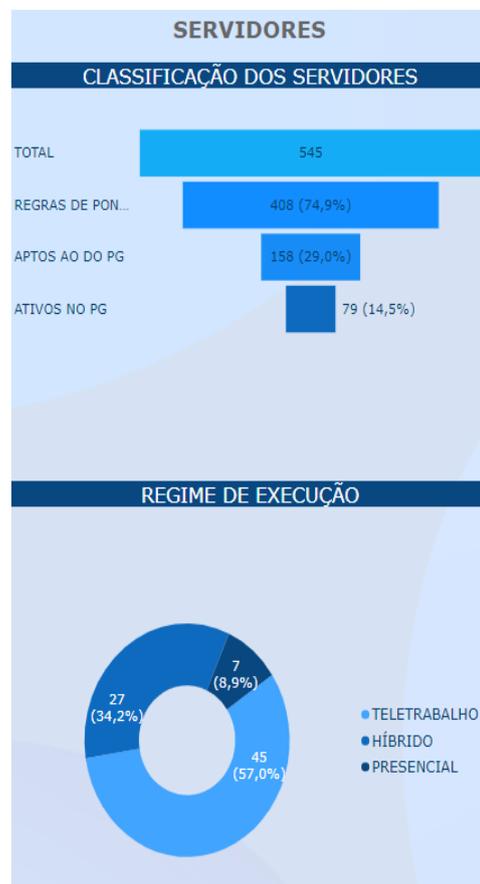
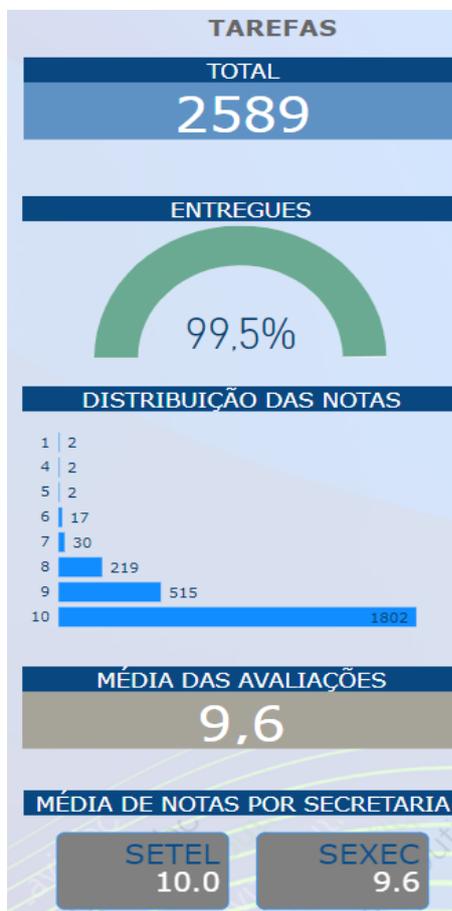


Figura 11 - Painel de PG MCom



Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

O Programa de QVT foi baseado no perfil construído após avaliação do questionário respondido por 161 colaboradores do MCom, no período de 12 a 16 de julho de 2021, norteado pelas atribuições previstas no Regimento Interno.

A pesquisa de perfil realizada identificou as necessidades do público-alvo, tendo segmentado os tipos de comportamentos e níveis de atenção, elencando desde a alimentação saudável, passando pelo cuidado com a saúde física e mental, até a prevenção de acidentes de trânsito (deslocamentos).

Após a implementação do Programa de QVT foi possível observar maior engajamento e interesse nas ações de melhoria da qualidade de vida, e procura por ações coletivas de inclusão e de apoio as condições materiais, intelectuais e físicas.

Indicadores de QVT

QVT-2021	
Ações	8
Participantes (Acumulados)	411

Tabela 24 - Indicadores de QVT

71% dos servidores, colaboradores e estagiários participaram de atividades de QVT em 2021.

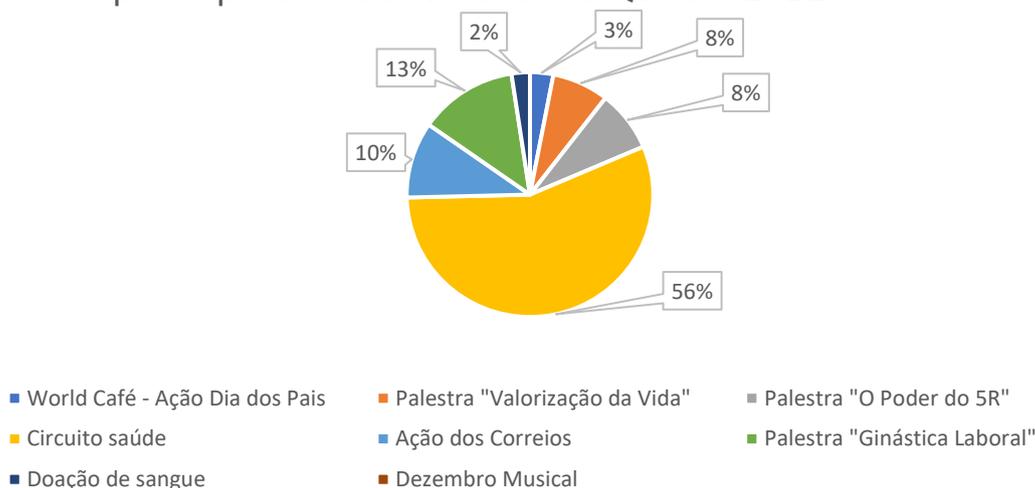


Gráfico 5 - Participação em eventos de QVT

Quadro de Monitoramento Geral de Indicadores

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO:													
NOME DO INDICADOR:	CODEP/CGGP/SOAD/SEEXEC/MCOM - Índice de capacitação de pessoas do MCOM (Pessoas)												
OBJETIVO ASSOCIADO:	Desenvolver competências e valorizar pessoas												
PERSPECTIVA:	Pessoas e Infraestrutura												
INFORMAÇÕES GERAIS:													
FINALIDADE DO INDICADOR:	Mensurar o percentual de servidores do MCOM capacitados												
FÓRMULA DE CÁLCULO:	$(\text{Número de servidores que participaram de capacitações} / \text{número total de servidores}) \times 100$												
PERIODICIDADE:	Anual											UNIDADE DE MEDIDA:	% (percentual)
DIRETRIZES DO INDICADOR													
Para ser considerada válida, a capacitação deverá ter anuência prévia do chefe imediato. As capacitações poderão ser comprovadas por meio de certificado, lista de presença ou declaração de conclusão assinada pelo realizador. Para os eventos realizados pelo MCOM não será exigida a anuência do chefe imediato.													
Exemplos de capacitações reconhecidas:													
- cursos disponibilizados pela CODEP (Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2021-2023) – presencial ou à distância;													
- cursos, palestras e seminários contratados diretamente pelo servidor;													
- cursos realizados pela ENAP, EV.G ou outra escola de governo;													
- cursos, palestras e seminários realizados pelo MCOM.													
DISPONIBILIZAÇÃO:													
DATA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO:													
FONTE DE DADO:	CODEP/CGGP/SOAD/SEEXEC/MCOM											RESPONSÁVEL PELA COLETA:	CODEP/CGGP/SOAD/SEEXEC/MCOM (NEUGIVAN / JADER)
METAS:	HISTÓRICO DOS RESULTADOS ACUMULADOS:											METAS DE LONGO PRAZO:	
	2021											2022	2023
	75% dos servidores participaram de capacitação no ano de 2021.											45%	50%
COLETA:													
MONITORAMENTO DOS INDICADORES													
2021													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Percentual de servidores capacitados	0,00%	0,00%	0,00%	8,80%	2,87%	0,19%	0,19%	10,13%	12,24%	41,49%	28,32%	5,81%	
Quantidade de servidores capacitados	0	0	0	46	15	1	1	53	64	217	143	30	
curso / horas de servidores				Super.BR, 20h	Super.BR, 20h	Super.BR, 20h	Super.BR, 20h	Inglês Thomas, 40	5G, 18h Mestrado, 87h LGPD II, 16h	LGPD, 16h Super.BR, 20h Inglês UnB, 13h	LGPD, 6h Super.BR, 20h Inglês UnB, 12h	LGPD, 6h Super.BR, 20h Inglês UnB, 12h	
Programa de QVT								(14) World Café - Ação Dia dos Pais, 2h	(34) Palestra "Valorização da Vida", 2h	(37) Palestra "O Poder do 5R", 2h	(256) Circuito saúde, 6h	(46 cartas) Ação dos Correios	
								(59) Palestra "Ginástica Laboral", 2h	(11) Doação de sangue			Dezembro Musical	

Tabela 25 - Quadro de Monitoramento Geral de Indicadores

6.2.D Gestão de Licitações e Contratos

Os procedimentos licitatórios realizados ao longo do ano de 2021 no Ministério ocorreram em conformidade com a legislação que rege o tema. Para consecução destes procedimentos, o MCom conta com a Consultoria Jurídica do Órgão, o que garante a conformidade das contratações. A relação de alguns dos principais normativos que regem o tema são:

Norma	Ementa
Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

<p><u>Lei Complementar nº 123/2006.</u></p>	<p>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação 187 das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/ 2001, da Lei Complementar nº 63/ 1990; e revoga as Leis nºs: 9.317/1996 e 9.841/1999.</p>
<p><u>Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.</u></p>	<p>Regulamenta o Sistema de Registro Preços previsto no Art. 15 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.</p>
<p><u>Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.</u></p>	<p>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. <u>(Redação dada pelo Decreto nº 10273, de 2020).</u></p>
<p><u>Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2009.</u></p>	<p>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.</p>
<p><u>Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010.</u></p>	<p>Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</p>
<p><u>Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017.</u></p>	<p>Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p><u>Instrução Normativa nº 01 de 10 de janeiro de 2019.</u></p>	<p>Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.</p>
<p><u>Instrução Normativa nº 40 de 22 de maio de 2020.</u></p>	<p>Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.</p>
<p><u>Instrução Normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020.</u></p>	<p>Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p><u>Lei nº 14.074 de 14 de outubro de 2020.</u></p>	<p>Altera a <u>Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019</u>, para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações.</p>

Portaria Interministerial nº 3.473 de 10 de setembro de 2020.	Estabelece o prazo do período de transição para a assunção integral pelo Ministério das Comunicações do apoio administrativo prestado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei 12.232 de 29 de abril de 2010.	Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.

Tabela 26 - Relação de normativos relacionados às licitações

No MCom, a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos (COLCC), subordinada à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, é a área responsável pela realização de procedimentos licitatórios no âmbito do Órgão, os quais englobam várias etapas e atores. Parte das atividades correlatas ao processo de contratação são descentralizadas, considerando a competência regimental e a *expertise* das áreas técnicas quanto ao objeto a ser contratado.

Entretanto, como em muitos entes públicos, motivado pela escassez de pessoal, a unidade de compras desempenha várias funções necessárias à realização das contratações e que, por decorrência, acaba por reunir muitas ações necessárias à concretização da contratação.

Tendo em vista os procedimentos de contratações de bens e serviços instruídos no âmbito do MCom, cabe destacar que, durante o exercício de 2021, foram realizadas contratações diretas, pregões e iniciados procedimentos de 3 (três) concorrências. Além disso, houve a adesão a 2 (dois) procedimentos por Registro de Preços. Os procedimentos foram distribuídos por modalidade, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

TIPO DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
Pregão Eletrônico	16	R\$ 27.622.813,14
Dispensa de Licitação	16	R\$ 47.433.201,39
Inexigibilidade de Licitação	7	R\$ 4.416.153,73
Concorrências (em andamento)	3	R\$ 542.000.000,00
TOTAL	42	R\$ 621.472.168,26

Tabela 27 - Contratações por modalidades

Fontes: Planilha de dados da COLCC, Informações do Sistema de Compras Governamentais.

Faz-se necessário ressaltar que no âmbito do MCom, o Planejamento da Contratação envolve tanto a área requisitante como a área de Licitações e Contratos. A área requisitante é responsável pela confecção do Termo de Referência ou Projeto Básico, orçamento estimativo e demais atos referentes ao objeto. A COLCC realiza todos os procedimentos necessários para a realização do feito, como: análise da demanda; verificação de disponibilidade orçamentária; elaboração do edital; envio à Área Jurídica do Órgão; e realização da sessão pública, além de apoiar a área requisitante no que for necessário.

Quanto ao detalhamento dos gastos, visando auxiliar no processo de mudança cultural da Administração Pública em torno do planejamento das contratações e à realização de contratações eficientes e alinhadas ao orçamento do Órgão, implementou-se o Planejamento Anual de Contratações - PAC como instrumento de

governança, de modo a subsidiar a alta administração a alcançar efetivos avanços para a gestão das contratações públicas, mantendo um equilíbrio entre o planejamento das contratações e as respectivas propostas orçamentárias. Em relação à gestão de contratos, o Ministério utiliza a ferramenta Comprasnet Contratos. No ano de 2021, o MCom celebrou diversos contratos, cujo valor global alcançou R\$ 1.091.970.976,02 (um bilhão, noventa e um milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e setenta e seis reais e dois centavos).

Atualmente, estão em execução 63 (sessenta e três) contratos, conforme tabela abaixo (Fonte - ComprasNet):

NÚMERO DO CONTRATO	NOME DO FORNECEDOR	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
00001/2021	08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICACAO LTDA	18/01/2021	18/01/2022	R\$ 34.020,00
00001/2021	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	25/02/2021	25/02/2022	R\$ 1.672.233,00
00004/2019	09.168.704/0001-42 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO - EBC	30/12/2019	30/12/2022	R\$ 34.679.701,00
00004/2021	046.136.680-00 - L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA.	25/02/2021	24/02/2022	R\$ 1.227.972,15
00005/2021	806030 - SERPRO - SEDE - BRASILIA	15/03/2021	14/03/2022	R\$ 64.800,00
00006/2021	11.777.162/0001-57 - BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S/A	12/03/2021	12/03/2022	R\$ 12.164.000,00
00009/2021	09.546.840/0001-29 - OBDI EQUIPAMENTOS EIRELI	09/04/2021	08/04/2022	R\$ 889.432,00
00010/2021	806030 - SERPRO - SEDE - BRASILIA	20/04/2021	19/04/2022	R\$ 5.335,00
00011/2021	02.781.404/0001-95 - CONFIDERE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA	07/05/2021	06/05/2022	R\$ 908.107,20
00013/2019	07.403.266/0001-24 - MUNDO TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA LTDA	25/11/2019	25/11/2021	R\$ 10.473,79
00013/2020	00.336.701/0001-04 - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS	06/08/2020	06/08/2022	R\$ 265.200,00
00013/2021	03.627.226/0001-05 - DSS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA	13/05/2021	12/05/2022	R\$ 1.876.760,00
00016/2017	15.057.443/0001-96 - FICHIER SOLUCOES CORPORATIVAS	30/11/2017	30/11/2022	R\$ 650.893,19
00017/2021	72.381.189/0010-01 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	01/06/2021	31/05/2022	R\$ 1.096.480,00
00029/2020	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	31/12/2020	30/06/2021	R\$ 1.160.290,46
00040/2017	00.336.701/0001-04 - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS	13/12/2017	13/12/2022	R\$ 879.040.548,58
00041/2016	07.187.328/0001-08 - DM INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	09/05/2016	09/05/2021	R\$ 129.708,00
00044/2021	00.568.444/0001-28 - COMISSAO JOVEM GENTE COMOAGENTE	08/06/2021	07/06/2022	R\$ 0,00
00047/2021	72.381.189/0010-01 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	10/06/2021	09/06/2022	R\$ 2.073.871,00

00048/2021	33.683.111/0001-07 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	25/06/2021	24/06/2022	R\$ 232.100,88
00049/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 967.004,52
00049/2021	02.421.421/0001-11 - TIM S A	15/07/2021	31/12/2023	R\$ 339.696,75
00050/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 525.003,58
00050/2021	00.336.701/0001-04 - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS	25/06/2021	28/12/2023	R\$ 43.287.661,80
00051/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 942.935,16
00051/2021	06.926.223/0001-60 - AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS LTDA	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 126.000,00
00052/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 708.551,90
00052/2021	30.517.827/0001-38 - RMG TECNOLOGIA INTEGRADO EIRELI	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 100.495,00
00053/2021	15.135.210/0001-64 - TECPARTS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 200.830,00
00053/2021	15.135.210/0001-64 - TECPARTS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 200.830,00
00053/2021	15.135.210/0001-64 - TECPARTS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 200.830,00
00054/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 2.466.442,70
00054/2021	05.889.039/0001-25 - FAST HELP INFORMATICA LTDA	06/07/2021	06/07/2022	R\$ 2.507.200,00
00055/2014	62.743.539/0001-98 - PELTIER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	20/10/2014	20/10/2021	R\$ 1.189.664,65
00055/2021	00.114.090/0001-41 - CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON	16/07/2021	16/01/2022	R\$ 80.800,00
00057/2021	11.320.576/0001-52 - SUPER ESTAGIOS LTDA	12/08/2021	12/08/2022	R\$ 30.149,99
00059/2021	04.298.309/0001-60 - GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	16/09/2021	14/01/2022	R\$ 48.999,99
00062/2014	05.740.041/0001-38 - FOCO CONSULTT ENGENHARIA LTDA	03/12/2014	03/12/2020	R\$ 500.070,98
00063/2021	04.198.254/0001-17 - MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	18/08/2021	18/08/2024	R\$ 573.400,00
00064/2021	24.492.886/0001-04 - FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	27/09/2021	27/11/2021	R\$ 16.000,00
00065/2021	08.744.139/0001-51 - G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	20/09/2021	20/01/2024	R\$ 78.146.347,44
00067/2021	04.298.309/0001-60 - GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	16/09/2021	16/11/2021	R\$ 39.000,00

00069/2021	07.432.517/0001-07 - SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVIÇOS LTDA	08/10/2021	08/10/2025	R\$ 799.465,47
00071/2021	04.274.005/0001-63 - VIVER EVENTOS LTDA	22/10/2021	22/10/2022	R\$ 1.579.210,00
00076/2021	34.028.316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	21/10/2021	21/10/2022	R\$ 146.489,50
00078/2021	34.028.316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	21/10/2021	21/10/2022	R\$ 119.487,00
00081/2021	01.082.331/0001-80 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	24/11/2021	24/07/2022	R\$ 492.800,00
00082/2021	40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.	07/12/2021	07/12/2022	R\$ 519.530,64
00083/2021	06.064.175/0001-49 - AIRES TURISMO LTDA	23/11/2021	23/11/2022	R\$ 2.501.640,00
00084/2021	72.602.055/0001-82 - INTERIOR INDUSTRIA E COM DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA	24/11/2021	24/11/2022	R\$ 888.332,50
00098/2021	04.095.869/0001-18 - NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA	10/12/2021	09/12/2024	R\$ 66.149,00
00099/2021	29.972.020/0001-06 - MORIAH SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	10/12/2021	09/12/2024	R\$ 106.980,00
00109/2021	08.893.146/0001-15 - BASIC CONSTRUCOES LTDA - EPP	21/12/2021	21/12/2022	R\$ 110.942,85
00111/2021	04.602.789/0001-01 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	20/12/2021	20/12/2022	R\$ 34.340,00
00113/2021	22.797.545/0001-03 - LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIC	23/12/2021	23/12/2022	R\$ 65.700,00
00114/2021	15.057.443/0001-96 - FICHIER SOLUCOES CORPORATIVAS	13/12/2021	12/12/2022	R\$ 1.669.499,00
00115/2021	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	10/12/2021	10/12/2022	R\$ 291.001,00
00123/2021	02.604.236/0001-62 - LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITORIO	15/12/2021	15/12/2022	R\$ 177.500,00
00124/2021	03.963.184/0001-83 - MAX MOVE COMERCIO DE MOVEIS E TRANSPORTES EIRELI	24/12/2021	24/12/2022	R\$ 1.285.743,00
00127/2021	02.593.165/0001-40 - GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE	24/12/2021	24/12/2023	R\$ 2.935.400,00
00128/2021	58.619.404/0008-14 - SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.	29/12/2021	29/12/2024	R\$ 6.680.452,55
00129/2021	00.665.620/0001-40 - EFICACIA ORGANIZACAO LTDA	30/12/2021	30/12/2022	R\$ 67.500,00
00130/2021	03.056.608/0001-26 - J & M COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	30/12/2021	30/12/2022	R\$ 52.972,80
TOTAL				R\$ 1.091.970.976,02

Tabela 28 - Contratos em execução

As contratações realizadas no MCom são aderentes ao PAC e são realizadas com o objetivo de dar suporte às áreas do Ministério, a fim de que possam ter uma adequada e eficiente infraestrutura física e de tecnologia da informação e comunicações, promovendo segurança, integração e modernização.

Todas as contratações realizadas no ano de 2021 foram relevantes ao funcionamento do MCom em virtude da sua recente recriação e necessidade de estruturação das unidades, principalmente no que tange à disponibilização de infraestrutura física e tecnológica. Além disso, estas contratações estão alinhadas aos objetivos estratégicos do Ministério.

Destacam-se entre as aquisições, as contratações-meio (mobiliário, equipamentos de TICs), bem como contratos e concorrências públicas que tratam da atividade fim do MCom.

Dentre as contratações diretas, destacam-se as relacionadas a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, especialmente para atender às demandas de capacitação de diversas áreas deste Ministério, enquadradas, em sua maioria, como inexigibilidades. Considera-se ser um evento de natureza singular, visto que, pelo entendimento do TCU, a singularidade também se concretiza por força da impossibilidade de estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará.

As ações previstas para os próximos exercícios buscam dar continuidade a estruturação do MCom, no que tange à aquisição de bens e serviços a fim de que sejam atendidas todas as necessidades ao pleno funcionamento do Ministério e suas Secretarias.

Os principais desafios estão em dar continuidade ao planejamento das contratações, por meio da elaboração do PAC 2022, que constitui importante ferramenta de planejamento das contratações públicas, garantindo a integração entre o planejamento estratégico e orçamentário.

Inquestionavelmente, o planejamento, alinhado às estratégias da organização, permite traçar um caminho para se chegar a um objetivo de forma mais eficiente e efetiva. A estratégia está ligada ao resultado e à forma eficaz de alcançá-lo. Por isso, o PAC deve estar totalmente integrado ao planejamento estratégico do órgão.

Além disso, em decorrência da cisão ocorrida entre os ministérios MCTI e MCom, está sendo um desafio para toda a equipe COLCC prestar todo atendimento necessário a formalização de todas as contratações para a consecução de atividades do Ministério das Comunicações.

No âmbito da gestão de Licitações e Contratos, a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos (COLCC) pretende:

- aperfeiçoar, continuamente, os servidores em exercício na COLCC, promovendo a melhoria da qualidade e da eficiência nas aquisições/contratações;
- fortalecer as ações de integração com as áreas requisitantes/técnicas, com o objetivo de definir e aprimorar a atuação de cada área visando maior agilidade na execução das compras e contratações, bem como uma atuação mais segura, sanando vícios e prevenindo responsabilizações;
- promover ações de capacitação em gestão documental, de forma a estimular ainda mais a eficiência nos processos de trabalho e garantir o melhor atendimento às demandas do órgão e do cidadão;

- elaborar e realizar o calendário de licitações, a partir do Planejamento Anual de Contratações (PAC), visando facilitar a tomada de decisões, melhorar as ferramentas de controles e atribuir maior previsibilidade na gestão das aquisições/contratações.

Dentre o arcabouço legal previsto como mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades no âmbito do Governo federal, temos a seguinte legislação:

- [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

- [Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020](#), que alterou a [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), para criar o MCTI e o MCOM.

- [Portaria Interministerial nº 3.473, de 10 de setembro de 2020](#), que estabeleceu o prazo do período de transição para a assunção integral pelo MCOM do apoio administrativo prestado pelo MCTI. 147, nos termos do Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas nº 01/2021, de 1º de setembro de 2021.

- [Decreto nº 10.024, de 20 setembro de 2019](#), que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

- [Decreto nº 9.507, de 21 setembro de 2018](#), que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

- [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

- [Decreto nº 8.224, de 3 de abril de 2014](#), que estabeleceu a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de máquinas e equipamentos, para fins do disposto no art. 3º da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

- [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017](#), que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

- Norma Técnica nº 009/2002, do CBMDF, aprovado pela Portaria nº 69/2002.

- [Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dispõe sobre o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética.

- [Decreto nº 9.864, de 27 de junho de 2019](#), que regulamentou a [Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dispõe sobre o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética.
- [Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021](#), que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.
- [Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018](#), que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- [Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988](#), com o objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG).
- [Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020](#), que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).
- [Instrução Normativa SEGES/MP nº 11, de 29 de novembro de 2018](#), que dispõe sobre ferramenta informatizada de disponibilização de bens móveis inservíveis para fins de alienação, de cessão e de transferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional - Reuse.Gov.

Em relação às contratações para investimentos em capital realizados em 2021, estas objetivaram atender a área de Tecnologia da Informação, com aquisição de 587 (quinhentos e oitenta e sete) Computadores de Alto Desempenho, 220 (duzentos e vinte) Notebooks e 1 (um) equipamento de *Backup-Firewall*.

Além desses, foram realizadas adesões às atas de registro de preços para aquisição de mobiliário a fim de promover à adequação, a integração e modernização dos ambientes de trabalho dos servidores e prestadores de serviços do MCom. Destacando-se a aquisição e instalação de divisórias fundamentais à estruturação do Ministério, readequando espaços, definindo layouts e abrigando de forma mais confortável e funcional todas as unidades do MCom, principalmente às instaladas na sede do Bloco R.

Gastos Operacionais

O Ministério das Comunicações compartilha o Edifício Sede do Bloco R e seu Anexo com o Ministério da Infraestrutura - MINFRA e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, razão pela qual os investimentos referentes à administração e execução dos serviços necessários ao funcionamento e manutenção do imóvel são realizados pelo Condomínio, do qual o MINFRA é o administrador.

Dessa forma, as despesas referentes ao consumo de água, luz, manutenção predial e de elevadores, ar-condicionado, garçom, copeiragem, recepção, operação de áudio, chaveiro, vigilância, limpeza e conservação e dedetização são rateadas pelos respectivos Ministérios, na forma do Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas nº 01/2021, de 1º de setembro de 2021.

A área atualmente ocupada pelo Ministério das Comunicações é de 5.142,31 m² no Edifício Sede e 2.448,21 m² no Anexo, representando, respectivamente, 40% (quarenta por cento) e 29% (vinte e nove por cento) da área total dos dois prédios.

As despesas realizadas para custear os serviços comuns em condomínio no período de agosto a dezembro de 2021 foram as seguintes (Fonte – Minfra):

OBJETO	VALOR EM R\$		
	SEDE	ANEXO	TOTAL
Água e Esgoto (Caesb) - Sede	74.401,42	-	74.401,42
Água e Esgoto (Caesb) - Anexo	-	57.196,94	57.196,94
Brigada	348.499,72	247.549,88	596.049,60
Dedetização	1.413,48	1.004,04	2.417,52
Energia Elétrica (sede)	507.074,94	-	507.074,94
Energia Elétrica (anexo)	-	236.728,56	236.728,56
Limpeza e Conservação	308.250,15	218.959,39	527.209,54
Manutenção de ar-condicionado	120.767,69	85.784,94	206.552,62
Manutenção de Elevadores (sede)	23.144,05	-	23.144,05
Manutenção de Elevadores (anexo)	-	10.070,79	10.070,79
Manutenção Predial	213.322,52	151.529,43	364.851,96
Serviço de Recepção	110.609,61	40.415,05	151.024,66
Serviço de Vigilância	658.673,43	320.056,08	978.729,51
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	1.504,91	1.068,98	2.573,89
Copeiragem/Garçom	844.361,13	226.545,67	1.070.906,80
Operador de Áudio	40.372,73	28.677,97	69.050,70
Chaveiro	-	-	-
TOTAL	3.252.395,77	1.625.587,71	4.877.983,48

Tabela 29 - Despesas de comuns em condomínio entre agosto e dezembro de 2021

Os demais gastos operacionais no âmbito das competências da COLOP são realizados pelos seguintes contratos celebrados com o MCom:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR (R\$)
00001/2021	Serviço de TV por assinatura	08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICACAO LTDA	34.020,00
00016/2017	Manutenção de arquivos	15.057.443/0001-96 - FICHER SOLUCOES CORPORATIVAS	650.893,19
00076/2021	Serviços postais	34.028.316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	146.489,50
00078/2021	Serviços postais	34.028.316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	119.487,00
00084/2021	Fornecimento de divisórias	72.602.055/0001-82 - INTERIOR INDUSTRIA E COM DE A	888.332,50
00114/2021	Modernização do arquivo	15.057.443/0001-96 - FICHER SOLUCOES CORPORATIVAS	1.669.499,00
00123/2021	Fornecimento de mobiliário	02.604.236/0001-62 - LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITORIO	177.500,00
00124/2021	Fornecimento de mobiliário	03.963.184/0001-83 - MAX MOVE COMERCIO DE MOVEIS E	1.285.743,00
00065/2021	Serviços Terceirizados de Apoio Administrativo e Secretariado	37.759.638/0001-03 - G&E SERVIÇO TERCEIRIZADOS LTDA	33.491.286,48
00041/44/2021	Serviços auxiliares e de Apoio Operacional	00.568.444/0001-28 - COMISSÃO JOVEM GENTE COMO A GENTE	3.822.596,40
0009/2021	Serviços de locação de veículos automotores	09.546.840/0001-29 - OBDI LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI	889.432,00

Tabela 30 - Gastos operacionais por contratos

* Para os contratos de serviços continuados foi levado em consideração previsto para 12 meses.

Em relação ao pessoal contratado como prestadores de serviços à área administrativa, temos o que segue:

CONTRATO/EMPRESA	CARGO	QUANTIDADE
00065/2021 - G&E SERVIÇO TERCEIRIZADOS LTDA	Auxiliar administrativo	61
	Assistente administrativo	49
	Técnico em secretariado	56
	Secretário executivo I	38
	secretário executivo II	4
Total		208
00044/2021 - COMISSÃO JOVEM GENTE COMO A GENTE	Auxiliar administrativo	47
	Degravador	6
TOTAL		53
TOTAL GERAL		261

Tabela 31 - Prestadores de serviços

Para fins de deslocamentos, o MCom utiliza o serviço de TáxiGov com base na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 10, de 23 de novembro de 2018](#), que estabeleceu diretrizes e procedimentos para a utilização do serviço. A norma regulamenta atribuições e responsabilidades dos usuários e órgãos, além de definir os instrumentos de adesão e descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros. Aborda, ainda, regras de custeio, limite de despesa, instruções relacionadas à solicitação, execução e confirmação do serviço.

O valor descentralizado para o Ministério da Economia com o serviço do TáxiGov utilizado no âmbito do MCom alcançou o montante de R\$ 63.408,45 (sessenta e três mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 1.669 (hum mil, seiscentos e sessenta e nove) percursos de táxi no ano de 2021.

Em relação aos bens patrimoniais, atualmente o Ministério das Comunicações conta com 9.623 bens, que foram recepcionados após a recriação do Ministério, oriundos do Ministério da Infraestrutura, Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Receita Federal, estando em fase de inventário, representado conforme tabela a seguir:

ÓRGÃO	Quantidade de Bens
Ministério da Infraestrutura	7.851
Presidência da República	1.466
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	217
Receita Federal	89
TOTAL	9.623

Tabela 32 Relações de bens

No que se refere ao acervo documental, o ano de 2021 foi de mudanças relevantes no que concerne à gestão documental dentro do Ministério das Comunicações. A recriação do MCom trouxe a necessidade de readaptação das atividades de gestão documental, sobretudo aquelas concernentes à elaboração dos instrumentos de gestão arquivística (Código de Classificação e Tabela de Temporalidade relativas às áreas finalísticas), tendo em vista o acréscimo das competências trazidas pela Secretaria de Comunicação Social do Governo (Secom).

Com isso, o Ministério recebeu um grande vulto de documentos físicos, sendo de maior impacto os oriundos do Arquivo Setorial da Secretaria de Comunicação Eletrônica - ARQSCE - atual Secretaria de Radiodifusão (SERAD) - 6.500 (seis mil e quinhentas) caixas e do Serviços de Radiodifusão Comunitária com aproximadamente 1.400 (hum mil e quatrocentas) caixas, além do acervo relativo à Gestão de Pessoas, perfazendo um total aproximado de 16.000 (dezesesseis mil) caixas. Todo esse material está recebendo o tratamento arquivístico adequado de acordo com recursos disponíveis.

Outro ponto em destaque é o projeto de organização do acervo, com a elaboração da listagem de eliminação já aprovada e publicado o Edital de ciência de eliminação nº 154, no Diário Oficial da União (DOU), em 26 de agosto de 2021, contando com aproximadamente 4.000 (quatro mil) caixas de processos que serão descartados.

A título de informação residual, em 2021, no Ministério não houve desfazimento de ativos, desmobilizações e o MCom não possui nenhum imóvel alugado.

Em relação aos principais desafios e ações futuras para licitações, compras, contratos e patrimônio, temos o seguinte:

- Adequar e capacitar o quadro de pessoal da CGRL;
- Finalizar as contratações de serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades do Ministério;
- Concluir a adequação dos espaços físicos das unidades administrativas do MCom;
- Compor o mobiliário e adequar o ambiente de trabalho dos servidores e prestadores de serviços;
- Definir e elaborar manuais de procedimentos da unidade;
- Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços/SIADS para controle patrimonial;
- Implantação do sistema de climatização, detecção e combate a incêndios para os arquivos físicos.

6.2.F Gestão da Tecnologia da Informação

Com objetivo de assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o MCom observa e aplica um vasto conjunto de recomendações, regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle.

Os documentos que subsidiaram os processos de condução das ações no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação do MCom são os relacionados a seguir:

1. [Planejamento Estratégico do Ministério das Comunicações 2021-2023](#).
2. [Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022](#).
3. [Plano Plurianual da União para o período de 2020-2023](#).

4. [Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019](#): Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal.

5. [Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019](#): Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP.

6. [Portaria MCOM nº 3.525, de 3 de setembro de 2021](#): Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.

7. [Decreto nº 10.747, de 13 de julho de 2021](#): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e dá outras providências.

8. [Portaria Interministerial nº 3.473, de 10 de setembro de 2020](#): Estabelece o prazo do período de transição para a assunção integral pelo Ministério das Comunicações do apoio administrativo prestado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

9. [Portaria interministerial nº 4.859, de 2 de junho 2021](#): Prorroga o prazo do período de transição estabelecido na Portaria Interministerial nº 3.473, de 10 de setembro de 2020.

10. [Guia de PDTIC do SISP \(versão 2.0\)](#).

11. Plano Anual de Contratações - PAC-2021 MCom.

12. [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC 2021-2022 MCom](#).

13. [Portaria nº 2.049/SEI-MCOM, de 19 de fevereiro de 2021](#) - Autoriza a implementação do Programa de Gestão, no âmbito do Ministério das Comunicações.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do MCom foi aprovado para o biênio de 2021 e 2022 pelo Comitê de Governança Digital (CGD), em consonância com o arcabouço legal vigente e com os desafios e soluções relacionados à TI no âmbito do Ministério.

Destaca-se, ainda, o empenho em uma atuação alinhada aos normativos promulgados pelo órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP) e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

Assim, a CGTI tem empreendido esforços visando à melhoria contínua de seus serviços e se mantém atenta às diretrizes e padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança e transformação digital, transparência, integridade da gestão, segurança da informação, interoperabilidade, licitações e fiscalização de contratos.

O Modelo de Governança de TI do Ministério tem como instância fundamental o Comitê de Governança Digital (CGD), mas conta também com o Comitê de Segurança da Informação (COSIC). O primeiro tem a finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à estratégia de governo digital e à governança de tecnologia da informação e comunicação, além de monitorar e avaliar tais instrumentos. O segundo tem a finalidade de deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à segurança da informação, além de propor alterações à Política de Segurança da Informação e às normas complementares de segurança da informação. Ambos os comitês possuem natureza deliberativa e estratégica.

Para o cumprimento das metas e alcance dos objetivos, a CGTI, pautada nas políticas estabelecidas, utiliza-se de planos que orientam os projetos, serviços, sistemas e operações de TI.

Nesse sentido, destacam-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), instrumento de gestão que direciona os esforços relacionados à TI do MCom, definindo iniciativas, projetos, estratégias e planos de ação referentes à Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e à condução das ações necessárias para implementá-las no âmbito do MCom, para o biênio 2021 a 2022, e a Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC), que estabelece seus princípios, diretrizes, competências, responsabilidades e objetivos.

Há ainda que se destacar o trabalho da Secretaria Executiva no que tange à implementação do Programa de Gestão na modalidade de teletrabalho em regime de execução integral e parcial. Com a pactuação do Programa de Gestão, a CGTI realizou, de forma pioneira, a edição de diversos processos seletivos simplificados para a composição de seu quadro funcional. Como resultado desse trabalho, a CGTI passou de 10 (dez) servidores, no final de 2020, para 27 (vinte e sete) servidores, em dezembro de 2021.

Além disso, com a citada ação, houve aumento de produtividade e redução significativa de gastos de custeio (manutenção da máquina pública), como de energia elétrica e de serviços de água e esgoto, do número de cópias e reproduções de documento e de passagens e despesas de locomoção. Na mesma linha, não houve necessidade de disponibilização de espaço físico para a maioria dos servidores que ingressaram na CGTI em 2021 e nem gasto com equipamentos, como computadores e material de escritório.

Ressalta-se ainda, impacto positivo do teletrabalho na qualidade de vida dos profissionais, como por exemplo, na melhor gestão do horário de trabalho, diminuição do *stress* do trânsito e satisfação no trabalho.

Necessário também ressaltar a participação do MCom no GOVERNA-TI, acompanhamento da gestão de tecnologia da informação realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, mediante fiscalização com método ágil de projetos de TIC. Esse modelo busca estimular a autoavaliação de práticas de controle e de governança, com o objetivo de induzir que as organizações aperfeiçoem seus sistemas de controle interno no âmbito dos projetos relevantes de TI do Governo Federal.

O GOVERNA-TI tem auxiliado a CGTI no atendimento preciso aos requisitos de conformidade e padrões de regulamentações, na implantação e manutenção da gestão de segurança da informação, bem como ao alinhamento do MCom com a evolução da tecnologia e de seus riscos, identificando os fatores internos e externos que podem impactar no alcance dos objetivos do Ministério.

Considerando esse cenário, este Ministério, embora reconheça avanços em relação ao aperfeiçoamento dos seus controles internos e mecanismos de governança de TI, continua somando esforços para a melhoria contínua de seus processos e serviços.

No ano de 2021, as ações de estruturação da CGTI resultaram na aplicação do total de R\$ 21.825.654,45 (vinte e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) distribuídos entre despesas de custeio e investimento, conforme quadro abaixo.

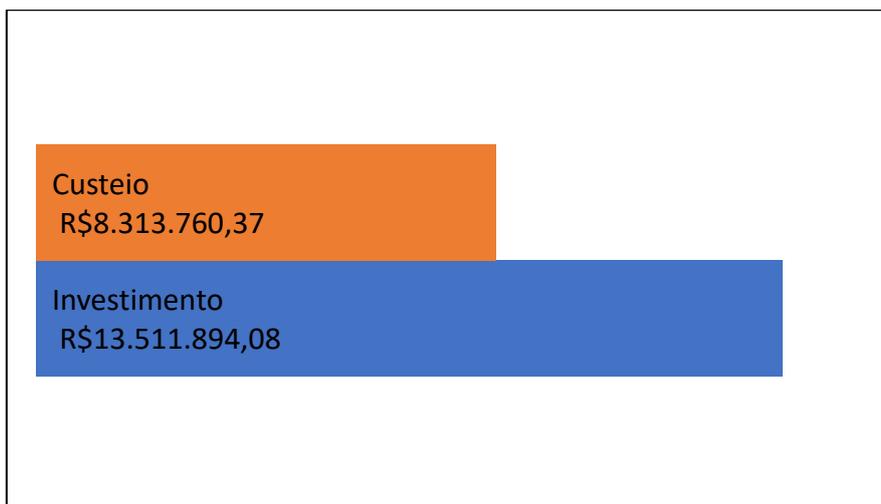


Figura 12 - Despesas de custeio e investimento

Fonte: SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP.
 Última atualização do sistema em: 27/01/2022 16:26:07

Em termos de contratações, o ano de 2021 deu continuidade às ações de estruturação tecnológica decorrentes da criação do MCom em 2020. A CGTI planejou, selecionou e executou a gestão de 28 (vinte e oito) contratos (sendo 26 próprios e 2 sub-rogados) para o atingimento das ações definidas para o ano de 2021. Nesse período, foram homologados 11 (onze) pregões eletrônicos de TIC, fato que, conforme *benchmark* realizado com demais ministérios do poder executivo federal, classifica o MCom como segundo órgão do executivo federal nesta categoria em 2021.

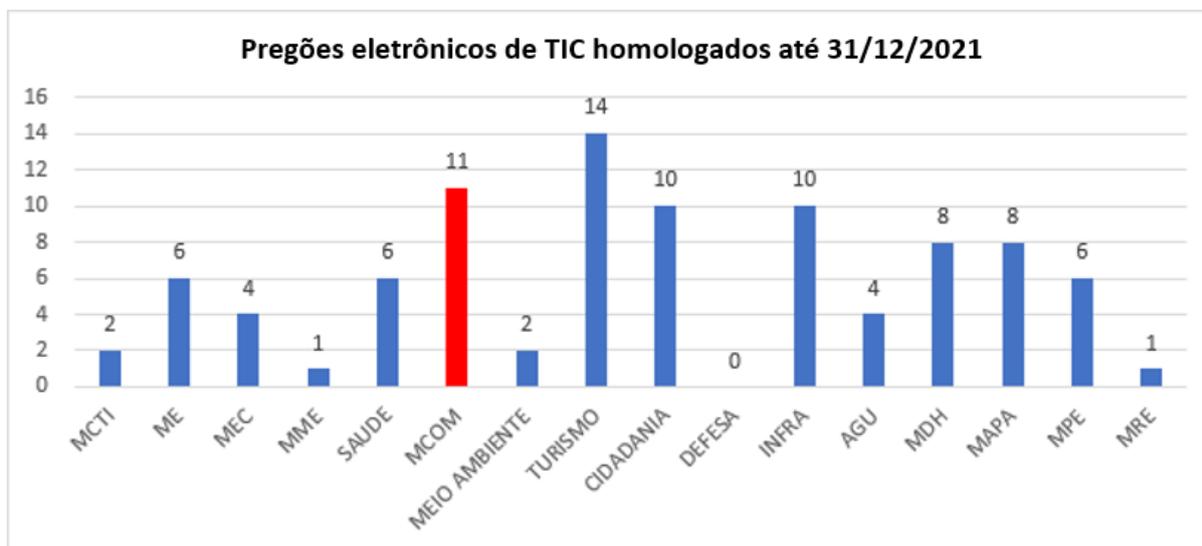


Gráfico 6 - Pregões eletrônicos de TIC

As contratações de soluções de Tecnologia da Informação ocorrem em conformidade com as orientações da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#), e constam na página de transparência ativa <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>. Abaixo, segue lista das principais contratações de TIC realizadas em 2021.

- **Licenças Microsoft**

Contrato realizado com a empresa Brasoftware Informática Ltda, sob o número 01/2021, no valor global de R\$ 1.672.233,00. Viabilizou a utilização do Office 365 e todos os aplicativos de escritório da suíte possibilitando o trabalho colaborativo virtual de servidores e colaboradores do MCom.

- **Fábrica de Software**

Contrato realizado com a empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., sob o número 06/2021, no valor global de R\$ 12.164.000,00. Possibilitou a sustentação, o desenvolvimento e a documentação de sistemas, portais e aplicativos móveis para as áreas de negócio do MCom.

- **Computadores e notebooks**

Contratos realizados com a empresa DELL, sob os números 17/2021 e 47/2021, no valor global de R\$ 3.170.351,00. Foram adquiridos 587 desktops e 220 notebooks para modernizar e instituir o parque computacional do MCom.

- **Operação de Infraestrutura**

Contrato realizado com a empresa DSS - Serviços de Tecnologia da Informação Ltda, sob o número 13/2021, no valor global de R\$ 1.876.760,00. Possibilitou o atendimento, presencial ou remoto, de mais de 6.200 chamados em 2021, e foi responsável pelo apoio técnico nas migrações de sistemas realizadas e na manutenção dos ativos de TIC.

- **Apoio técnico às contratações e fiscalização de contratos**

Contrato realizado com a empresa Confidere IT Services, sob o número 11/2021, no valor global de R\$ 908.107,20. Propiciou apoio para o planejamento das contratações de soluções de TIC durante a estruturação tecnológica do MCom, sobretudo considerando o quadro reduzido de servidores na CGTI àquele momento.

Na tabela a seguir estão relacionadas todas as contratações de TIC realizadas em 2021:

Contrato	Contrato/Empresa	Objeto do Contrato
11/2021	11/2021 - Confidere IT Services	Contratação de serviços auxiliares continuados de apoio técnico-operacional (suporte especializado) a processos de planejamento de contratações e à gestão e fiscalização de contratos de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.
01/2021	01/2021 - Brasoftware Informática Ltda.	Contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrição de licenças de aplicativos, softwares e sistemas operacionais Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), com garantia de atualização das versões (Software Assurance).
13/2021	13/2021 - DSS - Serviços de Tecnologia da Informação Ltda	Contratação de serviços técnicos continuados de suporte técnico a usuários, sustentação da infraestrutura da tecnologia da informação e comunicações (TIC), serviços especializados e implementação de melhorias contínuas para o Ministério das Comunicações.
12/2021	12/2021 - Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	O objeto do presente instrumento é a contratação de Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits) disponíveis para o provimento sob demanda de serviços de Infraestrutura e de Plataforma como serviço (IaaS e PaaS) em nuvem pública, conforme preços e condições definidos neste Termo.

06/2021	06/2021 - Basis Tecnologia da Informação S.A.	Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, compreendendo desenvolvimento, manutenção, treinamento e documentação de sistemas de informação, bem como desenvolvimento de portais e sítios na internet, desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis, integração de dados e sistemas e especificação e automação de processos no modelo de fábrica de software, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
13/2020*	13/2020 - TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras SA	Solução de interconexão de Unidades/Gerências Regionais com a administração central do MCom com comunicação de dados (MPLS).
05/2021	05/2021 - SERPRO Infovia	Contratação de link de conexão à INFOVIA para atender às demandas do Ministério das Comunicações.
10/2021	10/2021 - SERPRO Certificados Digitais	Contratação de serviço de emissão de certificados digitais para atender às necessidades do Ministério das Comunicações - MCom.
48/2021	48/2021 - SERPRO Infoconv	Prestação de serviço especializado de tecnologia da informação, denominado "Infoconv", que consiste na disponibilização ao CONTRATANTE do acesso à(s) seguinte(s) base(s) de dados dos sistemas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB): Selecionar as Bases.
17/2021	17/2021 - Dell Notebooks	Aquisição de Equipamentos de Informática, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
47/2021	47/2021 - Dell Desktops	Aquisição de desktops conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
49/2021	49/2021 - TIM	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de serviços de telefonia, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
51/2021	51/2021 - América Tecnologia de Informática e Eletroeletrônicos Ltda	Aquisição, sob demanda, de solução de backup, com instalação, configuração, e fitas LTO-8, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
52/2021	52/2021 - RMG Tecnologia Integrado Eireli	Aquisição, sob demanda, de solução de backup, com instalação, configuração, e fitas LTO-8, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
53/2021	53/2021 - Tecparts Brasil	Aquisição, sob demanda, de solução de backup, com instalação, configuração, e fitas LTO-8, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
54/2021	54/2021 - Fast Help Informática Ltda	Aquisição, sob demanda, de solução de backup, com instalação, configuração, e fitas LTO-8, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
63/2021	63/2021 - MCR Sistemas E Consultoria Ltda	Contratação de serviços de direito de uso Adobe Creative Cloud, Adobe Captivate Acrobat Professional DC, na modalidade de licenciamento ETLA, em suas versões mais recentes à época do fornecimento, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
69/2021	69/2021 - SIMPRESS Comércio Locação e Serviços LTDA	Contratação de empresa para prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos – outsourcing de impressão na modalidade de franquia mais excedente
13/2019*	13/2019 - MUNDO - Telecomunicações e Informática Ltda	Serviços de Telefonia Fixa Comutado-STFC nas modalidades Fixo-Fixo e Fixo-Móvel para atender às necessidades dos Órgãos Regionais de Radiodifusão - OREGI's e o Escritório Regional de São Paulo - ERESP

82/2021	82/2021 - Claro S.A.	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) para a sede do Ministério das Comunicações, localizada em Brasília, e unidades regionais nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul
98/2021	98/2021 - Netmake Soluções em Informática Ltda.	Aquisição e atualização de licenças do software Scriptcase, em cessão de direito de uso por tempo indeterminado
99/2021	99/2021 - Moriah Soluções em Informática Ltda.	Prestação de serviços de treinamento e consultoria no software Scriptcase
111/2021	111/2021 - Daten Tecnologia Ltda.	Aquisição de equipamentos moveis (notebooks) de alto desempenho
113/2021	113/2021 - Lenovo Comercial e Distribuição Ltda.	Aquisição de equipamentos desktops de alto desempenho
115/2021	115/2021 - Seprol Comércio e Consultoria em Informática Ltda.	Contratação de solução de rede local sem fio (Wi-Fi), compreendendo o fornecimento de pontos de acesso (Access Points - AP), solução de gestão e controle, instalação e configuração
127/2021	127/2021 - Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa Ltda.	Contratação de empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, aconselhamento imparcial em TIC, serviços de análise especializados em TIC e serviços complementares de apoio à consulta, à interpretação e à aplicação das informações contidas nas referidas bases
128/2021	128/2021 - Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.	Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de videoconferência, áudio e vídeo para instalação em salas de reunião e auditórios, abrangendo os serviços de instalação, treinamento e a garantia on-site
129/2021	129/2021 - Eficácia Organização Ltda-Me	Prestação de serviços de mensuração, aferição e validação dos quantitativos de Pontos de Função (PF), na modalidade Fábrica de Métricas, para atender às necessidades do Ministério das Comunicações

Tabela 33 - Contratações de TIC

* contratos sub-rogados do MCTI em 2021.

Tendo em vista o alinhamento das ações de TI às “Diretrizes Estratégicas para Comunicações”, a tabela abaixo apresenta as principais iniciativas conduzidas pela CGTI que, na Cadeia de Valor MCom, suportam o eixo de “Governança e Gestão de TIC” em “Gestão e Suporte”.

Cadeia de Valor Gestão e Suporte - Governança e Gestão de TIC	
Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados
Prover serviços de apoio à gestão e à fiscalização de contratos de TI	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento da governança, da integridade, da gestão estratégica e da gestão da informação; - Atendimento à necessidade do MCom de fornecer apoio aos gestores que compõem a cadeia decisória do papel das TIC no Ministério; - Aprimoramento dos processos de trabalho da unidade;

	- Aumento da produtividade dos servidores para que o foco do trabalho seja a gestão e a governança, e conseqüentemente o cumprimento dos objetivos e metas institucionais. estabelecidos.
Estabelecer e implementar normas de governanças de TIC	- Elaboração e revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; - Elaboração e revisão do Plano de Segurança da Informação;
Disponibilizar licenças de softwares e serviços de desenvolvimento de sistemas aos usuários	- Celeridade no atendimento às demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas; - Melhoria dos processos operacionais e gerenciais do MCom - Manutenção e melhoria no nível de satisfação dos usuários dos sistemas de informação; - Operacionalização da Fábrica de Software
Manter alta disponibilidade do ambiente tecnológico do Ministério	- Disponibilização de ambientes tecnológico para soluções de alta performance, com baixa incidência de defeitos, e baseadas nas melhores práticas de usabilidade, arquitetura e segurança da informação; - Provedimento de serviços de outsourcing de impressão. - Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica.
Prover soluções e serviços que melhoram a produtividade, o desempenho e a satisfação dos usuários	- Oferecimento de maior agilidade e eficácia no tratamento de incidentes envolvendo a estações de trabalho e notebooks comprometidos; - Obtenção de níveis crescentes de maturidade de TIC, com aumento do aproveitamento da tecnologia e maior potencialização a produtividade.
Disponibilizar consultas ao Infoconv às unidades demandantes	- Disponibilização de acesso/consulta às bases de dados do Sistema CPF/CNPJ, da Receita Federal do Brasil (RFB), via Sistema de Informações para Conveniente (InfoConv - Web Service), fornecido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); - Melhoria da disponibilidade e veracidade das informações e dados disponibilizados pelos sistemas e serviços prestados pelo MCom.
Capacitar os servidores	- Aumento do sentimento de pertencimento e valorização, impactando na realização de tarefas; - Profissionais cada vez mais capacitados e qualificados realizando serviços com excelência. - Aumento dos níveis de eficiência e eficácia nos serviços públicos prestados.
Disponibilizar infraestrutura de conectividade em praças de regiões remotas do país	- Oferecimento de conexão gratuita à internet em banda larga por satélite e via terrestre à população em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil - Oferecimento de conectividade em alta velocidade a todas as localidades do país, onde não há nenhuma ou pouca conexão, permitindo cumprir os objetivos nacionais da política pública de telecomunicações.

Tabela 34 - Cadeia de Valor de TIC

Em 2021, o Ministério passou a contar com o Comitê de Segurança da Informação – COSIC, instituído pela [Portaria nº 2.120/SEI-MCom, de 4 de março de 2021](#).

O comitê possui natureza deliberativa e tipo estratégico e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à segurança da informação deste Ministério. Foram realizadas quatro reuniões desse Comitê, resultando nas principais entregas:

- Instituição da Política de Segurança da Informação e Comunicação do MCom, por meio da [Portaria MCOM nº 2.454, de 22 de Abril de 2021](#);

- Instituição da Norma Complementar para Controle de Acesso Lógico do Ministério das Comunicações, por meio da [Portaria MCom nº 2805 de 11 de junho de 2021](#);
- Instituição da Norma Complementar para Tratamento de Incidentes Cibernéticos, por meio da [Portaria MCom nº 3.857 de 14 de outubro de 2021](#);
- Instituição da Norma Complementar para Regulamentação do uso de Correio Eletrônico, por meio da [Portaria MCom nº 3.858 de 14 de outubro de 2021](#);
- Instituição da Norma Complementar para Cópia de Segurança e Restauração de Dados, por meio da [Portaria MCom nº 4.547/2021 de 28 de janeiro de 2022](#);
- Instituição da Norma Complementar para Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação, por meio da [Portaria MCom nº 4.549/2021 de 28 de janeiro de 2022](#).

Além da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC), cabe destacar que o Ministério se vale de outros importantes instrumentos vigentes como as normas complementares da PoSIC e implementação de processos de governança e segurança da informação, como a instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) do MCom, por meio da Portaria nº 2126/2021/SEI-MCom, de 4 de março de 2021, e a [Portaria nº 67/SEI-MCOM, de 04 de março de 2021](#), que designou a Subsecretária de Planejamento e Tecnologia da Informação do Ministério das Comunicações, Wanessa Queiroz de Souza Oliveira, como Gestora de Segurança da Informação do MCom.

No que tange às implementações técnicas, cumpre destacar o uso de diferentes recursos atualizados orientados à segurança da informação, tais como soluções de análise de prevenção de fuga de dados (DLP - *Data Loss Prevention*), *firewall*, antivírus e AntiSpam.

A sensibilização acerca da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aos membros da CGTI/MCom e adequação à LGPD com vistas à implantação de sistemas de governança, integridade e gestão de riscos também é um fator de segurança da informação relevante.

Em 2021, no campo da TI, houve concentração de esforços para a organização da estruturação de governança e aprovação dos seus principais normativos e, também, ao planejamento e execução de contratações estruturantes. Desse modo, algumas iniciativas que se destacaram no decorrer do ano foram: estabelecimento e implementação de normas de governança de TIC, ações positivas para a implementação da Estratégia de Governo Digital, instituição do Comitê de Governança Digital, aprovação da revisão do PDTIC para alinhamento ao Planejamento Estratégico do MCom, bem como a prospecção e capacitação de força de trabalho do Ministério para a transformação digital.

Em continuidade à consolidação da estruturação da CGTI e que, cada vez mais, além de realizar suas atividades operacionais, sejam propostas soluções modernas, adequadas e inovadoras com objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços de TIC prestados ao MCom. Dessa forma, a expectativa é que a CGTI ocupe uma posição estratégica que permita gerir com excelência a tecnologia da informação e comunicação do MCom.

O Programa de Gestão do Ministério das Comunicações, implementado pela [Portaria nº 2049/2021/SEI-MCom, de 19 de fevereiro de 2021](#), é uma ferramenta de gestão que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados e cuja execução permite a dispensa de controle de frequência. Com o apoio da CGTI, foram iniciados estudos para a simplificação do acompanhamento prático/operacional do sistema, a exemplo da importação de informações de agenda do Microsoft *Outlook* para auxiliar na avaliação do programa de gestão. O desafio a ser alcançado é que cada vez mais o foco seja na entrega de resultados, atividades e serviços, o que proporcionará maior produtividade e, ao mesmo tempo, maior qualidade de vida aos servidores.

Ainda em relação a desafios do MCom, destaca-se uma atuação mais voltada ao aumento da eficiência da Administração Pública, mediante a desburocratização e a modernização dos serviços e soluções, garantindo o alinhamento da estratégia de TI aos objetivos estratégicos do MCom e contribuindo para o processo de Transformação Digital do Governo Federal.

6.2.G Sustentabilidade Ambiental

Em todas as aquisições realizadas pelo Ministério das Comunicações estão previstas a adoção de critérios de sustentabilidade nos termos da legislação vigente. De acordo com o Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Fundação Getúlio Vargas – FGV, licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo de compra e contratação dos agentes públicos (governos) com objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

No âmbito da administração pública federal, a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, prevê expressamente que as especificações técnicas para aquisições de bens e contratações de obras e serviços deverão conter critérios ambientais nos processos de extração, fabricação, utilização e descarte de matérias-primas, sem frustrar o caráter competitivo do certame.

Os produtos sustentáveis são feitos ou funcionam de forma a:

- a) usar menos recursos naturais em seus processos produtivos;
- b) conter menos materiais perigosos ou tóxicos;
- c) ter maior vida útil;
- d) consumir menos água ou energia em sua produção ou uso;
- e) poder ser reutilizado ou reciclado;
- f) gerar menos resíduos, como por exemplo, ser feito de material reciclado, usar menos material na embalagem ou ser reciclado pelo fornecedor.

Em relação as ações a fim de redução do consumo de recursos naturais, redução de resíduos poluentes e campanhas de conscientização, importa mencionar que o prédio sede do Ministério das Comunicações está sob a responsabilidade primária do Ministério da Infraestrutura – Minfra, sendo assim as medidas correspondente à sustentabilidade ambiental são precipuamente realizadas por esta pasta.

7. ANEXOS

7.1 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Com relação à evolução das contas em comparação com o exercício anterior, excepcionalmente para este período de referência, não é possível fazer o comparativo tendo em vista que o Ministério das Comunicações só passou a operar como Órgão no SIAFI no exercício de 2021.

7.1.1. Balanço Financeiro (valores em unidade de Real)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	846.280.644,15	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	778.964.140,74	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	67.316.503,41	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	3.681.000,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.027.562,86	-
			Previdência Social (RPPS)	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	62.607.940,55	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.693.653.150,82	-	Transferências Financeiras Concedidas	2.020.078.740,69	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.408.376.591,56	-	Resultantes da Execução Orçamentária	1.841.617.599,66	-
Cota Recebida	1.797.307.173,50	-	Repasso Concedido	1.299.868.342,10	-
Repasso Recebido	71.819.715,02	-	Sub-repasso Concedido	538.615.479,01	-
Sub-repasso Recebido	538.615.479,01	-	Cota Devolvida	2.539.603,38	-
Repasso Devolvido	40.048,86	-	Sub-repasso Devolvido	594.175,17	-
Sub-repasso Devolvido	594.175,17	-	Independentes da Execução Orçamentária	178.461.141,03	-
Independentes da Execução Orçamentária	285.276.559,26	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	175.870.021,35	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	228.811.011,70	-	Demais Transferências Concedidas	4.825,92	-
Demais Transferências Recebidas	421.226,67	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.586.293,76	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	556.559,41	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	55.487.761,48	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	275.000.419,93	-	Pagamentos Extraorçamentários	88.560.776,93	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.101.118,34	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	262.963.463,95	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	85.656.388,64	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	290.816,30	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	290.816,30	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.645.021,34	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.613.571,99	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.715,00	-	Demais Pagamentos	2.613.571,99	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.643.306,34	-			
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	13.733.408,98	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.733.408,98	-
TOTAL	2.968.653.570,75	-	TOTAL	2.968.653.570,75	-

Tabela 35 - Balanço Financeiro

7.1.2. Balanço Orçamentário (valores em unidade de Real)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	755.121.418,00	755.121.418,00	-	-755.121.418,00
Operações de Crédito	755.121.418,00	755.121.418,00	-	-755.121.418,00
Operações de Crédito Internas	755.121.418,00	755.121.418,00	-	-755.121.418,00

Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	755.121.418,00	755.121.418,00	-	-755.121.418,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	755.121.418,00	755.121.418,00	-	-755.121.418,00
DEFICIT			846.280.644,15	846.280.644,15
TOTAL	755.121.418,00	755.121.418,00	846.280.644,15	91.159.226,15
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-445.679.116,00	-	445.679.116,00
Superavit Financeiro	-	100.000.000,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-545.679.116,00	-	-

DESPESAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.353.409.897,00	900.854.488,01	830.510.724,54	578.234.952,04	571.133.833,70	70.343.763,47
Pessoal e Encargos Sociais	537.641.074,00	80.573.954,00	30.974.207,87	30.974.207,87	26.999.827,18	49.599.746,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	815.768.823,00	820.280.534,01	799.536.516,67	547.260.744,17	544.134.006,52	20.744.017,34
DESPESAS DE CAPITAL	9.504.000,00	16.380.293,00	15.769.919,61	5.082.228,16	5.082.228,16	610.373,39
Investimentos	9.504.000,00	16.380.293,00	15.769.919,61	5.082.228,16	5.082.228,16	610.373,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.362.913.897,00	917.234.781,01	846.280.644,15	583.317.180,20	576.216.061,86	70.954.136,86

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.362.913.897,00	917.234.781,01	846.280.644,15	583.317.180,20	576.216.061,86	70.954.136,86
TOTAL	1.362.913.897,00	917.234.781,01	846.280.644,15	583.317.180,20	576.216.061,86	70.954.136,86

Tabela 36 - Balanço Orçamentário

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	92.590.427,06	7.248.199,48	73.511.303,55	73.511.303,55	4.280.895,98	22.046.427,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	92.590.427,06	7.248.199,48	73.511.303,55	73.511.303,55	4.280.895,98	22.046.427,01
DESPESAS DE CAPITAL	14.648.706,97	26.444.837,21	12.545.085,09	12.145.085,09	1.527.260,87	27.421.198,22
Investimentos	12.302.319,97	26.444.837,21	12.545.085,09	12.145.085,09	1.527.260,87	25.074.811,22
Inversões Financeiras	2.346.387,00	-	-	-	-	2.346.387,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	107.239.134,03	33.693.036,69	86.056.388,64	85.656.388,64	5.808.156,85	49.467.625,23

Tabela 37 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	454.797,52	-	-	-	454.797,52
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	454.797,52	-	-	-	454.797,52
DESPESAS DE CAPITAL	7.394.384,29	-	-	-	7.394.384,29
Investimentos	7.394.384,29	-	-	-	7.394.384,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	7.849.181,81	-	-	-	7.849.181,81

Tabela 38 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

7.1.3. Balanço Patrimonial (valores em unidade de Real)

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	146.384.474,57	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.733.408,98	-
Créditos a Curto Prazo	132.651.065,59	-
Demais Créditos e Valores	132.651.065,59	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	186.581.899,38	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	277.082,94	-
Créditos a Longo Prazo	277.082,94	-
Demais Créditos e Valores	277.082,94	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	177.661.177,14	-
Bens Móveis	104.729.811,61	-
Bens Móveis	104.822.499,23	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-92.687,62	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	72.931.365,53	-
Bens Imóveis	72.931.365,53	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	8.643.639,30	-
Softwares	8.643.639,30	-
Softwares	8.643.639,30	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	332.966.373,95	-

Tabela 39 - Balanço Patrimonial Ativo

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	306.351.530,95	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.466.809,88	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.789.736,22	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	8.168.892,00	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	290.926.092,85	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	306.351.530,95	-

Tabela 40 - Balanço Patrimonial Passivo

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	26.614.843,00	-
Resultado do Exercício	-114.815.171,08	-
Resultados de Exercícios Anteriores	141.430.014,08	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.614.843,00	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	332.966.373,95	-

Tabela 41 - Balanço Patrimonial Líquido

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	13.733.408,98	-	PASSIVO FINANCEIRO	327.383.104,33	-
ATIVO PERMANENTE	319.232.964,97	-	PASSIVO PERMANENTE	290.999.515,80	-
SALDO PATRIMONIAL	285.416.246,18	-			

Tabela 42 - Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	398.459.741,53	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	972.193.892,84	-
Atos Potenciais Ativos	398.459.741,53	-	Atos Potenciais Passivos	972.193.892,84	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	48.782.235,53	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	349.677.506,00	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	50.342.028,28	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	921.851.864,56	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	398.459.741,53	-	TOTAL	972.193.892,84	-

Tabela 43 - Quadro de compensações
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-308.473.594,34
Recursos Vinculados	-5.176.101,01
Seguridade Social (Exceto Previdência)	25.650,15
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-5.262.414,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	60.663,26
TOTAL	-313.649.695,35

Tabela 44 - Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial
7.1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (valores em unidade de Real)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.819.310,25	-
INGRESSOS	2.698.587.273,46	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-

Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.698.587.273,46	-
Ingressos Extraorçamentários	290.816,30	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.693.653.150,82	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.643.306,34	-
DESEMBOLSOS	-2.669.767.963,21	-
Pessoal e Demais Despesas	-217.242.573,08	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-24.085.812,09	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-583,43	-
Saúde	-19.941.125,74	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.170.112,06	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-280.559,10	-
Agricultura	-1.931.134,72	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-167.928.984,73	-
Energia	-	-
Transporte	-1.905.976,21	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.715,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-429.542.261,15	-
Intergovernamentais	-1.479.260,00	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.479.260,00	-
A Municípios	-	-

Intragovernamentais	-206.896.857,90	-
Outras Transferências Concedidas	-221.166.143,25	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.022.983.128,98	-
Dispêndios Extraorçamentários	-290.816,30	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.020.078.740,69	-
Demais Pagamentos	-2.613.571,99	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.085.901,27	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.085.901,27	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.348.082,85	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.737.818,42	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.733.408,98	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.733.408,98	-

Tabela 45 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

7.1.5. Demonstração das Variações Patrimoniais (valores em unidade de Real)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.025.269.824,24	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9.170,00	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9.170,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	40.922,53	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	40.922,53	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.003.412.614,99	-
Transferências Intragovernamentais	3.003.205.024,54	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	207.590,45	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	19.665.107,43	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.298.306,99	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.366.800,44	-

Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.142.009,29	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.142.009,29	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.140.084.995,32	-
Pessoal e Encargos	32.448.286,93	-
Remuneração a Pessoal	16.804.467,18	-
Encargos Patronais	3.170.861,81	-
Benefícios a Pessoal	1.481.995,02	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.990.962,92	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	388.868,03	-
Aposentadorias e Reformas	14.818,53	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	374.049,50	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	398.371.973,28	-
Uso de Material de Consumo	17.836,92	-
Serviços	398.354.136,36	-

Tabela 46 - Demonstração das Variações Patrimoniais

7.1.6. Demonstrativos Funttel (valores em unidade de Real)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	408.625.109,83	509.327.091,49	Despesas Orçamentárias	384.915.719,10	428.405.279,16
Ordinárias	-	-	Ordinárias	3.219.406,10	2.250.136,00
Vinculadas	408.674.376,05	563.658.798,82	Vinculadas	381.696.313,00	426.155.143,16
Previdência Social (RPPS)			Previdência Social (RPPS)		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	408.674.376,05	563.658.798,82	Dívida Pública	-	331.763,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-49.266,22	-54.331.707,33	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	381.696.313,00	425.823.380,00
Transferências Financeiras Recebidas	361.489.352,79	418.984.177,34	Transferências Financeiras Concedidas	2.347.954.254,56	681.153.995,57
Resultantes da Execução Orçamentária	361.349.001,11	348.470.460,55	Resultantes da Execução Orçamentária	15.394.446,36	18.000.000,00
Repasse Recebido	345.954.554,75	330.470.460,55	Sub-repasse Concedido	15.394.446,36	18.000.000,00
Sub-repasse Recebido	15.394.446,36	18.000.000,00	Independentes da Execução Orçamentária	2.332.559.808,20	663.153.995,57
Independentes da Execução Orçamentária	140.351,68	70.513.716,79	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	316.925,07
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.376,61	822.615,58	Demais Transferências Concedidas	1.761.272.850,48	-
Demais Transferências Recebidas	-	4.021,10	Movimento de Saldos Patrimoniais	571.286.957,72	662.837.070,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	87.975,07	69.687.080,11	Aporte ao RPPS		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RGPS		
Aporte ao RGPS					
Recebimentos Extraorçamentários	203.382.954,36	207.428.110,40	Pagamentos Extraorçamentários	401.625,11	508.807,79
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	313.807,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	489.019,35	401.625,11	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	401.625,11	195.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	202.893.935,01	207.026.485,29	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	202.893.935,01	207.026.485,29			
Saldo do Exercício Anterior	1.761.622.098,98	1.735.950.802,27	Saldo para o Exercício Seguinte	1.847.917,19	1.761.622.098,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.761.622.098,98	1.735.950.802,27	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.847.917,19	1.761.622.098,98
TOTAL	2.735.119.515,96	2.871.690.181,50	TOTAL	2.735.119.515,96	2.871.690.181,50

Tabela 47 Balanço Financeiro Funttel

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
RECEITAS CORRENTES	350.544.341,00	350.544.341,00	299.077.148,13	-51.467.192,87	DESPESAS CORRENTES	13.280.000,00	15.911.666,00	16.345.299,10	15.856.279,75	15.856.279,75
Receitas de Contribuições	289.308.751,00	289.308.751,00	258.678.126,41	-30.630.624,59	Outras Despesas Correntes	13.280.000,00	15.911.666,00	16.345.299,10	15.856.279,75	15.856.279,75
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	289.308.751,00	289.308.751,00	258.678.126,41	-30.630.624,59						
Receita Patrimonial	61.235.590,00	61.235.590,00	40.320.062,19	-20.915.527,81						
Valores Mobiliários	61.235.590,00	61.235.590,00	40.320.062,19	-20.915.527,81						
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	78.959,53	78.959,53						
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	78.959,53	78.959,53						
RECEITAS DE CAPITAL	45.070.862,00	45.070.862,00	109.547.961,70	64.477.099,70	DESPESAS DE CAPITAL	368.570.420,00	433.047.519,00	368.570.420,00	368.570.420,00	368.570.420,00
Amortização de Empréstimos	45.070.862,00	45.070.862,00	109.547.961,70	64.477.099,70	Inversões Financeiras	368.570.420,00	433.047.519,00	368.570.420,00	368.570.420,00	368.570.420,00
TOTAL DAS RECEITAS	395.615.203,00	395.615.203,00	408.625.109,83	13.009.906,83	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.444.783,00	13.444.783,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	395.615.203,00	395.615.203,00	408.625.109,83	13.009.906,83	TOTAL	395.295.203,00	462.403.968,00	384.915.719,10	384.426.699,75	384.426.699,75
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	0,00	67.108.765,00	0,00	0,00						
Excesso de Arrecadação	0,00	64.477.099,00								
Créditos Cancelados	0,00	2.631.666,00								
					SUPERÁVIT	0,00	0,00	23.709.390,73	0,00	0,00

Tabela 48 Balanço orçamentário Funttel

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	5.679.496,97	1.767.957.103,23	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	41.899,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.847.917,19	1.761.622.098,98	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	41.899,16
Créditos a Curto Prazo	3.831.579,78	6.335.004,25			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.289.615,33	3.289.615,33			
Demais Créditos e Valores	541.964,45	3.045.388,92			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.320.813.067,54	2.060.535.204,53	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.320.813.067,54	2.060.535.204,53	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	2.320.813.067,54	2.060.535.204,53	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	0,00	41.899,16
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.320.813.067,54	2.060.535.204,53			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.326.492.564,51	3.828.450.408,60
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	0,00	0,00
			Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	2.326.492.564,51	3.828.450.408,60
			Resultados do Exercício	-1.501.957.844,09	314.800.058,28
			Resultados de Exercícios Anteriores	3.828.450.408,60	3.513.659.764,55
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-9.414,23
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	2.326.492.564,51	3.828.492.307,76	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.326.492.564,51	3.828.492.307,76
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	1.847.917,19	1.761.622.098,98	PASSIVO FINANCEIRO	489.019,35	401.625,11
ATIVO PERMANENTE	2.324.644.647,32	2.066.870.208,78	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.326.003.545,16	3.828.090.682,65
QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	49.473.052,85	237.836.457,71
Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Atos Potenciais Passivos	49.473.052,85	237.836.457,71
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	49.473.052,85	32.924.767,71
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	204.911.690,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	49.473.052,85	237.836.457,71
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS					SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários					-15.592,71
(-) Recursos Vinculados					1.374.490,55
Previdência Social (RPPS)					0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas					1.374.490,55
TOTAL					1.358.897,84

Tabela 49 Balanço Patrimonial Funttel

ESPECIFICAÇÃO	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	3.513.659.764,55	3.513.659.764,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.414,23	-9.414,23
Resultado do Exercício	314.800.058,28	314.800.058,28
Saldo Final do Exercício 2020	3.828.450.408,60	3.828.450.408,60
ESPECIFICAÇÃO	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.828.450.408,60	3.828.450.408,60
Resultado do Exercício	-1.501.957.844,09	-1.501.957.844,09
Saldo Final do Exercício 2021	2.326.492.564,51	2.326.492.564,51

Tabela 50 Demonstração das mutações do patrimônio líquido Funttel

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	971.848.352,94	1.049.223.881,89
Contribuições	460.807.118,03	470.261.714,56
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	460.807.118,03	470.261.714,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	39.917.374,48	125.144.482,09
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.255.404,71	973.047,37
Juros e Encargos de Mora	845.332,05	664.519,21
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.816.637,72	123.506.915,51
Transferências e Delegações Recebidas	361.489.352,79	418.987.199,55
Transferências Intragovernamentais	361.489.352,79	418.984.177,34
Transferências Intergovernamentais	0,00	3.022,21
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	109.634.507,64	34.830.485,69
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	109.634.507,64	34.830.485,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.473.806.197,03	734.423.823,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	472.310,84	724.522,55
Serviços	472.310,84	724.522,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.577,66	563,95
Descontos Financeiros Concedidos	14.577,66	563,95
Transferências e Delegações Concedidas	2.363.697.949,42	698.804.747,07
Transferências Intragovernamentais	2.347.954.254,56	681.153.995,57
Transferências Intergovernamentais	15.743.694,86	17.650.751,50
Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos	109.547.961,70	34.788.505,02
Desincorporação de Ativos	109.547.961,70	34.788.505,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	73.397,41	105.485,02
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	73.397,41	105.485,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.501.957.844,09	314.800.058,28

Tabela 51 Demonstrativo das variações Patrimoniais 2021-2020 - Funttel

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.500.751.723,49	313.210.872,89
INGRESSOS	863.460.435,93	1.013.053.950,30
Receita de Contribuições	258.678.126,41	263.818.797,67
Remuneração das Disponibilidades	40.320.062,19	123.207.607,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias	78.959,53	16.882,51
Outros Ingressos Operacionais	564.383.287,80	626.010.662,63
Transferências Financeiras Recebidas	361.489.352,79	418.984.177,34
Arrecadação de Outra Unidade	202.893.935,01	207.026.485,29
DESEMBOLSOS	-2.364.212.159,42	-699.843.077,41
Pessoal e Demais Despesas	-514.210,00	-724.522,55
Encargos Especiais	-514.210,00	-724.522,55
Transferências Concedidas	-15.743.694,86	-17.964.559,29
Outras Transferências Concedidas	-15.743.694,86	-17.964.559,29
Outros Desembolsos Operacionais	-2.347.954.254,56	-681.153.995,57
Transferências Financeiras Concedidas	-2.347.954.254,56	-681.153.995,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-259.022.458,30	-287.539.576,18
INGRESSOS	109.547.961,70	122.283.803,82
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	109.547.961,70	122.283.803,82
DESEMBOLSOS	-368.570.420,00	-409.823.380,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-368.570.420,00	-409.823.380,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-1.759.774.181,79	25.671.296,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.761.622.098,98	1.735.950.802,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.847.917,19	1.761.622.098,98

Tabela 52 Demonstração dos Fluxos de Caixa - Funttel

7.2 Relatórios de Auditoria publicados em 2021 pela Controladoria-Geral da União

Secretaria de Telecomunicações – SETEL

- Relatório de Avaliação dos compromissos do Certame do Leilão do 5G nº 907254 - Anatel e MCom

<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1122265>

Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM

- Avaliação do Edital da Concorrência nº 01/2020 lançada pela Secretaria de Comunicações do Ministério das Comunicações

<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/933484>

Acórdãos publicados em 2021 pelo Tribunal de Contas da União:

Secretaria Executiva – SEXEC

Acórdão 17974/2021-2ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2513638%22>

Acórdão 9275/2021-2ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2465118%22>

Acórdão 3092/2021-Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2521652%22>

Acórdão 2814/2021-1ª Câmara (SEXEC)

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2517439%22>

Acórdão 2164/2021-Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2499065%22>

Acórdão 1228/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2471595%22>

Acórdão 1109/2021 – Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2473503%22>

Acórdão 6/2021 – Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2448211%22>

Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM

Acórdão 18471/2021-1ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2517194%22>

Acórdão 17405/2021-1ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2500584%22>

Acórdão 11072/2021-1ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2495605%22>

Acórdão 2897/2021-1ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2442100%22>

Acórdão 2896/2021-1ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2442574%22>

Acórdão 1973/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2485853%22>

Acórdão 284/2021- 2ª Câmara

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2427917%22>

Acórdão 66/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2452087%22>

Secretaria de Telecomunicações – SETEL

Acórdão 2032/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2497008%22>

Acórdão 1480/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2473506%22>

Secretaria de Radiodifusão – SERAD

Acórdão 278/2021- Plenário

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2455741%22>